

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
Pós-Graduação em Ciência Ambiental**

**CÁSSIO GARCEZ DOS SANTOS**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ECOLOGISMO NAS TRILHAS DAS  
CAMINHADAS ECOLÓGICAS**

**Niterói  
2007**

CÁSSIO GARCEZ DOS SANTOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ECOLOGISMO NAS TRILHAS DAS  
CAMINHADAS ECOLÓGICAS

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: Educação Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. ORLANDO ALVES JÚNIOR

Niterói  
2007

CÁSSIO GARCEZ DOS SANTOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ECOLOGISMO NAS TRILHAS DAS  
CAMINHADAS ECOLÓGICAS.

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: Educação Ambiental.

Aprovado em 6 de julho de 2007.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. ORLANDO ALVES JÚNIOR – Orientador  
UFF

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. CRISTIANE NUNES FRANCISCO  
UFF

---

Prof. Dr. ALEXANDRE GUSMÃO PEDRINI  
UERJ

Niterói  
2007

A todos aqueles que, a despeito das inúmeras e poderosas forças contrárias, cultivam a esperança e o trabalho por um mundo melhor, mais justo e mais ecológico.

## AGRADECIMENTOS

A meus pais, pela sólida educação ecologista – ainda que não a identificassem como tal.

A meu orientador, autêntico “guia ecológico” na caminhada pelas sinuosas e mal marcadas trilhas do tema escolhido.

À minha mulher e meus amigos, pelo carinho, incentivo e paciência em aturar os humores e falta de tempo típicos de um mestrando.

A todos os participantes do Ecoando e, em especial, a seus associados, pela confiança, pelo afeto e pela participação na pesquisa.

À associada do Ecoando, Annabella Blyth, pela ajuda profissional no *Abstract*.

Aos colegas líderes de grupos de caminhadas ecológicas, pelo compartilhamento de suas experiências e pontos de vista na entrevista.

Aos colegas da turma Muriqui, pelos dialéticos e enriquecedores momentos não apenas de união e alegria, mas também de conflito e zanga.

## EPÍGRAFE

*“Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. Esta revolução deverá concernir, portanto, não só as relações de forças visíveis em grande escala, mas também os domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo”.*

Félix Guatari. (Guatari, 1989)

## SUMÁRIO

<b>Lista de Ilustrações</b>	viii
<b>Lista de Tabelas</b>	ix
<b>Lista de Abreviações &amp; Siglas</b>	x
<b>Resumo</b>	xi
<b>Abstract</b>	xii
<b>Introdução</b>	2
<b>Considerações metodológicas</b>	6
<b>Capítulo 1 As caminhadas ecológicas: explorando e conhecendo os caminhos</b>	9
1.1 Origem histórica: andar, andar...	10
1.2 O ambiente de atuação: as trilhas	17
1.3 Reatando laços com o meio ambiente: a presença das caminhadas em atividades de contato direto com a natureza	22
1.3.1 O excursionismo	22
1.3.2 O montanhismo	25
1.3.3 O ecoturismo	27
1.4 Trilhando novos caminhos: as caminhadas ecológicas	30
<b>Capítulo 2 O ecologismo: uma nova forma de caminhar</b>	38
2.1 O debate em torno do ecologismo	38
2.2 Fundamentos teóricos do ecologismo	44
2.3 Histórico do ecologismo	50
2.4 Ecologismo, capitalismo e socialismo: considerações em torno da construção de alternativas	54
2.5 O ecologismo, a Educação Ambiental e as caminhadas ecológicas	63
<b>Capítulo 3 Estudo do caso Ecoando</b>	79
3.1 Caracterização e histórico do grupo	80
3.2 Caminhadas ecológicas do Ecoando e ecologismo	85
3.3 O Ecoando, as caminhadas ecológicas e as mudanças de percepção e atitudes	88
<b>Considerações Finais - As caminhadas ecológicas em tempos de crise ambiental: quais os caminhos? Desafios na perspectiva do ecologismo</b>	98
<b>Referências Bibliográficas</b>	105
<b>Anexos</b>	
1 Fotos relacionadas à pesquisa e às caminhadas ecológicas	113
2 Questionário aplicado à pesquisa	116
3 Roteiro para entrevista de líderes de organizações de caminhadas ecológicas	124
4 Quadro 2 – Síntese de respostas às entrevistas com líderes de organizações de caminhadas ecológicas	125

### Lista de Ilustrações

Quadro 1	As Duas Grandes Concepções em Educação Ambiental, p. 71
Figura 1	Motivação na busca pelas CEs do Ecoando, p. 89
Figura 2	Escolaridade dos participantes do Ecoando, p. 90
Figura 3	Influência das Caminhadas Ecológicas do Ecoando sobre a Percepção, Atitude e Posicionamento dos Participantes, p. 93
Figura 4	Influências mais Significativas Sobre o Total de Participantes, p. 95
Figura 5	Influências mais Significativas Sobre os Participantes sem interesse em atividades ecologistas, p. 95
Figura 6	Influências mais Significativas Sobre os Participantes com Interesse em Atividades Ecologistas, p. 96
Figura 7	Influências mais Significativas das Caminhadas Ecológicas Sobre os Associados, p. 96
Figura 8	Primeira publicação sobre caminhada ecológica, p.113
Figura 9	Participantes em trabalho de recuperação de área degradada, p. 114
Figura 10	Desmonte de jirau de caçador , p. 114
Figura 11	Diversidade de ambientes naturais visitados, p. 115
Quadro 2	Síntese das entrevistas com líderes de organizações de CEs, p. 125

**Lista de Tabelas**

- Tabela 1                    Comparação do Associativismo entre os Participantes de Caminhadas Ecológicas e a População no Brasil e no Rio de Janeiro, p. 91
- Tabela 2                    Comparação da Mobilização Política entre os Participantes de Caminhadas Ecológicas e a População no Brasil e no Rio de Janeiro, p. 91

### Lista de Abreviações & Siglas

CDN	campanha pelo desarmamento nuclear
CE	caminhada ecológica
CC	capacidade de carga
DNA	ácido desoxirribonucléico
EA	Educação Ambiental
IA	interpretação ambiental
ONG	organização não governamental
s.d.	sem data
s.p.	sem página
Ucs	unidades de conservação
Abeta	Associação Brasileira de Empresas de Turismo de Aventura
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
Agapam	Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente
Embratur	Empresa Brasileira de Turismo
Eass	Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis
FAB	Força Aérea Brasileira
FIESP	Federação das Indústrias de São Paulo
Ibama	Inst. Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IH	Instituto de Hospitalidade
ITCF	Instituto de Terras, Cartografia e Floresta do Paraná
Teass	Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo discutir as potencialidades e limites das caminhadas ecológicas enquanto modalidade específica de Educação Ambiental, tendo como referência teórica o ecologismo. Assim, busca-se conceituar, caracterizar e historiar as caminhadas ecológicas, sistematizando informações sobre o ato de caminhar, e estabelecer correlações com atividades próximas a esta prática – como o excursionismo, o montanhismo e o ecoturismo. Baseando-se na abordagem teórico-conceitual do sistema de pensamento do ecologismo, problematiza-se as práticas das caminhadas ecológicas e busca-se entendê-las como expressão do movimento ecologista e uma modalidade específica de Educação Ambiental. Como forma de investigar e consolidar teoricamente a relação entre caminhadas ecológicas, ecologismo e Educação Ambiental, adota-se o viés da Educação Ambiental emancipatória, embasada na educação crítica preconizada por Paulo Freire. A pesquisa é fundamentada no estudo de caso do grupo Ecoando – Ecologia e Caminhadas, devido à sua longevidade (13 anos) e ao fato do mesmo se assumir como grupo ecologista. Por fim, discute-se os limites e as possibilidades das caminhadas ecológicas enquanto prática de Educação Ambiental, tomando como referência o ecologismo, a educação ambiental e a práxis transformadora das relações entre a sociedade e o meio ambiente.

Palavras-chave: Caminhadas Ecológicas. Ecologismo. Educação Crítica. Educação Ambiental.

## ABSTRACT

The aim of this work is to discuss the potentialities and limits of ecological hiking as a specific modality of Environmental Educational having ecologism as the theoretical reference. Thus, this study seeks to conceptualise, characterize and historicize ecological hiking, through the systematisation of information about the act of hiking and by establishing correlations with other activities such as excursionism, mountaniering and ecotourism. Based on the theoretical and conceptual framework of ecologism, the analysis problematises the practice of ecological hiking and seeks to understand it as an expression of the ecological movement and as a specific modality of Environmental Education. In order to investigate and theoretically consolidate the relation between ecological hiking, ecologism and Environmental Education, this study adopts the approach of emancipatory perspective of Environmental Education and is based on the education for critical consciousness preconised by Paulo Freire. The research is fundamented in the case study of the group *Ecoando – Ecologia e Caminhadas* (Ecoando – Ecology and Hiking) due to its longevity (thirteen years of existence) and to the fact that it proclaims itself as an ecology group. Ultimately, the work discusses the limits and the possibilities of ecological hiking as an Environmental Education practice, based on the perspective of ecologism, environmental education and the transformative praxis of the relationship between society and environment.

Keywords: Ecological Hiking. Ecologism. Education for critical consciousness. Environmental Education.

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a intensificação da degradação ambiental e social, flagrante entre outros exemplos na redução de áreas silvestres, extinções em massa, aumento da poluição e da violência, vem sendo acompanhada por um acelerado crescimento do interesse por atividades de contato direto com a natureza. Observa-se assim um movimento cada vez maior e mais consistente de pessoas e grupos que vêm buscando um contato mais íntimo com remanescentes silvestres, sobretudo unidades de conservação.

Tal movimento vem-se manifestando, informal ou organizadamente, por meio de várias modalidades de atividades de esporte, lazer e turismo – como no excursionismo, no montanhismo e no ecoturismo – manifestação esta corroborada pela ampla proliferação de matérias jornalísticas a esse respeito. Isso indica, em princípio, um aspecto positivo para a conservação do meio ambiente, já que uma parcela considerável da população parece estar buscando conhecer, e assim valorizar, o patrimônio socioambiental local, através da alocação de suas práticas de lazer, esporte e recreação em locais melhor preservados.

Paradoxalmente, entretanto, pode-se observar que tal valorização demonstra ser muitas vezes superficial e limitada aos locais visitados, desperdiçando-se a oportunidade potencial que estas atividades possuem de despertar ou incrementar posicionamentos e ações socioambientalmente mais aprofundados e abrangentes.

Além disso, existem outros possíveis impactos negativos associados à intensificação das atividades socioambientais, como compactação do solo, aumento na quantidade de detritos no ambiente silvestre e maior incidência de acidentes por despreparo de adeptos, entre outros exemplos. Não obstante tais possibilidades de impacto negativo, percebe-se que uma tendência vem ganhando força em diversas atividades de contato direto com a natureza, contrapondo-se a estes riscos: a conscientização e responsabilização do participante pelas suas ações e posicionamentos em relação aos locais visitados e populações nativas, além de uma crescente valorização dos aspectos filosóficos e éticos destas práticas.

Nessa perspectiva, podemos ver em alguns grupos de montanhismo e caminhadas ecológicas exemplos de novas práticas socioambientais, ao incorporarem como perspectiva a transformação “molecular” proposta por Guattari (1990). Utilizam-se eles de práticas vivenciais que enfatizam uma postura mais responsável em relação à natureza, um relacionamento mais respeitoso com comunidades tradicionais e entre os próprios participantes e a busca por um sentido mais aprofundado da prática do que o simples lazer. Félix Guattari (1990) refere-se a este tipo de mobilização transformadora focal como de suma importância para o estabelecimento de uma nova realidade, fundada no que ele chama de “*as três ecologias*”, e que leva em consideração as dimensões ecológicas do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade humana<sup>1</sup>.

Tais iniciativas demonstram ainda, um alinhamento com princípios do ecologismo, sistema filosófico que busca a substituição do antropocentrismo imperante pelo “ecocentrismo”, ao colocar os ecossistemas e a ecosfera como prioridades nas preocupações humanas. Nessa perspectiva, caberia indagar sobre a possibilidade de uma nova abordagem em torno das caminhadas ecológicas, concebendo-as como prática ecologista que incluiria uma crítica ou contestação ao modo de vida dominante e uma vivência capaz de contribuir para a produção de novos aprendizados, sentimentos e experiências na relação com o meio ambiente, o que, nessa última acepção, a tornaria uma modalidade de Educação Ambiental ou uma práxis com potencial de transformação social.

Encontramos na literatura poucos estudos acadêmicos sobre as caminhadas ecológicas, talvez pela prevalência de um olhar ainda estritamente vinculado à recreação e à exploração econômica dessa atividade. No entanto, percebe-se uma possibilidade alternativa de análise das caminhadas ecológicas a partir do ecologismo, reconhecendo nele uma corrente teórica que busca incorporar novos aportes disciplinares para a compreensão das práticas socioambientais contemporâneas.

Assim, o presente estudo tem por objetivo discutir as potencialidades e os limites das caminhadas ecológicas como uma modalidade específica de Educação Ambiental na perspectiva da difusão de novos valores em torno do meio ambiente, tendo como referência o ecologismo como corrente teórica. Ao mesmo tempo, nosso estudo também tem como objetivos específicos: (i) caracterizar, conceituar e contextualizar a caminhada ecológica

---

<sup>1</sup> Nas palavras do próprio autor, “não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. Esta revolução deverá concernir, portanto, não só as relações de forças visíveis em grande escala, mas também os domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo.” (Guattari, 1990, p. 9)

como uma dimensão vivencial do ecologismo; (ii) verificar as motivações, os posicionamentos, os procedimentos e as práticas adotadas nas caminhadas ecológicas; (iii) identificar diferentes concepções em torno das caminhadas ecológicas; (iv) identificar metodologias, técnicas e procedimentos que contribuam para fortalecer a dimensão da Educação Ambiental das caminhadas ecológicas.

Para tanto, vamos tomar como estudo de caso a experiência do grupo Ecoando – Ecologia e Caminhadas. A escolha desse grupo justifica-se, além da sua longevidade (13 anos), pelo fato de ele se assumir como um grupo ecologista, podendo servir de campo de reflexão em torno das suas práticas, na perspectiva de podermos conceber as caminhadas ecológicas como práxis educacional, gerando mudanças de posicionamentos e de comportamento nos seus participantes. Dois aspectos em especial foram igualmente decisivos na escolha do tema. O primeiro é o fato de existir nesse grupo uma amostra bastante significativa de pessoas dispostas a participar da pesquisa; o segundo, pela razão de o autor dessa dissertação dele participar, exercendo o papel de coordenador da organização e guia de caminhadas desde sua fundação – o que possibilita um maior conhecimento, inclusive vivencial, das suas práticas e métodos de atuação. Para desenvolver o estudo proposto, esta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro trata de caracterizar e contextualizar as caminhadas ecológicas, sistematizando informações sobre a atividade da qual se originou e se baseia – a caminhada. Com este objetivo, discorre-se sobre seu histórico, conceituação e caracterização, além de caracterizar seu ambiente de atuação por excelência, que são as trilhas. Ao mesmo tempo, busca-se identificar correlações entre as caminhadas ecológicas e outras práticas ambientais como o excursionismo, o montanhismo e o ecoturismo.

O Capítulo 2 tem como objetivo sistematizar as concepções teóricas relacionadas ao ecologismo. Nesta perspectiva, buscaremos caracterizar seu histórico e seus conceitos fundamentais. De forma especial, interessa-nos identificar, nessa corrente de pensamento, a abordagem em torno da relação entre a sociedade e a natureza e a mudança de consciência provocada pela perspectiva ecologista. Ainda nesse capítulo, busca-se identificar na narrativa do ecologismo os elementos de Educação Ambiental que podem ser encontrados nas caminhadas ecológicas.

O capítulo 3 está focado no estudo de caso do grupo Ecoando. Busca-se neste momento o delineamento do objeto do estudo, através da caracterização e do histórico do grupo, bem como de sua estrutura e ambiente de trabalho, e a investigação das correlações entre as caminhadas ecológicas do Ecoando e o ecologismo.

À guisa de conclusão, as considerações finais fazem uma síntese dos resultados encontrados na pesquisa e uma discussão sobre os limites e as possibilidades das caminhadas ecológicas como prática de Educação Ambiental, tomando como referência o ecologismo e a práxis transformadora das relações entre a sociedade e o meio ambiente.

Tendo em vista a escassez de estudos acadêmicos sobre a caminhada ecológica, espera-se, com esta dissertação, contribuir para ampliar os conhecimentos em torno das mesmas nas suas múltiplas dimensões socioambientais e, em particular, como uma prática vivencial relacionada ao ecologismo. Busca-se, assim, fortalecer a compreensão das suas potencialidades como uma modalidade específica de Educação Ambiental, na perspectiva de uma nova consciência sobre a questão ambiental e a necessidade de construir formas alternativas de vida mais sustentáveis e democráticas.

## CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A metodologia do presente estudo está baseada no tripé: a) levantamento bibliográfico e construção de um quadro referencial teórico, b) pesquisa documental sobre as caminhadas ecológicas (CEs) e sobre o grupo Ecoando, c) pesquisa de campo através de questionários junto aos participantes das CEs promovidas por esta organização e entrevistas junto aos representantes de alguns dos grupos de caminhadas existentes na Cidade do Rio de Janeiro.

Assim, fizemos a leitura de diversos livros, artigos, trabalhos acadêmicos e documentos sobre atividades que possuíam correlação direta ou indireta com os assuntos aqui abordados.

Com o intuito de caracterizar e contextualizar o objeto da pesquisa, assim como a metodologia aqui utilizada, levantamos quase todo material impresso produzido pelo Ecoando e também por terceiros a seu respeito até a finalização desta pesquisa. Da considerável quantidade de material encontrada na organização, consultamos *folders*, informativos, programações e relatórios de atividades, matérias jornalísticas, entrevistas, artigos, atas e projetos, cartas e depoimentos de participantes, relatórios de trabalhos e divulgações publicitárias. Além disso, do acervo fotográfico do grupo, selecionamos algumas cenas que ilustravam questões enfocadas nesta pesquisa.

Do cruzamento das informações daí obtidas e sua análise crítica, pudemos inferir algumas questões relevantes: a composição do público das caminhadas ecológicas do Ecoando; a caracterização da organização, seu histórico e metodologia de trabalho; e a delimitação e caracterização do ambiente de atuação.

Visando construir um perfil do público participante das CEs do Ecoando e avaliar possíveis contribuições e impactos destas na percepção do mundo e na prática socioambiental de seus adeptos, elaboramos e aplicamos um questionário fechado (Anexo 2, p. 116), com 24 questões versando sobre sensibilidade às questões ambientais, práticas ecológicas, associativismos, entre outros temas fundamentais à análise. Assim, organizamos o

questionário em duas partes. A primeira (14 questões) procurava levantar informações básicas sobre o perfil sociodemográfico dos participantes, tais como faixa etária, nível cultural, faixa de ganhos, moradia etc., além do histórico de participação dos mesmos nas caminhadas ecológicas, e sua prática de associativismo e ação política. A segunda (10 questões) era composta por temas que tinham como objetivo levantar possíveis contribuições proporcionadas pelas CEs do Ecoando na adoção de posicionamentos e ações ecologistas. Tais temas foram estruturados com base em conteúdos trabalhados vivencialmente no grupo, englobando as seguintes dimensões: a) sensorial (percepção); b) emocional (sensibilidade, interesse); c) cognitiva (conhecimento, consciência); d) social (vivência social); e) pró-ativa (adoção de atitudes, posicionamentos, cuidados e engajamento em recuperação ambiental). As questões se desdobraram em seis tópicos diretamente ligados ao tema centralizador, nos quais os participantes deveriam identificar se sua relação com cada um deles passou a ser mais ativa ou não, antes ou depois de participar das CEs da organização.

Em etapa prévia à aplicação extensiva do questionário, fizemos o levantamento minucioso de todos os participantes avulsos, voluntários e associados ativos e não ativos do grupo desde sua fundação, de forma a identificar seus respectivos contatos e assim viabilizar a pesquisa.

Como já foi mencionado, também elaboramos um roteiro de entrevista que foi aplicado a líderes de algumas organizações de caminhadas ecológicas do Rio de Janeiro, com o intuito de investigar a visão e a experiência destes em relação à CE. Das sete entrevistas, mais da metade, quatro, foram feitas pessoalmente, ao passo que outras três foram realizadas por intermédio de correio eletrônico, tendo-se obtido resposta às mesmas na sua totalidade.

Como forma de compensar a raridade de trabalhos acadêmicos sobre caminhadas ecológicas, procedemos a consulta de obras de atividades correlatas (caminhadas, excursionismo, montanhismo, ecoturismo), tendo como referência os seguintes autores: Roberto Muggiatti, Cristiano Requião, Doris Van Meene Ruschmann, Harvey F. Schlenker; Pedro da Cunha e Menezes e Sérgio Beck. Tal bibliografia foi fundamental na compreensão das origens e nas correlações e evolução da atividade.

Já em relação ao ecologismo, foi necessária a construção de um quadro referencial teórico para melhor compreender as correlações entre as suas concepções e as CEs. Devido à grande quantidade de bibliografia agrupada em diferentes denominações – ambientalismo, “ecologia” e meio ambiente, principalmente – foi preciso proceder a uma seleção de obras que indicassem maior alinhamento com a temática discutida nesta dissertação. Autores como

Félix Guatari, Carlos Walter Porto Gonçalves e Carlos Sant'Ana Diegues foram referências, entre outras, em cuja fundamentação teórica/conceitual se baseou boa parte deste trabalho. Além disso, cabe destacar que o posicionamento enunciado por Soffiatti e Lago & Pádua sobre o ecologismo foi adotado como referencial central nesta dissertação. Também autores como Enrique Leff e Joan Martinez Alier contribuíram teoricamente para a melhor compreensão das variáveis presentes nos diversos movimentos ecológicos. Assim embasada, esta dissertação buscou a construção de um referencial teórico mais consistente em torno do ecologismo, permitindo melhor entender suas correlações com as caminhadas ecológicas.

Como forma de investigar e consolidar teoricamente tais correlações, adotamos o viés da Educação Ambiental emancipatória, para o que utilizamos trabalhos sobre esta temática. Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Marcos Reigota e Alexandre Pedrini encontram-se entre os especialistas neste assunto pesquisados. Importante destacar a adoção da educação crítica preconizada por Paulo Freire, o que permitiu um embasamento ainda mais consistente das idéias aqui formuladas.

A metodologia desta forma colocada pretendeu de forma simples, clara e objetiva atender aos objetivos propostos nesta dissertação.

## **1 AS CAMINHADAS ECOLÓGICAS: EXPLORANDO E CONHECENDO OS CAMINHOS**

Nesse capítulo, procuramos caracterizar, conceituar e contextualizar a caminhada ecológica como uma dimensão vivencial do ecologismo, de forma a construir um quadro de referência conceitual que nos permita compreender as potencialidades e os limites das caminhadas ecológicas como uma modalidade específica de Educação Ambiental. Com esse objetivo, optamos por percorrer algumas trilhas histórico-conceituais em torno das atividades que se relacionam com as caminhadas ecológicas.

Inicialmente, buscaremos identificar aspectos biológicos, psicológicos e sociais relacionados ao ato de caminhar, tendo em vista que a caminhada ecológica está fundada exatamente nessa atividade e que a compreensão desses elementos é fundamental para elucidar algumas das suas características, conforme veremos no decorrer do nosso estudo.

Em seguida, como um autêntico caminhante que procura reconhecer o terreno que percorre, tal tarefa exigiu que buscássemos compreender e caracterizar o território do nosso estudo, ou seja, as trilhas e vias onde se desenvolvem as caminhadas ecológicas, historiando seu uso, classificando seus tipos e discorrendo a respeito dos impactos ambientais e das potencialidades que possuem em relação à Educação Ambiental. Depois, procuramos estabelecer relações e diferenciações com atividades correlatas, envolvendo o excursionismo, o montanhismo e o ecoturismo, de forma a construir uma definição precisa do que entendemos por caminhadas ecológicas.

Desta forma, abrimos uma nova senda, buscando construir uma caracterização e uma conceituação das caminhadas ecológicas – iniciativa até então incipiente no âmbito acadêmico – para o que sentimos a necessidade de recuperar seu histórico e desenvolver uma abordagem que permitisse configurar nosso objeto de estudo.

### 1.1. Origem histórica: andar, andar

O termo “caminhada ecológica” tem como base uma das mais singulares, originais e vitais capacidades humanas, ou seja, o ato de andar.

Andar, a arte da progressão colocando um pé metodicamente adiante do outro, é o meio de locomoção mais venerável e universal da humanidade e o tem sido durante um milhão de anos. (ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA *apud* MUGGIATI, 2006, p. 9)

A postura ereta, a liberdade das mãos e a perspectiva espacial ampla, características desta peculiar atividade, foram herdadas de nossos ancestrais hominídeos e aperfeiçoadas desde então, o que permitiu ao homem evoluir e alcançar praticamente todos os cantos do planeta em sua busca por melhores condições de vida, novas paisagens e fuga de adversidades (BRYSON, 2003). O contato com novas situações e ambientes diversos – repletos de desafios e potencialidades – proporcionado pelas grandes travessias a pé de populações pré-históricas, pode ter também contribuído decisivamente no processo evolutivo do *Homo sapiens* e também no desenvolvimento de uma de suas mais valiosas capacidades: a de adaptação.

Segundo Peter Wheller (*apud* MUGGIATI, 2006), professor de evolução da Liverpool Polytechnic, o ancestral do homem levantou-se e andou ereto por causa do calor e não em resposta à necessidade de liberar os braços para colher frutos ou carregar objetos, como sustentavam teses anteriores. Wheller adotou como modelo o *Australopithecus*, elo de transição entre o macaco e o hominídeo, e depois de várias simulações, concluiu que a postura ereta diminuía a área corporal exposta às altas radiações. Como resultado, nossos ancestrais passaram a ter melhor circulação de ar no tronco e na cabeça, sofrer menos com o calor e consumir menos água. A partir daí os humanos passaram a ter peles mais finas, já que não mais precisavam de proteção extra contra a radiação solar. O efeito refrescante da nova postura permitiu que ficássemos mais altos, mais magros e desenvolvêssemos o tamanho de nossos cérebros.

O mais antigo bípede “definitivo” já encontrado – o *Australopithecus anamensis* – data entre 3,9 e 4,1 milhões de anos e foi descoberto por uma equipe internacional de cientistas no Lago Turkana, ao norte do Quênia (MUGGIATI, 2006). Já o mais antigo registro de uma caminhada com inconfundíveis traços humanos – pegadas fossilizadas de dois adultos e uma criança – foi descoberto em 1978 em Laetoli, Tanzânia Setentrional, com datação entre 3,8 a 3,5 milhões de anos (BRYSON, 2003).

Segundo Muggiati (2006, p. 12), a maioria dos pesquisadores concorda que:

a bipedalidade foi crucial para a evolução humana. Caminhar sobre os dois pés exigiu profundas modificações na anatomia, particularmente nos membros e na pélvis. Determinou limites no tamanho dos bebês ao nascer, criando uma necessidade maior de cuidados neo-natais, o que acarretou conseqüências culturais de extrema importância. Pode até ter influenciado a sexualidade humana e o desenvolvimento da vida familiar como a conhecemos hoje.

Aliando a caminhada à descoberta do fogo, ao uso de ferramentas e de agasalhos, e ainda ao desenvolvimento de sua capacidade de caça, o homem ancestral pôde avançar para além das terras originais da África<sup>2</sup>, alcançando a Europa e a Ásia, e posteriormente cruzar para a América. A esse respeito, Wong (2007) afirma que “da perspectiva evolutiva, a propensão para colonizar é uma das características distintivas de nossa espécie: nenhum outro primata percorreu distâncias tão vastas” (p. 41). E aprofunda o tema:

Alteração na dieta com a introdução da carne pode explicar como os humanos conseguiram sobreviver fora da África, mas ainda não sabemos o que os levou a avançar para novos territórios. Talvez a explicação esteja na simples e familiar necessidade de saber o que está além daquela colina, daquele rio ou do alto capim da savana – um exemplo pré-histórico do gosto pela viagem. (*idem*, p. 48)

Apesar da polêmica em torno do momento da chegada do homem à América, existe o consenso entre a comunidade científica sobre a tese de que ele teria vindo da Ásia, em caminhada migratória através da Beríngia (onde hoje se situa o Estreito de Bering, daí o nome) – vasta extensão de terra que ligava os dois continentes, atualmente coberta por águas oceânicas (PIVETTA, 2002). Um estudo realizado com trinta ameríndios por uma equipe de pesquisadores de nove centros do Brasil e um do Peru, coordenados por Marco Antônio Zago e Wilson Silva Jr., da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP), questiona, baseado na análise de uma parte da molécula de DNA (ácido desoxirribonucléico) mitocondrial, a teoria de que o *Homo sapiens* teria chegado às terras americanas há cerca de 12 mil anos. Segundo esta teoria, três movimentos migratórios de populações mongolóides teriam atravessado a Beríngia, tendo sido a Clóvis a primeira cultura

---

<sup>2</sup> Recentes descobertas estabeleceram que os humanos deixaram a África há 1,75 milhão de anos. Já a colonização do leste da Ásia ocorreu há 1,1 milhão de anos, mas os hominídeos parecem ter alcançado a Europa Ocidental muito mais tarde. É provável que a concorrência com carnívoros ou climas inóspitos tenha criado dificuldades às primeiras fixações na região (WONG, 2007).

a se estabelecer aqui. Contrariando esta tese, o referido estudo postula que apenas uma pequena população de caçadores-coletores teria migrado, há cerca de 21 mil anos, sugerindo “que todos os membros da heterogênea população de ameríndios analisada – 25 índios brasileiros e cinco Quéchua peruanos – derivaram de um único grupo ancestral, possivelmente os primeiros colonizadores da América” (PIVETTA, 2002, p. 1). Ou seja, em última análise, a caminhada possibilitou ao ser humano a conquista e a colonização de considerável parcela de seu habitat.

Apesar de ser virtualmente impossível inventariar a atividade de caminhar, é evidente que ela tenha sido menos utilizada já a partir da invenção da roda e do uso do cavalo como montaria e meio de tração (MUGGIATI, 2006). Entretanto, pelo fato de ser o meio mais acessível e simples de locomoção, sempre ocupou lugar de destaque na história e no cotidiano das sociedades humanas, inclusive nos dias atuais. A este respeito, em pleno século XX, grandes caminhadas, como as empreendidas pelos irmãos indigenistas Villas Boas em sua marcha para o oeste (VILLAS BOAS e VILLAS BOAS, 1994), foram alguns dos únicos meios disponíveis para adentrar locais de difícil acesso, apesar dos avanços tecnológicos já disponíveis então.

Dentre os povos pré-históricos de tecnologia mais rudimentar que se utilizavam de caminhadas em busca de melhores condições de vida, destacam-se os sambaquieiros ou povos dos sambaquis. Segundo pesquisas arqueológicas (KNEIP, CUNHA e PALESTRINI, 1981), populações sucessivas de coletores, pescadores e caçadores, percorreram o litoral do Brasil à procura de locais de maior concentração de recursos naturais, sobretudo recursos marinhos, entre oito mil e mil anos atrás, mas desapareceram, segundo hipóteses de pesquisadores (DE BLASIS *apud* PEIXOTO, 1999), em função da provável dominação tupi em sua marcha de ocupação do litoral.

Por outro lado, povos detentores de tecnologia mais avançada, como os incas, fizeram das caminhadas um importante instrumento de controle político e militar, permitindo dotar o poder central de capacidade de monitoramento de todo império, assim como a intervenção rápida de seus exércitos em lugares conflitivos, caso fosse necessário<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Acquaviva (1980, p. 154) nos fornece um bom exemplo da importância dos caminhos e das caminhadas no funcionamento do império Inca: “As vias de comunicação incaicas se espalhavam por todos os quadrantes da América do Sul, a partir do coração do império, Cuzco. As mais importantes do ponto de vista político ou econômico eram pavimentadas, arborizadas com plantas frutíferas e constantemente patrulhadas. [...] Os frequentadores habituais eram o rei, que sempre estava a inspecionar as províncias, os exércitos e os correios. Estes cumpriam seus ofícios a pé, pois os peruanos não possuíam animais de montaria nem utilizavam a roda. O estafeta, denominado *chasqui*, era selecionado desde a infância, habituando-se, desde logo, às maiores privações, pois nunca poderia perder muito tempo repousando ou se alimentando convenientemente.”

Algumas das mesmas trilhas usadas por povos pré-colombianos, muitas inclusive pavimentadas, foram posteriormente utilizadas pelo colonizador europeu em sua marcha de subjugação da população autóctone e colonização da região. Neste aspecto, conquistadores como Francisco Pizarro utilizaram-se dos caminhos já existentes para dominar impérios andinos, no início do século XVI (ACQUAVIVA, 1980).

Também os portugueses beneficiaram-se da extensa malha de veredas já existente na recém-descoberta terra, posteriormente denominada Brasil. Duas delas – o Caminho do Litoral (ou *Peabiru*) e o Caminho de São Vicente – foram fundamentais para fomentar a ocupação de áreas – como São Paulo de Piratininga – e permitir a comunicação entre núcleos de povoamento. Interessante citar o relato do Padre Fernão Cardim (MENEZES, 1996), cronista do período colonial brasileiro, sobre a extraordinária capacidade que os tupinambás tinham de caminhar e se orientar em trilhas pouco definidas. Dois deles, originários da Bahia e condenados ao exílio no Rio de Janeiro, para onde foram levados de navio, “voltaram por terra sozinhos, caminhando no meio de mato espesso até sua aldeia nas proximidades da atual Salvador” (*idem*, p. 10).

Ainda no período colonial brasileiro, algumas caminhadas foram decisivas para o estabelecimento da configuração física atual do país. Nas Entradas e Bandeiras (séculos XVI até XVIII), os primeiros paulistas adentraram o sertão em busca de riquezas e escravos através de longas marchas (BASTOS e TORAL, 2000)

Quando da abertura dos portos às nações amigas por D. João VI, no século XIX, naturalistas europeus espalharam-se em intermináveis percursos exploratórios, mesclando o uso de equinos e caminhadas. Assim, viajantes como Auguste de Saint Hilaire, Maximiliano de Wied Neu-wied, Charles Darwin, entre outros, adentraram veredas antes inacessíveis a estrangeiros e repletas de riquezas culturais, naturais e paisagísticas – como bem retratadas em algumas pinturas e gravuras destes visitantes. Uma citação de Saint-Hilaire<sup>4</sup> (1974, *apud* SATLER, 2003, p. 42) aproxima muito a figura do naturalista à do turista contemporâneo: “o gosto pela História Natural faz nascer o de viajar”. Assim, a caminhada passava a ser não mais apenas um meio de locomoção, mas uma forma de unir conhecimento, lazer e natureza, elementos estes que estão na base do desenvolvimento das caminhadas ecológicas, como veremos.

---

<sup>4</sup> SAINT-HILAIRE, *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

Segundo Ceballos-Lacuráin<sup>5</sup> (1996, *apud* SATLER, 2003, p. 42), o termo “turista” surgiu pela primeira vez em 1800 e foi publicado no *Oxford English Dictionary* em 1811. Este termo significa desde então o indivíduo que viaja pelo prazer de viajar; por curiosidade. Depreende-se, pois, que a curiosidade dos naturalistas os impelia para a busca de seus objetos de estudo, sendo a caminhada obviamente a forma mais usual e acessível de alcançá-los. Além disso, a curiosidade não é atributo apenas de naturalistas, mas de toda a humanidade, assim como a capacidade de caminhar. Nesse sentido, podemos dizer que a curiosidade é um dos elementos do processo de conhecimento, de ensino e aprendizagem que caracterizam a existência humana, histórica e social (FREIRE, 2003). Como afirma o educador Paulo Freire, “a educação, como formação, como processo de conhecimento, de ensino, de aprendizagem, se tornou, ao longo da aventura no mundo dos seres humanos, uma conotação da sua natureza, gestando-se na história, como vocação para a humanização” (*idem*, p. 20). Com base nessa concepção, podemos dizer, mais uma vez inspirados em Freire, que as caminhadas se tornaram a expressão de uma “certa prática educativa”, ampliando o entendimento da prática educativa para além da escolarização formal.

Assim, podemos argumentar que caminhada, turismo e conhecimento guardam, na sua origem, profunda relação entre si, que em certa medida permanece vigente ainda nos dias de hoje.

Certas atividades turísticas têm como objeto a própria caminhada em si, como em alguns roteiros religiosos (o Caminho de Santiago de Compostela, por exemplo, que inclui Espanha, Portugal e França), de aventura (como trilhas montanhosas no Nepal) e culturais (roteiros por museus, igrejas etc.), mas todas elas engendram algum nível de desejo pelo conhecimento. O chamado turismo ecológico ou ecoturismo, no qual se incluem dezenas de atividades das mais diversas (escalada, vôo livre, descida de corredeiras etc.), utiliza em muitas delas as caminhadas, o que permite estabelecer nexos entre esta modalidade de turismo e as caminhadas ecológicas, como veremos no decorrer deste estudo.

Mais recentemente, podemos perceber novos sentidos atribuídos às caminhadas, envolvendo o posicionamento político, o protesto e as marchas por objetivos cívicos os mais diversos. Nos anos 1960, jovens do mundo inteiro tomaram conta das estradas e das ruas, munidos de mochilas e do ideário da contracultura, em cuja imagem dos *hippies* ficou esta época eternizada. “De Pequim a Paris, de Woodstock a Praga, da Califórnia à Patagônia, tentaram escrever, com os pés no chão, uma nova história” (MUGGIATI, 2006, p. 22).

---

<sup>5</sup> CEBALLOS-LASCURÁIN, Hector. *Tourism, ecotourism and protected areas*. Gland: IUCN, 1996.

Também no Brasil os jovens marcharam em passeatas contra a ditadura militar, cantando músicas como “Caminhando”, de Geraldo Vandré e outras de caráter político.

Um costume interiorano ainda vivo em várias cidades brasileiras contrasta com o dos caminhantes politizados da contracultura: o *footing*. Podendo ser traduzido como “bater perna”, este termo designa o ritual de sedução que costuma acontecer em praças e calçadas, onde jovens, divididos em alas masculinas e femininas, caminham de um lado para o outro buscando olhares e oportunidades de encontro.

Nas últimas décadas, o culto ao corpo e a busca da saúde têm motivado multidões a adotarem a caminhada como exercício dos mais completos. Um dos responsáveis por esta febre foi o dr. Kenneth Cooper, ao introduzir nos testes de aptidão física cuidados com a atividade cardiorrespiratória. De acordo com Muggiati (2006, p. 38), “Cooper colocou 25 milhões de americanos a correr e caminhar pelas ruas na década de 1970. Em 1984, o número se elevava a 35 milhões”.

A caminhada é o exercício ideal, segundo o médico, pois provoca menos problemas cardíacos, musculares e vertebrais do que correr. Um mínimo de meia hora de caminhada diária é suficiente e oferece proteção significativa não só contra doenças cardiovasculares e o câncer, mas contra muitos outros males fatais, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Aeróbica de Dallas (*idem*).

Variações das caminhadas tornaram-se elas próprias atividades-fim, como o excursionismo, o *hiking*, e o *trekking*. O *trekking*, segundo Menezes (2000) e Salvatti (2006c), consiste em caminhadas de mais de um dia sendo, por vezes, confundido com *hiking*, caminhadas de até um dia, igualmente feitas em locais com riqueza ecológica e paisagística. Em duas publicações sobre roteiros de ecoturismo (SEBRAE RJ, 2003; *Guia Quatro Rodas*, 2000), estas mesmas definições estrangeiristas são classificadas como atividades ecoturísticas. Interessante notar que os termos “caminhada” e “caminhada ecológica” sequer foram mencionados em tais publicações, demonstrando a maior valorização de jargões importados na referência por atividades deste gênero. Para Lima e colaboradores (LIMA *et al.*, 2003), o descontrolado desenvolvimento dos centros urbanos, com a conseqüente perda da qualidade de vida e a valorização das atividades ao ar livre, seria uma das causas da busca cada vez maior por lugares com beleza cênica e natureza mais preservada.

Segundo Beck (1989), a caminhada em áreas preservadas parece ser a mais básica forma de aventura, pois, mesmo aqueles que se dedicam a esportes mais “evoluídos” (sic) ou extremos – como as escaladas, a espeleologia e o canoísmo –, provavelmente já passaram

antes por ela, ou se beneficiaram da experiência e práticas aí adquiridas. Para ele, caminhar por trilhas é aventura essencial para o ser humano, pois oferece “a incerteza do desfecho, a excitação de novas descobertas e a magia de revelar em si novas habilidades e forças de cuja existência ele não suspeitava” (BECK, 1989, p. 8). Segundo este mesmo autor, psicólogos descobriram que esta busca por aventura – distante da aventura inconseqüente e sem sentido – está ligada a um nível de risco calculado, consciente, que permite uma resposta cerebral de satisfação e ampliação da percepção.

Tal atitude em aceitar o imponderável e as dificuldades das caminhadas seria, para Beck (1989) , um contraponto às facilidades impostas pela vida moderna, responsável, não raras vezes, pela fragilização do habitante de cidades e pela manutenção de relações de dependência com a engenharia urbana (transportes automotores, vias calçadas e niveladas, escadas rolantes e elevadores etc.). Entretanto, não apenas a aventura seria fator constituinte das caminhadas. A facilidade de acesso a trilhas urbanas ou próximas a centros urbanos possibilita uma diversidade extraordinária de pessoas a visitá-las, com iguais expectativas: “há os que buscam as montanhas pela beleza do cenário, pela pura contemplação do dia e da paisagem, pelo prazer do exercício, da mudança de ares, da companhia dos amigos, das fotos que trarão para mostrar. Qualquer trilha fácil, cênica e gostosa lhes serve” (BECK, 1989, p. 10). Gasques<sup>6</sup> (1986, *apud* MENEZES, 1998, p. 15), complementa este ponto de vista:

o ato de caminhar tem seus pequenos segredos. Um dos principais, talvez, seja a total ausência de competição. Durante uma caminhada, seja no parque de sua cidade ou na mata, ninguém vai chegar à frente de ninguém, não haverá vencedores ou perdedores, nenhum recorde vai ser derrubado [...]. Se for um grupo atravessando a floresta, todos vão chegar ao fim, e a vitória será de cada um, sua experiência íntima.

Em síntese, apesar de a caminhada ser uma das atividades mais enraizadas na experiência humana, ela sofre uma progressiva transformação de sentido ao longo da história da civilização, passando de um meio básico de locomoção a elemento incorporador de novos significados culturais, tais como posicionamentos políticos e manifestações de protesto, marchas reivindicatórias ou simplesmente atividade física na forma de exercício ou lazer.

Estes fatos aliados à busca cada vez maior por lugares com beleza cênica e natureza mais preservada, à valorização de atividades ao ar livre, à perda da qualidade de vida urbana e à acessibilidade a trilhas próximas a grandes centros propiciaram uma valorização de

---

<sup>6</sup> GASQUES, Marcus Vinícius. *Pé na trilha*. São Paulo: Traço Editora, 1986.

atividades que visam a uma aproximação com a natureza, entre as quais aquelas que utilizam as caminhadas como um de seus elementos, como o excursionismo, o montanhismo e o turismo ecológico, além das próprias caminhadas ecológicas.

## **1.2. O ambiente de atuação: as trilhas**

Caminhadas ecológicas (CEs) e outras atividades de contato direto com a natureza têm nas trilhas sua locação por excelência. Seja como meio de alcançar algum destino, como uma cachoeira ou um pico, seja como fim em si, são elas que dão a sustentação a tais atividades. Em função disso, adotamos neste trabalho a sua configuração como instrumento de trabalho das CEs.

A principal função das trilhas, segundo Andrade (2007), sempre foi suprir a necessidade de deslocamento. No entanto, esta função vem sendo gradativamente alterada, na medida em que a trilha não é apenas caminho, ela é o ambiente onde a caminhada se desenvolve e onde se experimenta o contato com a natureza, possibilitando estimular o interesse por áreas naturais e locais preservados. Segundo o mesmo autor, um dos objetivos de trilhas de uso público em áreas naturais é suprir as necessidades recreativas de maneira a manter o ambiente estável e permitir ao visitante a devida segurança e conforto.

Uma definição de trilha, mais voltada para atividades de contato direto com a natureza, é dada por Salvatti (2006b, p. 1):

trilhas são caminhos existentes ou estabelecidos, com diferentes formas, comprimentos e larguras, que possuam como objetivo aproximar o visitante ao ambiente natural, ou conduzi-lo a um atrativo específico, possibilitando seu entretenimento ou educação através de sinalizações ou de recursos interpretativos.

Provavelmente as mais antigas trilhas surgiram como consequência direta dos movimentos migratórios dos grandes mamíferos, fugindo do inverno rigoroso. O ser humano começou a utilizar e/ou estabelecer trilhas para vários fins, desde a simples procura de alimento e água, até peregrinações religiosas, viagens comerciais e ações militares (ANDRADE, 2007). Com o desenvolvimento dos meios de transporte, algumas trilhas foram abandonadas, outras utilizadas para abertura de estradas e outras ainda totalmente destruídas. Para Salvatti (2006b), boa parte das trilhas hoje utilizadas em ecoturismo (e, por conseguinte,

também em caminhadas ecológicas) são caminhos de uso tradicional para determinadas comunidades.

Grande parte dos estudos sobre o assunto está voltado para a interpretação ambiental das trilhas em unidades de conservação (ANDRADE, 2007). Estas geralmente são de curta extensão e possuem um caráter educacional, consistindo num importante instrumento pedagógico que possibilita o conhecimento interdisciplinar dos locais visitados (fauna, flora, geologia, geografia, processos biológicos, relações ecológicas e sociais).

Segundo o mesmo autor, as trilhas podem ser classificadas quanto à sua função, forma e grau de dificuldade. Quanto à função, podem ser utilizadas em serviços administrativos (manutenção, fiscalização, gerenciamento) ou pelo público visitante (recreação, educação, estudo). Nestes casos, podem ser divididas em trilhas de curta distância, as chamadas trilhas de interpretação (*natural trails*) ou de longa distância (*wilderness trails*).

Trilhas de curta distância apresentam caráter recreativo e educativo com programação desenvolvida para interpretação do ambiente natural. Já as de longa distância apresentam caráter recreativo, como viagens de travessia pela região (como a Travessia Petrópolis-Teresópolis, no Parque Nacional da Serra dos Órgãos – RJ).

As denominadas interpretativas são definidas como instrumentos prazerosos de educação ao ar livre,

traduzindo para o visitante os fatos que estão além das aparências, tais como leis naturais, interações, funcionamentos, história ou fatos que, mesmo aparentes, não são comumente percebidos. [...] Têm o propósito de desenvolver nos usuários um novo campo de percepções, levando-os a descobrir um mundo ainda desconhecido. (VASCONCELOS, 2003)

Quanto à forma, as trilhas podem ser classificadas em: circulares, oito, lineares e atalho. As circulares oferecem a possibilidade de voltar ao ponto de partida sem repetir o percurso. Aquelas em oito prestam-se a áreas limitadas, pois aumentam a possibilidade de uso destes espaços. As lineares, mais comuns e de traçado mais simples, apenas conectam o caminho principal a algum destino (como um pico, uma caverna, uma cachoeira etc.). A trilha em forma de atalho possui seu início e fim em diferentes pontos de uma trilha ou caminhos principais (ANDRADE, 2007).

Um sério problema em relação às trilhas encontra-se na carência por políticas públicas de ordenamento, divulgação e manutenção delas, o que ocasiona efeitos perversos tanto naquelas mais utilizadas quanto nas menos conhecidas (MENEZES, 1998). Segundo

Menezes, nas primeiras, a visitação em massa acaba agravando os impactos daí advindos; já nas segundas, a pouca utilização acarreta a falta de fiscalização e uma desvalorização enquanto ativo ecológico, permitindo que sejam tais trilhas alvo de frequentadores ilegais, como caçadores, incendiários e bandidos, que também trazem impactos socioambientais diversos.

A este respeito, Menezes (1998) questiona o posicionamento de alguns excursionistas contemporâneos, reticentes à divulgação de trilhas, seu ordenamento e sinalização. Para estes, a divulgação das trilhas, além de trazer a perda da privacidade comum ao ambiente silvestre, também contribuiria para a sua degradação, por conta da falta de informação, despreparo e mesmo irresponsabilidade de alguns caminhantes. O mesmo autor acredita que a divulgação criteriosa, ao contrário do que pensam determinados segmentos do excursionismo, pode:

estar ajudando a formar uma comunidade de indivíduos conscientes da importância da preservação deste patrimônio natural de beleza única. Quanto mais pessoas fizerem um 'excursionismo de mínimo impacto', maior será o grupo de pressão no sentido de evitar o contínuo desgaste ambiental das florestas do Rio. (MENEZES, 1996, p. 24)

Segundo Andrade (2007), existem quatro fatores ambientais sob ação direta da utilização de trilhas: solo, vegetação, fauna e problemas antrópicos. A compactação e a erosão são os principais fatores de alteração do solo resultantes da utilização de trilhas. O efeito de pisoteamento produz um impacto mecânico direto que leva à diminuição de seus poros, e, por conseguinte, da capacidade de retenção de ar e absorção de água. Assim, altera-se a capacidade do solo em sustentar a vida vegetal e animal (microfauna) associada.

Erosão é um processo natural que causa graves problemas em áreas onde existem trilhas, principalmente regiões montanhosas. Algumas causas podem ser citadas como facilitadoras do processo de erosão: alteração e morte da vegetação, que impede que as raízes auxiliem na manutenção da estrutura do solo; pisoteamento, que provoca agitação da superfície, possibilitando o deslocamento de pequenas quantidades de solo, principalmente em declives (*idem*). Segundo o mesmo autor, a presença de trilhas ainda altera o padrão de circulação de água na região. A este respeito, Andrade afirma:

o solo deixa de absorver grande porcentagem de água e esta passa a escorrer preferencialmente ao longo da superfície 'lisa' da trilha. A água provoca o deslocamento de partículas aumentando assim a erosão. Quanto maior a inclinação do terreno, maior a velocidade da água, e maior será a quantidade de partículas deslocadas. (ANDRADE, 2007, p. 7)

O pisoteamento constante do solo da trilha acaba destruindo as plantas por choque mecânico direto, e indiretamente, por compactação do solo. A erosão do solo, por sua vez, expõe as raízes das plantas dificultando sua sustentação e facilitando a contaminação das raízes por pragas, o que compromete toda a planta (ANDRADE, 2007).

A presença de uma trilha provoca algumas mudanças na composição da vegetação ao redor da mesma. As alterações ambientais permitem que as espécies vegetais mais resistentes tenham mais vantagens em relação àquelas mais sensíveis. Um exemplo disso é o caso da embaúba (*Cecrópia sp.*), cujo desenvolvimento se dá pelo maior aporte de luminosidade proporcionado pela abertura de uma trilha.

Em relação aos impactos de trilhas na fauna, Andrade (2007) comenta não serem ainda bem conhecidos. Entre as hipóteses aventadas por este autor, estão um provável aumento no número de indivíduos de espécies tolerantes à presença humana e uma diminuição daquelas mais sensíveis. A multiplicação de trilhas pode ainda fragmentar a área necessária a algumas espécies animais, provocando interferência em suas rotas de deslocamento, destruição do habitat dos animais de caça, destruição de abrigos para carnívoros etc. (Guillaumon<sup>7</sup>, 1977, *apud* ANDRADE, 2007).

Os problemas antrópicos relacionados ao uso de trilhas são: lixo e fogo. O lixo, além de descaracterizar e poluir a área onde está inserida a trilha, pode trazer problemas também em relação à fauna, devido à ingestão de embalagens e restos de alimentos estranhos à sua dieta. Os efeitos deletérios do fogo, oriundo de cigarros, fogueiras e fogareiros de usuários de trilhas, são um dos mais evidentes e incisivos problemas ambientais ocasionados pelo homem ao ambiente silvestre.

Um outro problema não relacionado por Andrade, e que também pode estar associado ao uso de trilhas que passam próximas ou atravessam comunidades tradicionais, são os impactos socioculturais. A visitação massiva ou sem critérios pode descaracterizar usos e costumes tradicionais, além de trazer incômodos aos habitantes locais. Este assunto já ocupa a pauta de discussões de alguns autores em ecoturismo (BOO, 1995; CINTRA, 2004; WESTERN, 1995), porém é praticamente desprezado em outras atividades. Devido à sua maior complexidade em relação ao manejo físico de trilhas, este é um problema que exigirá maiores esforços na busca por soluções.

---

<sup>7</sup> GUILLAUMON, J. R. *al. Análise das trilhas de interpretação*. São Paulo: Instituto Florestal, 1977. *Bol. Técn.* 25, 57 p.

Como forma de atenuar os impactos advindos do uso de trilhas, Requião preconiza a adoção, pelo excursionista, de princípios éticos sintonizados com as causas conservacionista e preservacionista: “atualmente, o comportamento excursionista implica encarar a natureza nos seus próprios termos, observando a vida selvagem sem perturbá-la, mantendo as trilhas e locais de acampamento tão asseados quanto possível” (REQUIÃO, 1991, p. 12).

Um importante instrumento técnico no manejo de trilhas e na atenuação dos impactos é o estado de “capacidade de carga” (CC), que expressa o nível que uma trilha pode suportar sem que um grau inaceitável de deterioração dos recursos seja atingido. Difícil de ser quantificada, a CC divide-se em CC física, relacionada ao tamanho e largura da trilha; CC ecológica, relacionada aos danos sofridos pela fauna, flora e solos; e CC perceptiva, que depende da combinação entre as condições físicas e o número de pessoas que a utilizam ao mesmo tempo sem que a mesma tenha uma aparência de “lotada”.

Dentre algumas idéias e propostas com o intuito de potencializar a conservação ambiental das áreas por onde passam trilhas, cita-se o projeto não realizado de Menezes (2000), em criar uma extensa trilha a ligar diversas unidades de conservação cariocas – a Transcarioca. A mesma serviria como elemento integrador dos fragmentos florestais ao longo de seu curso, permitindo à população acesso a áreas ricas em atrativos naturais, históricos e culturais; informação multidisciplinar; e formação de uma massa crítica de defensores do meio ambiente, a exemplo da Apalachian Trail (trilha com mais de 3.600 quilômetros contínuos de extensão, que corta os Estados Unidos de norte a sul). O autor cita que os benefícios diretamente ligados à criação de trilhas de longo curso, segundo o projeto de construção da Great Eastern Centenary Track (Trilha Centenária do Grande Leste), na Austrália, seriam: “o aumento substancial nos níveis de preocupação com o meio ambiente e melhoria nas políticas públicas de manejo nas unidades de conservação” (*idem*, p. 21).

Iniciativas autônomas, ou em parceria com órgãos ambientais, vêm cada vez mais buscando o desenvolvimento de posturas mais brandas e éticas em atividades de contato direto com a natureza. Uma delas, bastante difundida entre excursionistas, montanhistas e escaladores, é o informativo “Conduta Consciente em Ambientes Naturais”, publicado pelo Ministério do Meio Ambiente. Nele são relacionadas ações e atitudes que visam não apenas atenuar os impactos ambientais destas atividades nos locais visitados, mas também responsabilizar os atores sociais sobre seu posicionamento perante a natureza e comunidades tradicionais. Entre estas ações, estão: informações sobre como elevar a segurança em incursões pelo ambiente silvestre, cuidados com as trilhas e lixo, recomendações quanto ao

uso de fogo e não coleta de “lembrancinhas”, critérios de contato com a biota local e outras pessoas e grupos (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000).

Semelhante iniciativa de minimização dos impactos em visitas a áreas naturais, é a cartilha Guia do Aventureiro Consciente, publicada pela empresa privada Photoverde Produções (sem data). Nela, profissionais reconhecidos em vários segmentos que se utilizam do ambiente silvestre – além dos já citados, também o canoísmo, as corridas de aventura, *bicicross*, etc. – oferecem recomendações sobre o certo e o errado nestas atividades.

### **1.3. Reatando laços com o meio ambiente: a presença das caminhadas em atividades de contato direto com a natureza.**

Se por um lado todos nós caminhamos, parece evidente que nem todos nós fazemos caminhadas com o intuito de protestar, reivindicar ou de fazer exercícios físicos. Pelo menos nem todos caminham ao mesmo tempo com a mesma intenção. Da mesma forma, nem todos que caminham fazem caminhadas ecológicas. A caracterização das caminhadas ecológicas exige, portanto, a compreensão do sentido atribuído às caminhadas em uma modalidade específica de utilização dessa atividade na sua relação com o meio ambiente. Por essa razão, tendo em vista nosso objeto de estudo, parece-nos importante resgatar algumas características das atividades de relação direta com a natureza que utilizam as caminhadas como suporte. Estamos nos referindo especificamente ao excursionismo, ao montanhismo e ao ecoturismo.

#### **1.3.1. O EXCURSIONISMO**

O dicionário *Aurélio Século XXI* (1999) define os termos excursionista e excursionismo de forma genérica. Assim, excursionista é aquela pessoa que faz excursões para se recrear e/ou instruir. Excursionismo é o gosto e prática das excursões, sendo excursão: “(1) um passeio de instrução ou de recreio, pelos arredores; e (2) viagem de recreio, às vezes em grupo e com guia”. Observa-se, no entanto, que seu uso mais freqüente relaciona-se a pessoas ou grupos que passeiam em áreas preservadas ou com atrativos ambientais. É talvez a atividade que mais guarde semelhanças com as caminhadas ecológicas, seja em relação à sua ambiência (trilhas por montanhas, vales, florestas etc.), seja no compartilhamento de algumas

práticas (técnicas de caminhada, segurança e orientação) e princípios (cooperatividade, respeito às normas de convivência entre adeptos etc.).

Uma definição que mais aproxima a imagem do excursionista à do caminhante ecológico é dada por Requião:

aquele que, por conta própria, sozinho ou em grupo, pretende entrar em contato direto com a natureza silvestre e desfrutar o que ela lhe oferece em termos de saúde, praticando campismo ou caminhadas com acampamentos em montanhas e praias, sempre aceitando eventuais dificuldades e virtudes, na forma em que elas se apresentem. (REQUIÃO, 1991, p. 11)

Para este autor, o excursionismo já se pautava por normas de conduta há dezenas de anos, como a solidariedade com os companheiros de trilha e o respeito à natureza. Entretanto, prossegue ele:

estas normas norteavam mal o antigo excursionista. Por vezes, ele agia como ‘desbravador’, ‘enfrentando’ a natureza como se ela lhe fosse hostil. Não havia consciência sobre o destino conveniente do lixo, nem uma perfeita noção dos danos que representa uma fogueira ou a destruição da vegetação, por exemplo. Hoje, pragmaticamente, essas questões assumem um aspecto determinante. (*ibid.*)

Martius e Saint-Hilaire são considerados por Andrade (2007) precursores do excursionismo, por provavelmente dominarem técnicas de caminhadas e se utilizarem do que se denominou “excursionismo científico”. A este propósito, Menezes (1996) atribui a estrangeiros viajantes, naturalistas, ou simplesmente curiosos que aportaram aqui a partir do século XIX, o desenvolvimento de um novo enfoque na utilização de trilhas e caminhos brasileiros: o da contemplação, do usufruto ou simples lazer, ou seja, algo próximo do excursionismo como é conhecido atualmente. Como exemplo disso, o zoólogo prussiano Hermann Burmeister<sup>8</sup> (1952, *apud* MENEZES, 1996) relata a existência de uma picada aberta até o Pico da Tijuca, no Rio de Janeiro, em 1853, e o Visconde de Taunay (MENEZES, 1996), em seu livro *Viagens de Outrora*, conta que a mesma trilha se encontrava sinalizada para excursionistas em 1885.

Algumas manifestações emocionais em relação à vivência do ambiente de trilha, em relatos destes primeiros excursionistas, aproximam-se muito da experiência de seus

---

<sup>8</sup> BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil Através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Livraria Martins, 1952.

representantes atuais e de caminhantes ecológicos. Spix e Martius<sup>9</sup> (1981, *apud* MENEZES, 1996, p. 17) expressam desta forma seu encantamento em relação à Serra da Tijuca:

Apenas deixamos atrás de nós o rumor das ruas e da gente, achamo-nos como que enfeitiçados no meio da pujante natureza. Ora passarinhos de diversas cores, ora deslumbrantes borboletas, ora insetos de maravilhosas formas, as pendentes casas de marimbondos e as dos cupins, ora plantas do mais lindo aspecto, espalhadas pelo estreito vale e pela rampa suave do morro, seduziam nossa vista... O aspecto majestoso, a doce tranqüilidade e paz dessas matas, só interrompidas pelo sussurro das asas dos colibris matizados, que voam de flor em flor e pelo canto mavioso de passarinhos estranhos e insetos, tudo age com magia especial na alma dos homens sentimentais, que se acham aqui contemplando esse majestoso país. Borboletas de asas grandes e pequenas brincam adejando no borribo de água que se eleva [de uma cascata], e pássaros de plumagem variada porfiam, de manhã à tarde, para vencer o tumulto da cachoeira. Inolvidáveis, conservamos as sensações que despertavam em nós, e somente o homem sossegado, que se sente feliz na natureza, pode compreender o prazer que gozávamos, nós, estrangeiros do norte, em sítio tão mágico.

Um ilustre representante e difusor desta nova forma de utilizar trilhas foi D. Pedro I. Segundo Menezes (1996, p. 18), o príncipe fora um dos pioneiros do excursionismo em seus primeiros anos de Brasil: “embrenhava-se na floresta pelo simples gosto de estar em contato com a natureza, de vislumbrar uma bela vista, ou de banhar-se nas águas cristalinas de uma cachoeira”.

A mesma pestilência que fez boa parte da elite fugir dos centros urbanos para as serras, no período oitocentista, também contribuiu para a glamourização dos passeios pelas matas, particularmente na Floresta da Tijuca e Petrópolis. “Para passar o tempo, organizavam-se, então, grandes piqueniques, longos passeios e alegres cavalgadas. As trilhas dessa região [Floresta da Tijuca] passaram a pulular de movimentação, sendo freqüentadas pela fina flor da sociedade carioca” (MENEZES, 1996, p.19).

O primeiro clube de excursionismo brasileiro – o Centro Excursionista Brasileiro (CEB) – foi fundado no Rio de Janeiro em 1919 (LUCENA, 2006) e ainda encontra-se em pleno funcionamento. A atividade ganhou impulso com a crescente urbanização e a necessidade do contato da população urbana com espaços de natureza mais nativos (Andrade, 2007). A esse respeito, Vasconcelos (2006, p. 277), considera que

---

<sup>9</sup> SPIX, J.B.; MARTIUS, C.F.P. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. 2 impr. São Paulo: Itatiaia, 1981.

Caminhar, passear, escalar, excursionar longe do atropelo, da aglomeração e do tráfego de veículos é hoje em dia um dos passatempos favoritos de um grande número de pessoas. Muitas destas atividades são realizadas em trilhas em meio natural, principalmente em áreas protegidas.

Diante de tantas semelhanças entre o excursionismo e as caminhadas ecológicas, seja em relação às suas práticas, afetos e sentimentos proporcionados pelo contato com a natureza, seja pela acessibilidade de ambas, torna-se tarefa difícil estabelecer o que poderia diferenciá-las.

Contudo, a ênfase na questão ecológica parece ser decisiva neste sentido. A definição de uma caminhada como “ecológica” postula que ela será (ou deveria ser) pautada por posicionamentos e ações que priorizam o enfoque ecologista. O excursionismo, apesar de contar com uma espécie de código de ética informal que valoriza o respeito à natureza e a convivência de trilha, pouco demonstra – salvo algumas exceções – esta priorização de atitudes e condutas mais “ecológicas”. Muitas vezes, a busca desenfreada pelo prazer, pela superação de limites e pelo convívio social nesta atividade, acaba, de forma geral, colocando em segundo plano a adoção de posicionamentos ecologistas por seus adeptos.

### **1.3.2. O MONTANHISMO**

O montanhismo é definido por Salvati (2006, b) como: “caminhadas em ambientes serranos e montanhosos, que podem ou não incluir atividades de escalada simples ou vertical”. Já segundo o *Aurélio*, montanhismo é o esporte que consiste em escalar montanhas, o mesmo que alpinismo; sendo o montanhista aquele que o pratica. Entretanto, para chegar a uma via de escalada, na maioria das vezes, utiliza-se a caminhada. Assim, considera-se a primeira conceituação como a mais completa.

Esta atividade surgiu a partir da mudança de atitude em relação às montanhas, que, de locais temerários e sombrios, passaram a ser consideradas sítios detentores de beleza estética e significado religioso ou científico (TUAN, 1980). Segundo este autor, a apreciação estética de montanhas começou no século quarto depois de Cristo. Já no Ocidente, esta atitude surgiu bem mais tardiamente, durante a Idade Média. O épico *Beowulf*, escrito no século oitavo, contém passagens que descrevem experiências diretas com a natureza, ressaltando a sensação

de reverência mesclada com medo diante de vales e promontórios (MCLAUGHLIN<sup>10</sup>, 1967 *apud* TUAN, 1980). Tuan cita ainda um precursor do montanhismo, no ano de 1335, Petrarca. Este, além de autor de cartas e poemas que evidenciavam uma atitude sentimental pela natureza, era capaz de atitudes valorizadas por montanhistas atuais: “Petrarca (...) às vezes se levantava depois da meia noite e ia às montanhas para dar um passeio ao luar” (TUAN, 1980).

No século dezesseis algumas pessoas cruzaram os Alpes por prazer e propósito científico. Uma delas, Johann Jacob Scheuchzer, botânico e geólogo, fez nove prolongadas viagens através das montanhas com fins científicos, entre 1702 e 1711.

Segundo Candeia (2006), em meados do século XIX, o montanhismo passou a existir efetivamente, induzido por um compromisso com a ciência, ou seja, escaladas seriam realizadas sempre com um intuito científico, a fim de realizar algum tipo de experimento. A geologia foi a força motriz do montanhismo até meados do século XX.

A historiadora montanhista Alessandra Izabel de Carvalho, que tem uma pesquisa sobre os “marumbistas” – pessoas que praticavam o montanhismo no Marumbi, Paraná, entre as décadas de 1940 e 1960 –, defende que as montanhas de lá foram as primeiras do Brasil a serem escaladas para fins esportivos, em 1879 (MACEDO, 2006).

Para Candeia (2006), “a atitude de considerar a natureza como um espaço de vida também fez parte do processo histórico da prática do montanhismo”. Continua ela:

Montanhistas não são apenas esportistas ou pessoas com interesses comerciais, ou pesquisadores ou aqueles que simplesmente estão exercendo um lazer. Existe um outro âmbito do montanhismo, um aspecto que tem mostrado uma real expressão de vida (podemos ver isto em relatos de montanhistas), um movimento social que atua em torno deste ambiente natural, que são as montanhas, onde valores são introjetados e manifestados, códigos de ética ambiental são "formulados", onde o desapego a uma cultura capitalista é percebida. Sentimentos diversos, formação de personalidade, formação de caráter, de relações sociais, crescimento emocional e espiritual estão intimamente ligados à prática do montanhismo entre seus participantes, e que são passados às futuras gerações.

As impressões desta autora, em muito aproximam a figura do montanhista a do caminhante ecológico original. Além disso, existem outros pontos em comum entre os dois. O mais evidente encontra-se na utilização de caminhadas em áreas naturais, apesar de podermos perceber que isso se constituiu, muitas vezes, em um fim em si para as caminhadas ecológicas e um meio (para se alcançar uma via de escalada ou um pico) no montanhismo. Outra

---

<sup>10</sup> McLAUGHLIN, E.T. The Medieval Feeling for Nature. In: *Studies in Medieval Life and Literature*. New York: Putnam's, 1894.

aproximação diz respeito à forma responsável e respeitosa na relação com o meio ambiente, colegas de trilha e comunidades locais. O aprofundamento em técnicas de atenuação de impacto e cuidados ecológicos, além de uma grande valorização da contemplação são outras intercessões. No entanto, a busca por fortes emoções e o uso de técnicas e equipamentos especializados em ascensão e descida em algumas atividades do montanhismo diferenciam este das caminhadas ecológicas. A quase ausência de metodologias em Educação Ambiental no montanhismo e a priorização daquelas em CEs também podem ser considerados pontos de divergência entre um e outro.

### **1.3.3. O ECOTURISMO**

Apesar de o ecoturismo ser uma atividade que se desdobra em modalidades bastante diversas como o mergulho, a cavalgada e o vôo livre, possui ele uma íntima ligação com as caminhadas ecológicas, sobretudo devido a alguns pontos em comum, como o uso de caminhadas em áreas preservadas e preocupações socioambientais. O desenvolvimento do ecoturismo pode ter, inclusive, influenciado o aparecimento e desenvolvimento da caminhada ecológica, haja vista a coincidência de datas, objetos de trabalho e propostas. Para se ter uma idéia da ligação entre essas atividades, é interessante analisar a correlação de enunciados conceituais do ecoturismo e das caminhadas ecológicas. São fatores comuns em ambas: o uso de trilhas e roteiros em locais com riqueza de atrativos naturais e culturais, a tradução de informações brutas sobre os locais visitados e de suas problemáticas em conteúdos mais assimiláveis a seus públicos, a preocupação em desenvolver uma consciência ecologicamente mais correta e o cuidado com os habitantes locais.

O ecoturismo ou turismo ecológico é conceituado no Brasil, como “um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através de interpretação do ambiente promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (EMBRATUR e IBAMA, 1994, p.19).

Segundo Cintra (2004), o termo ecoturismo foi mencionado pela primeira vez em 1965, no livro *Environment, tourism, culture* por N. D. Hetzer, que o usou para explicar a complexa interação entre os turistas e os ambientes naturais e culturais. A atividade tem em suas raízes o turismo ao ar livre, como o realizado há mais de um século nos parques norte-

americanos de Yellowstone e Yosemite e é um dos segmentos do turismo que mais crescem no mundo (WESTERN, 1995).

No Brasil, o ecoturismo é discutido desde 1985, segundo documentos da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama, 1994). A atividade ainda se desenvolve de forma desordenada no país, “impulsionada quase que exclusivamente pela oportunidade mercadológica, deixando de gerar os benefícios socioeconômicos e ambientais esperados, e comprometendo, não raro, o conceito e a imagem do produto ecoturístico brasileiro nos mercados interno e externo” (*ibid.*, p. 9). O primeiro curso de guia especializado em atrativos naturais, na época denominados guias ecológicos, foi realizado pela Embratur em 1987, no Rio de Janeiro. No ano de 1994 foi publicado, numa tentativa de ordenar e alavancar a atividade no país, o relatório *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*, com a participação de representantes da Embratur e do Ibama, além de empresários e consultores ligados ao turismo de natureza.

Apesar de grande parte dos guias e promotores das caminhadas ecológicas identificarem a atividade como parte integrante do ecoturismo, inclusive pelo fato de se credenciarem junto à Embratur enquanto guias especializados em atrativo natural, Ruschman (1994) indiretamente refuta esta classificação com base no parâmetro distância-tempo de Sedek<sup>11</sup> (1979, *apud* RUSCHMAN, 1994). Assim, para estes autores as atividades realizadas entre 70 e 150 km de casa são consideradas recreação, enquanto o turismo – do qual, ressalte-se, o ecoturismo é uma ramificação – se caracteriza por um deslocamento maior e realizado em um tempo superior a 24 horas, envolvendo, necessariamente, pelo menos um pernoite fora do local de residência permanente. Desta forma, as CEs não podem ou não devem ser consideradas como ecoturismo ou parte do turismo por terem menos que 24 horas de duração e se realizarem próximo ao local de residência de seus participantes. Entretanto, observa-se uma tendência contrária e generalizada de adoção deste parâmetro, onde outras atividades de um dia ou menos, como o rapel, a canoagem e o vôo livre, vêm sendo classificadas como ecoturismo ou turismo de aventura<sup>12</sup>. Em contrapartida considera-se que esta subordinação de guias e organizações de CEs ao turismo e aos seus representantes institucionais no Brasil – o Ministério do Turismo e a Embratur – possa estar servindo, ainda que de forma controversa, como meio provisório de validação e controle de qualidade dos serviços prestados por aqueles

---

<sup>11</sup> SEDEK, Miguel. Tourism et Recreation – Diférences et Relations. In: *Revue de Tourism*. Berna: AIEST, 1979.

<sup>12</sup> Entende-se por turismo de aventura “o segmento do turismo que proporciona atividades ligadas à natureza, buscando a superação de limites pessoais com segurança e responsabilidade na utilização do meio ambiente” (MACHADO, 2006, p. 33).

na ausência de uma instância auto-reguladora da categoria, ou ainda na inviabilidade conceitual de assumir oficial e efetivamente o ecoturismo ou o turismo de aventura como dimensões contextualizadoras da atividade.

Esta, porém, é uma questão complexa e distante de um consenso. Nos últimos anos a normalização<sup>13</sup> vem sendo incentivada pelo Ministério do Turismo e implementada por associações auto-reguladoras de turismo de aventura, devido ao crescimento da demanda por atividades de contato direto com a natureza e ao aumento do número de acidentes (FRANZEN JÚNIOR, 2006). A Associação Brasileira de Turismo de Aventura (Abeta), o Instituto de Hospitalidade (IH), e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) – organizações que estão à frente deste processo – vêm produzindo uma série de documentos de referência para “uma operação mais segura e responsável dessas atividades” (INSTITUTO DE HOSPITALIDADE, 2006). Estes documentos, de utilização voluntária segundo o IH, “estabelecem regras para que as atividades de turismo de aventura sejam desenvolvidas com qualidade e segurança” (*idem*). Considera-se que, apesar de essas regras estarem sendo criadas democraticamente, “a partir de contribuições de empresários e representantes de associações esportivas, universidades, trabalhadores e ONGs” (*idem*), e se mostrarem em princípio positivas no sentido de orientar e auto-regular práticas tão diversas e passíveis de acidentes, afiguram-se elas taxativas e niveladoras, ao serem incapazes de apreender e abarcar singularidades/peculiaridades conceituais e funcionais de atividades como as caminhadas ecológicas, entre outras.

A circunscrição a rígidas normas de conduta, ainda que de forma optativa, poderá criar dificuldades ao desenvolvimento de uma identidade própria da categoria, já que, além da dúvida sobre o pertencimento das CEs à indústria do turismo, muito mais eloquentes são as reservas em relação à sua classificação como “aventura”, haja vista ser a contemplação o foco prioritário da maior parte de suas atividades. Por este mesmo motivo, e pelo fato de não ter caráter competitivo, a caminhada ecológica também não pode ser incluída nos chamados “esportes de aventura” ou “esportes radicais”. Em síntese, pode-se ponderar que a caminhada ecológica é uma atividade em busca de um espaço ainda indefinido, situado entre a recreação, a educação e o turismo. Fennell<sup>14</sup> (2002, *apud* BUENO e PIRES, 2006) contribui para este debate fazendo uma distinção entre o turismo de natureza, o ecoturismo e o turismo de

---

<sup>13</sup> A normalização, segundo Pedrini (2006), visa ao ordenamento através de normas técnicas voluntárias, produzidas pela sociedade e partes interessadas. Já a normatização baseia-se no processo legislativo convencional de criação de leis, neste caso de difícil operacionalização face à grande dificuldade em se fiscalizar empresas e iniciativas que sediam suas práticas no ambiente natural.

<sup>14</sup> FENNELL, D. *Ecoturismo: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2002.

aventura, ao afirmarem que “quanto menos intensa no sentido de esforço e mais educativa no sentido de interpretação do ambiente visitado, mais próxima a atividade estará do ecoturismo”.

Entendemos que devido à escassez de informações e fontes confiáveis sobre as CEs, não se pode afirmar com segurança o que efetivamente as diferenciaria do ecoturismo, a não ser pela estrutura formal e conceitual em forte processo de construção neste, por um lado, e a total carência destes fatores nas caminhadas ecológicas, por outro. No entanto, desde já aparece um elemento importante na distinção entre essas duas atividades. As CEs podem ser desenvolvidas desvinculadas da atividade turística propriamente dita, ou seja, não é necessário ser um turista para participar de caminhadas ecológicas e integrar seus grupos de organização. A CE pode ser desenvolvida integrada às atividades urbanas das pessoas, como forma de recreação, conhecimento e relação com a natureza no âmbito da sua cidade.

#### **1.4. Trilhando novos caminhos: as caminhadas ecológicas**

Não encontramos trabalhos acadêmicos que delineassem de forma clara e consistente o surgimento, o desenvolvimento e a caracterização das caminhadas ecológicas. Em geral, a maior parte deles faz referências indiretas e focais à atividade, citando iniciativas isoladas ou simplesmente descrevendo ou divulgando eventos, não sistematizando informações mais precisas, nem aplicando abordagens teóricas que permitam conceituar e caracterizar as caminhadas ecológicas, a não ser de forma incipiente.

Da mesma forma, mesmo entre os próprios promotores dessa atividade ainda prevalece uma grande indefinição em torno do que sejam as caminhadas ecológicas. Tomando por base entrevistas que realizamos com sete lideranças de grupos no Rio de Janeiro (Anexos 3 e 4, p. 124/125), podemos ilustrar melhor nosso argumento. Entre estas, apenas uma classificou sua instituição como grupo de caminhadas ecológicas. As outras classificações variaram desde “grupo”, “grupo de caminhadas” e “empresa”, até “operadora de ecoturismo”. Todos os entrevistados, de uma forma ou de outra, correlacionaram a caminhada ecológica com o ecoturismo, seja no fato de serem credenciados como guias especializados em atrativo natural junto à Embratur, seja na assunção da atividade como parte integrante deste contexto. No entendimento do que poderia ser considerado como caminhada ecológica, todas as lideranças entrevistadas manifestaram a opinião que seria uma atividade que tem como característica principal a ambientação na natureza, mas apenas três dos entrevistados

aventaram sobre a incorporação de cuidados “ecológicos” ou a promoção de maior consciência sobre o meio ambiente. As contradições e imprecisões são evidentes. Ao mesmo tempo que a maioria (cinco lideranças) identificou a preocupação com o ecologismo e com a natureza como elemento central que diferencia as CEs dos outros tipos de caminhadas, poucos demonstraram conhecer o ecologismo: dois deles sequer souberam defini-lo, um deles não identificou diferenças de conceituação com o ambientalismo e os demais traçaram correlações com a ecologia ou preocupações com o meio ambiente. Não obstante as imprecisões, todos afirmaram que consideram a caminhada ecológica como um instrumento de Educação Ambiental, apesar de poucos (três lideranças) apontarem elementos que poderiam ser considerados como metodologia neste sentido.

Constatando-se tal lacuna, buscamos a seguir sistematizar informações sobre o histórico e as características das caminhadas ecológicas<sup>15</sup> que possam servir de referência para a nossa discussão em torno da dimensão da Educação Ambiental e da prática do ecologismo no seu âmbito.

O primeiro registro do termo caminhada ecológica que encontramos é de 1986, oriundo do opúsculo “Caminhadas e passeios ecológicos” (Anexo 1, Figura 8, p. 113), de autoria de Harvey Frederico Schlenker e edição do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Paraná (ITCF). A quase coincidência desta data com o início das discussões sobre ecoturismo no Brasil, em 1985, fornece fortes indícios de influências desta ramificação do turismo no surgimento das CEs. A realização da Rio-92, ao fortalecer a agenda ambiental e ecologista no país, pode ter tido um efeito alavancador no desenvolvimento destas duas atividades, já que várias organizações de ecoturismo e de caminhadas ecológicas surgiram a partir daí.

Quase uma apostila, a publicação de Schlenker enuncia em sua apresentação o objetivo de “orientar a viabilização de programas, [...] estimulando o relacionamento homem/natureza...” (1986, s.p.). O livreto fornece informações básicas sobre como estruturar caminhadas para grupos no ambiente silvestre, além de preconizar o que deve ser trabalhado, objetivado e cuidado. Porém, restringe-se a conteúdos biocêntricos (botânica, zoologia, ecologia), sequer fazendo menção a conteúdos socioambientais. Apesar disso, afigura-se como um importante instrumento orientador, numa época em que a palavra “ecologia” (denotando ambientalismo ou ecologismo) era ainda pouco difundida.

---

<sup>15</sup> Muitas das referências aqui utilizadas são oriundas da vivência do próprio autor como guia de caminhadas ecológicas e também como coordenador de organização promotora destas atividades.

Suspeita-se que o termo caminhada ecológica possa ter surgido especificamente no Brasil<sup>16</sup> como uma maneira diferenciada de divulgar passeios a pé pela natureza mais conservada, seja com objetivos educacionais – como no caso do opúsculo de Schenlenker –, seja com fins comerciais ou publicitários. Na análise da composição do termo, a palavra “caminhada” indica a ação e o vocábulo “ecológica” a qualidade desta ação, o que denota assim, no mínimo, duas interpretações quase que totalmente diferentes, resultando em concepções também distintas em torno dessa atividade. A primeira concepção remete a uma atividade que se realizaria com base na “ecologia”, ou seja, consideraria ou deveria considerar as peculiaridades biológicas, ambientais, sociais e histórico-culturais existentes nos locais visitados. Isso pode ser observado em atividades de determinados grupos de caminhadas ecológicas, que adotam procedimentos de mínimo impacto em suas práticas, tais como trazer o lixo de volta e caminhar em grupos reduzidos nas trilhas, além de utilizar informações históricas e educacionais. Na perspectiva dessa interpretação, a caminhada ecológica é definida como

uma atividade de lazer responsável, não competitiva, que acontece geralmente em áreas silvestres e unidades de conservação, onde são passadas noções de educação ambiental e informações sobre ecologia, história e cultura dos locais visitados. Além disso, são seguidos rigorosos critérios de atenuação de impacto ambiental e social, como: trazer todo o lixo de volta, não coletar nenhuma ‘lembrancinha’, andar com pouca gente, fazer pouco ruído, cuidar para não incomodar os habitantes do local (humanos ou não), etc. (SANTOS<sup>17</sup>, 2007, *apud* AMBIENTE BRASIL, s.p.)<sup>18</sup>

Entendemos que, apesar de essa definição ter como base critérios de mínimo impacto e incluir noções de Educação Ambiental e informações multidisciplinares, ela ainda revela-se limitada ao definir a caminhada ecológica como uma atividade de lazer, o que torna necessária a formulação de um enunciado mais consistente, sobretudo no que se refere aos objetivos das CEs.

---

<sup>16</sup> Encontramos como correspondente estrangeiro às caminhadas ecológicas o termo “*ecological hiking*”, possivelmente originário de divulgações turísticas brasileiras no exterior. Interessante notar que, em nossas pesquisas em portais de busca na internet, não havíamos encontrado nenhum resultado com este título até janeiro de 2006. Já em nova pesquisa, em julho de 2007, nos surpreendemos com mais de trezentos resultados, indicando assim uma franca expansão internacional do termo.

<sup>17</sup> SANTOS, Cássio Garcez. Caminhada Ecológica. In: *Glossário do portal eletrônico AmbienteBrasil, 2004*. Disponível em: <[www.//64.4.46.250/cgi-bin/linkrd?lang=BR&lah=d47d475049373f044c5f75ae7c6ad7b8&lat=1095130970&hm\\_action=http%3a%2f%2fwww%2eamambientebrasil%2ecom%2ebr](http://www.//64.4.46.250/cgi-bin/linkrd?lang=BR&lah=d47d475049373f044c5f75ae7c6ad7b8&lat=1095130970&hm_action=http%3a%2f%2fwww%2eamambientebrasil%2ecom%2ebr)>. Acesso em: 10 out. 2006.

<sup>18</sup> Essa definição foi formulada pelo autor dessa dissertação antes de desenvolver a pesquisa em torno das caminhadas ecológicas, ou seja, ainda sem incorporar os elementos conceituais aqui desenvolvidos, necessitando, portanto, de ser aprimorada, o que buscamos realizar no âmbito deste trabalho.

Já a segunda concepção, mais prosaica e imediatista, indica estar ligada a uma prática que apenas se ambientaria em locais com riqueza ambiental e paisagística, sem fazer menção a cuidados e critérios ecológicos, como a atenuação de impacto, o uso ético e responsável dos locais visitados, a utilização de preceitos de Educação Ambiental, a conscientização e sensibilização dos participantes etc. Esta definição vem sendo a mais explorada em termos publicitários, nos quais, no mais das vezes, o que se denomina caminhada ecológica é, na realidade, um simples passeio pelo ambiente silvestre, o que conceitualmente poderia ser classificado como turismo de natureza (MACHADO, 2005). Isso pode ser facilmente constatado em veículos de comunicação digital: numa visita ao portal eletrônico de pesquisa Google, em junho de 2006, das mais de 83.100 chamadas estritas<sup>19</sup> encontradas para o termo, a maior parte delas consistia em pura divulgação de passeios, sem comprometimento explícito ou implícito com cuidados “ecológicos”.

Tomemos, a título de ilustração, uma definição encontrada na nossa pesquisa identificada com essa interpretação. Nela, considera-se que a caminhada ecológica

não é apenas andar no meio do mato. Trata-se de um esporte não competitivo, onde cada participante deve colaborar com o companheiro de aventura para que todos superem os obstáculos e possam atingir o objetivo da chegada. Exige ritmo, equilíbrio e passada regular, sempre devagar. Queremos nos divertir, e não bater recordes. (TRILHARTE, 2007, s.p.)

Como parece evidente, esta definição carece de conteúdos que justifiquem o uso do adjetivo “ecológica”, pois sequer faz menção a cuidados de atenuação de impacto, além de considerar a caminhada ecológica um esporte, uma diversão, uma aventura, apesar de ressaltar ambiência na natureza mais conservada, a ausência de competição e o trabalho com grupos.

A nosso ver, as definições identificadas com essa concepção confundem caminhadas em ambientes naturais com caminhadas ecológicas, pois não consideram a relação da palavra “ecológica” com a ecologia, de onde se originou, e tampouco a preocupação socioambiental e o amplo movimento social expresso pelo ecologismo (LAGO e PÁDUA, 1984). Ou seja, caminhadas ecológicas denotam um conteúdo de aprendizado, de tomada de consciência que a simples caminhada em ambientes naturais ou silvestres não incorporaria necessariamente.

Diante desses argumentos, adotamos a primeira concepção como referência, entendendo que a caminhada ecológica é uma atividade que se realiza com base na ecologia,

---

<sup>19</sup> Ou seja, que se referem exclusivamente ao termo proposto, sem desdobramentos de significado por palavra ou aproximações.

envolvendo processos de aprendizagem, sensibilização, tomada de posição e mudança de comportamentos em relação ao meio ambiente, o que implica considerar o desenvolvimento de ações de Educação Ambiental e a promoção do manejo responsável dos locais visitados, levando-se em conta as peculiaridades biológicas, ambientais, sociais e histórico-culturais existentes. Ou seja, é uma atividade que enfatiza o uso de atitudes, cuidados e posicionamentos realmente “ecológicos”, e não descompromissados com o meio ambiente, a coletividade e a identidade original da atividade.

Nesta perspectiva, podemos definir caminhada ecológica como uma atividade educativa e recreativa<sup>20</sup>, que envolve a incorporação de princípios do ecologismo traduzidos na prática de Educação Ambiental de vertente emancipatória (entendida como processos críticos de aprendizagem, sensibilização, tomada de posição e mudança de atitudes perante a natureza e a natureza humana); na adoção de critérios de atenuação de impactos socioambientais; e na difusão em linguagem acessível de conhecimentos multidisciplinares ou interdisciplinares sobre os locais visitados, utilizando, para isso, a orientação de profissionais qualificados ou pessoas treinadas. A caminhada ecológica se realiza em locais onde a natureza oferece: 1) algum grau de preservação, conservação ou recuperação ambiental (isto é, que não seja excessivamente antropofornizada); 2) atrativos cênicos, históricos e/ou estéticos; 3) temas relevantes para conhecimento e estudo de temas socioambientais.

Com base nessa definição, vale a pena tentar sinteticamente descrever as práticas que caracterizam os grupos de caminhada ecológica<sup>21</sup>, para assim refletir sobre os limites e as possibilidades de sua compreensão como uma modalidade específica de Educação Ambiental na perspectiva do ecologismo.

Os locais de visita em caminhadas ecológicas podem ser remanescentes florestais, unidades de conservação ou áreas particulares, em diferentes estágios de conservação, sendo que até áreas em recuperação podem se prestar a visitas, desde que possuam atrativos educacionais relevantes<sup>22</sup>. Como a variedade de percursos é tão grande quanto a de ambientes naturais visitados – cavernas, rios, florestas, campos, elevações, áreas degradadas etc. –, as

---

<sup>20</sup> Para Kelly (*op.cit.*), “a recreação constitui-se como uma atividade voluntária, realizada no tempo de lazer, organizada para o atendimento de objetivos pessoais e sociais, incluindo a recuperação física e a integração social”.

<sup>21</sup> Nessa descrição, tomamos como referência nossa vivência no grupo Ecoando e a pesquisa realizada com diversos grupos de caminhada ecológica, descrita em seção anterior.

<sup>22</sup> O percurso em passarelas no manguezal do entorno do Aterro Sanitário de Gramacho, na região metropolitana do Rio de Janeiro, é um exemplo. Numa caminhada neste local, pode-se tanto observar os impactos de milhares de toneladas de resíduos sólidos sobre o meio ambiente, quanto a perseverança da natureza na sua sobrevivência e sua importância ambiental.

atividades também possuem durações e níveis de dificuldade diversos. A classificação destes níveis varia muito de organização para organização, haja vista a subjetividade na mensuração individual e mesmo institucional.

Freqüentemente é utilizado o parâmetro genérico dos centros excursionistas brasileiros, que leva em conta o comprimento do percurso, características do relevo, necessidade ou não de acampar, características de sinalização e existência de mapas ou roteiros. Assim, as caminhadas são por estes categorizadas como: leves, leves-superiores, semipesadas e pesadas (ANDRADE, 2007). No entanto, tal classificação não é ideal, já que deixa margem a erros de interpretação: algumas caminhadas denominadas leves neste sistema podem apresentar obstáculos, subidas íngremes e exposição à altura, características que costumam decepcionar e deixar traumas em participantes iniciantes e sedentários. A *Freeway Adventure*, uma das mais antigas empresas de ecoturismo no Brasil, adota, assim como outras iniciativas do setor, classificações próprias, mais adequadas às peculiaridades de um público que muitas vezes não possui o preparo físico e psicológico comum a montanhistas e excursionistas.

Geralmente os grupos de CE são limitados a até vinte e cinco pessoas, dependendo da avaliação intuitiva dos organizadores/guias sobre a relação número de participantes x capacidade de carga. Pelo fato de, na quase totalidade das vezes, não existirem estudos sobre o número ideal de participantes que cada trilha ou local de visita comportaria, tal limite genérico pode ser considerado apenas como um balizador, sem respaldo científico. Porém, ainda assim, cumpre a função de atenuar os impactos, ao conter de alguma forma o trânsito de pessoas no ambiente natural. Já a relação número de caminhantes x número de guias, adotada em consenso por grande parte das organizações cariocas de CE, preconiza um guia para cada dez/quinze pessoas.

Um número considerável de organizações cariocas de caminhadas ecológicas não possui registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), atuando de maneira informal. Isso, porém, parece não criar embaraços ao estabelecimento e continuidade daquelas, haja vista a longevidade de algumas (em média, uma década) – isto apesar de todas as restrições legais e riscos jurídicos da informalidade. Todas as instituições de CEs pesquisadas eram autogeridas, ou seja, funcionavam com o que arrecadavam em suas atividades.

A atração de participantes das CEs por estas organizações se dá de diversas formas: veiculação de anúncios em jornais, revistas, páginas eletrônicas, portais de busca na internet;

divulgação boca-a-boca; mala direta; programações impressas etc. A periodicidade das atividades para a maioria das instituições no Rio de Janeiro é semanal, sendo a programação trimestral de passeios a mais utilizada por eles. Nestas programações – que podem ser impressas e/ou virtuais –, os grupos fazem suas apresentações, disponibilizam informações e recomendações, e listam as CEs e outras atividades por ordem cronológica, com um breve descritivo sobre atrativos, grau de dificuldade e duração. Algumas incluem notícias e artigos, à semelhança de um informativo.

O primeiro contato entre o caminhante ecológico em potencial e a organização promotora se dá quase que invariavelmente por telefone ou correio eletrônico. Como forma de garantir a reserva da vaga e prevenir eventuais prejuízos causados pelo absenteísmo, os organizadores costumam solicitar o pagamento antecipado referente à atividade em questão. A partir daí são passadas recomendações básicas sobre vestuário e equipamento, além de informados horário e ponto de encontro. Este último costuma ser marcado em locais de fácil acesso aos caminhantes, próximos ao início das caminhadas ou em pontos estratégicos, como rodoviárias e praças públicas.

Em campo, antes de iniciar a marcha, os guias costumam fazer uma preleção de cuidados e critérios de minimização de impactos ambientais – como não deixar nenhum resíduo, não fazer coletas e procurar não falar alto – além de passarem informações sobre o percurso. Alguns grupos solicitam a assinatura dos participantes em formulário de termo de responsabilidade e fazem um pequeno aquecimento físico antes da marcha. Em trilha, o grupo é orientado a caminhar em fila indiana, com um guia à frente, conduzindo e alertando os caminhantes sobre riscos potenciais, e também chamando a atenção sobre componentes naturais. Quando há outro guia, vai ele à retaguarda, fechando a fila. De uma maneira geral, são feitas paradas regulares para descanso durante a caminhada. Algumas organizações aproveitam também tais momentos para o trabalho de Educação Ambiental, além de sensibilização e conscientização sobre questões socioambientais. Certos roteiros são realizados com algum objetivo explícito a ser alcançado – um pico, uma caverna, uma cachoeira etc. Em outros, porém, o objetivo da caminhada é implícito – como no caso de percursos eminentemente contemplativos. De uma forma ou de outra, os guias costumam estar sempre atentos à segurança do grupo, às variáveis ambientais (luminosidade, meteorologia, topografia etc.) e aos cuidados de atenuação de impacto ambiental – estes variando sua efetividade de grupo para grupo. O final da atividade se dá no mesmo ponto de partida, quando o roteiro é ida e volta ou circular, ou em outro local, quando trata-se de uma

travessia. Não é raro neste momento alguns participantes buscarem a continuidade da socialização proporcionada pelas CEs, em encontros em bares e restaurantes.

A Educação Ambiental (EA), que a quase totalidade dos organizadores de caminhadas ecológicas do Rio e Grande Rio diz implementar, ainda está longe de ter um mínimo de qualidade em termos conceituais e metodológicos. Para muitos deles, a EA se resume à simples adoção de procedimentos restritivos básicos de atenuação de impacto ambiental, como trazer os resíduos produzidos, não fazer coletas e não se falar muito alto, o que Bueno e Pires (2006) classificam como um “adestramento ambiental”. A carência de cursos multidisciplinares formatados para promotores e líderes de CEs e atividades correlatas pode explicar em parte esta limitação. De qualquer maneira, isso demonstra a baixa qualificação a que estão expostos tais profissionais e, conseqüentemente, o risco de desvirtuamento da atividade. Desta forma, a caracterização da caminhada ecológica aqui buscada ainda contrasta com a realidade da prática, necessitando assim de esforços no sentido de sua consolidação e desenvolvimento. Encontramos no ecologismo uma abordagem teórico-conceitual que nos permite problematizar as práticas das caminhadas ecológicas e entendê-las como expressão do movimento ecologista e modalidade específica de Educação Ambiental.

## 2 O ECOLOGISMO: UMA NOVA FORMA DE CAMINHAR

O Ecologismo, orientação teórica que embasa esta pesquisa, é adotado como instrumento desvelador da problemática suscitada na presente dissertação, qual seja, a das potencialidades e dos limites das caminhadas ecológicas como prática emancipatória. Assim, este capítulo procura investigar questões a respeito deste sistema filosófico – sua contextualização – com vistas não apenas à sua compreensão mais ampla, mas também a busca de suas possíveis correlações com as caminhadas ecológicas, assim como ao estudo da Educação Ambiental como ferramenta privilegiada de aplicação de suas propostas.

### 2.1 O debate em torno do ecologismo

Ecologismo é um termo freqüentemente utilizado como sinônimo de ecologia – de onde se derivou – e ambientalismo. Embora a raiz latina “eco” – que vem do grego *oikos* (casa) – seja a mesma nos dois vocábulos, assim como alguns de seus focos (como a reação à destruição ambiental, a visão integradora do meio ambiente, a interdisciplinaridade etc.), ecologismo e ecologia são termos que guardam profundas diferenças entre si. Para Soffiati (1995), uma das principais encontra-se no uso do sufixo *ismo*<sup>23</sup> em Ecologismo, o que denota um movimento ou sistema filosófico totalizante (como *feminismo*, *capitalismo*, *socialismo* etc.), ou seja, que penetra em todos os campos da existência, implicando – no caso do ecologismo – tomar por base os ensinamentos da ecologia. A ecologia, por sua vez – onde *logos* quer dizer reflexão ou estudo – refere-se a uma especialidade da ciência biológica. Este termo foi cunhado em 1866 pelo biólogo alemão Ernst Haeckel (1834-1919), significando originalmente “o estudo da interdependência e da interação entre os organismos vivos (animais e plantas) e o seu meio ambiente (seres inorgânicos)” (Haeckel, *apud* BOFF, 1993, p.

---

<sup>23</sup> Segundo o *Aurélio*: “doutrina, escola, teoria ou princípio artístico, filosófico, político ou religioso”.

17). Assim, “enquanto o ecologista é o participante do ecologismo, seja na condição de teórico, seja na condição de ativista, seja ainda na condição de teórico-ativista” (SOFFIATI, 1995, p. 106), o ecólogo se dedica à ecologia.

Já o ambientalismo, também este um sistema filosófico totalizante, diferencia-se dos outros dois conceitos, segundo Soffiati (*idem*), devido ao fato de concentrar suas preocupações mais nos aspectos pertinentes à proteção do meio ambiente. Autores como Alier, Leff e Diegues, porém, utilizam com uma certa frequência as palavras “ambientalismo”, “ecologia” e “ecologismo” como sinônimos em algumas de suas obras<sup>24</sup>.

A explicação anterior, entretanto, ainda não é suficiente para esclarecer a razão desta usual indefinição semântica, além do uso indiscriminado e não raras vezes absurdo da palavra ecologia. A esse respeito, observa-se o crescimento de um modismo, expresso ora na tendência ao uso deste termo em atitudes ou iniciativas onde se deseja criar ou realmente exista a noção de preservação ou contato com a natureza (por exemplo: “posicionamento ecológico”, “produto ecológico” etc.), ora como tentativa de validar ou reabilitar condutas e posturas ambientalmente questionáveis (como: “condomínio ecológico”, “enduro ecológico” etc.), seja na imprensa, na publicidade ou no cotidiano. Desta forma, faz-se necessário e prudente aprofundar um pouco mais a análise de cada um dos três conceitos citados, incorporando outros a eles relacionados.

Vamos iniciar diferenciando os conceitos de ambientalismo e ecologismo, ambos inseridos, no que Soffiati (1993, p. 19) classifica como “movimentos civis de defesa do meio ambiente”, surgidos como reação à crise ambiental, e dos quais também fazem parte os conceitos de conservacionismo e preservacionismo. Sintetizando as definições desse autor, podemos dizer que o ambientalismo estaria envolvido na luta contra as agressões à natureza, porém sem efetuar uma análise da crise ambiental em suas raízes mais profundas, ao passo que o ecologismo tencionaria ser “uma proposta nova e totalizante em que as relações entre as antropossociedades e a natureza não-humana sofrem uma transformação radical, impondo mudanças radicais em todas as dimensões da realidade” (*supra*).

Em relação ao conservacionismo e ao preservacionismo, o mesmo autor considera que o primeiro estaria empenhado em proteger parcelas significativas da biosfera, na forma de unidades de conservação, além de apregoar a utilização judiciosa dos “recursos naturais”, enquanto que o segundo buscaria o mínimo de intervenção antrópica na natureza e teria como tendência a volta ao passado.

---

<sup>24</sup> Ver Alier (1998); Leff (2000) e Diegues (1996).

Diegues (1996) aprofunda o debate. Para ele, conservacionismo, movimento criado por Gifford Pinchot em meados do século XIX nos Estados Unidos, defende a idéia do uso utilitarista racional da natureza. Esta corrente teve o mérito de “ser um dos primeiros movimentos teórico-práticos contra o ‘desenvolvimento a qualquer custo’” (NASH<sup>25</sup>, 1989, *apud* DIEGUES, 1996, p. 29), influenciando o conceito de ecodesenvolvimento na década de 1970. Já o preservacionismo pode ser descrito, segundo Diegues, como “uma atitude de reverência à natureza no sentido de apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*)” (*ibid.*, p. 30), na realidade um movimento também surgido nos Estados Unidos em meados do século XIX, com a pretensão à proteção da natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano. John Muir, Henry Thoreau, Marsh e, mais recentemente, Aldo Leopold, são os autores que mais influenciaram este movimento, sendo Marsh o pioneiro da análise dos impactos negativos da civilização sobre o meio ambiente naquele país. Importante destacar que a obra de uma seguidora de Aldo Leopold, *Silent spring* (1962), da bióloga Rachel Carson, foi considerada um “clássico na história do movimento ambientalista mundial” (DIAS, 1992, p. 25) por denunciar as conseqüências do uso de pesticidas sobre a vida selvagem.

Tendo em vista as definições em torno do conceito de conservacionismo e de preservacionismo, que encerram uma visão, a nosso ver, restrita da relação entre a sociedade e meio ambiente, entendemos que ambos não são opções teóricas adequadas para os objetivos do nosso estudo. Cabe ainda discutir um pouco mais as definições em torno do ambientalismo e do ecologismo.

Diegues (1996) identifica duas vertentes no interior do ambientalismo, uma importada dos países industrializados, e outra criada nos países do sul. Sobre a primeira, o autor utiliza a definição de Redclift<sup>26</sup> (1984 *apud* DIEGUES, 1996, p. 38), para quem

o ambientalismo nos países do Norte surge com a rejeição do industrialismo e dos seus valores consumistas. Muito raramente incluem o problema da pobreza e, principalmente, a má distribuição de renda. Nesse sentido, parte considerável do ambientalismo dos anos 60 e 70, nos países industrializados, nasceu com a opulência das nações ricas [...].

---

<sup>25</sup> NASH, R. *The Rights of Nature: a History of Environmental Ethics*. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1989.

<sup>26</sup> REDCLIFT, M. *Development and Environmental Crisis: red or green alternatives*. London: Methuen, 1984.

A outra vertente, denominada sócio-ambientalismo ou “ecologismo camponês” (VIOLA e LEIS<sup>27</sup>, 1991, *apud* DIEGUES, 1996, p. 38), seria derivada da ecologia social ou da ecologia socialista (neomarxista) e estaria assim enunciada<sup>28</sup>:

A associação entre movimentos sociais que lutam pelo direito de acesso à terra e aos recursos naturais por camponeses, pescadores, ribeirinhos, povos da floresta e de setores do ambientalismo do Terceiro Mundo para os quais a crise ambiental está profundamente associada à crise do modelo de desenvolvimento, à miséria crescente e à degradação ambiental. (*ibid.*)

A sistematização em torno dos dois termos revela uma certa confusão conceitual, já que ambos encontram-se muito próximos em seus conteúdos, o que tornaria difícil diferenciar o ambientalismo do sul do ecologismo. No entanto, pela crítica associada ao ambientalismo, em razão do seu caráter mais conservador, entendemos que conceitualmente sua adoção não seria a mais adequada, posicionamento que também encontra sustentação na análise de Bookchin, principal expoente da Ecologia Social:

O ambientalismo tende cada vez mais a refletir uma sensibilidade instrumental na qual a natureza é vista meramente como um habitat passivo, uma aglomeração de objetos externos e forças que devem servir ao uso humano, independente do que esses possam ser. O ambientalismo trabalha com os recursos naturais, recursos urbanos e até com recursos humanos. O ambientalismo não considera a questão básica de nossa sociedade em que o homem deve dominar a natureza ainda mais, ele procura facilitar essa dominação com o desenvolvimento de técnicas para diminuir os males causados pela dominação em si. A questão da dominação não é considerada. (BOOKCHIN<sup>29</sup>, 1980, *apud* DIEGUES, 1996, p. 46)

Assim, apesar da proximidade de significados e abordagens, optamos pela utilização do conceito de ecologismo, que, a nosso ver, revela um posicionamento ambiental, ético, social e político mais nítido e coerente. Como afirma Leff:

A problemática ambiental não é percebida só a partir de diferentes posições teóricas, visões políticas e interesses sociais no Norte e no Sul. Estas diferenças traduzem-se no sentido dos conceitos, nos discursos teóricos e práticos que atravessam a temática do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. No Norte, costuma-se dar ao Ambientalismo um sentido

<sup>27</sup> VIOLA, E.; LEIS, H. Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel das organizações do ecologismo. In: *Ecologia e política Mundial*. Rio de Janeiro: Vozes/Fase, 1991.

<sup>28</sup> Esta definição encontra-se totalmente de acordo com o que Alier chama de “ecologismo dos pobres” ou também “ecologismo popular”.

<sup>29</sup> BOOKCHIN, M. *Towards na Ecological Society*. Montreal: Black Rose Book, 1980.

reducionista, que limitaria a questão do desenvolvimento sustentável a posições conservacionistas e a problemas derivados da contaminação. Por outro lado, dão aos conceitos ‘Ecologia’, ‘Ecologismo’ e ‘Ecologia Social’ um sentido mais amplo, que inclui as implicações políticas desta problemática. **Estas concepções transferiram-se e são utilizadas nos países do Sul, tanto no discurso político e acadêmico como por ativistas dos movimentos sociais, e frequentemente são empregadas como sinônimos**<sup>30</sup> [...]. (LEFF<sup>31</sup>, 1998, *apud* LEFF, 2000, p. 335)

Esclarecida a questão entre o ecologismo e o ambientalismo, agora resta discutir a diferença conceitual entre aquele e a ecologia. Além de definir a ecologia como ciência ecológica, conforme proposto por Haeckel, o *Dicionário Aurélio Século XXI* (1999) também traz uma enunciação do conceito bastante elucidativa. Esta seria um “ramo das ciências humanas que estuda a estrutura e o desenvolvimento das comunidades humanas em suas relações com o meio ambiente e sua conseqüente adaptação a ele, assim como novos aspectos que os processos tecnológicos ou os sistemas de organização social possam acarretar para as condições de vida do homem”. Tal definição vem ao encontro do que consideram Leonardo Boff (1993), A. Lago e J. A. Pádua (1984) e Acselrad, Vieira e Guarani (1993), entre outros autores. A esse respeito, Lago e Pádua (1984, p. 8) comentam que:

[...] qualquer pessoa que acompanhe o debate atual sobre os temas ditos ecológicos nos meios de comunicação poderá verificar a grande distância que separa a modesta proposta original de Haeckel e a ampla gama de idéias, projetos e visões de mundo que reinvidica hoje em dia o uso da palavra ‘Ecologia’. [Ela] não é usada em nossos dias apenas para designar uma disciplina científica, cultivada em meios acadêmicos, mas também para identificar um amplo e variado movimento social, que em certos lugares e ocasiões chega a adquirir contornos de um movimento de massas e uma clara expressividade política.

Esse significado mais abrangente do termo é também confirmado por Boff, ao argumentar que “atualmente o conceito de ecologia abriu-se para além dos seres vivos”. Segundo o mesmo, “ecologia representa a relação, a interação e a dialogação que todos os seres (vivos e não vivos) guardam entre si e com tudo o que mais existe” (BOFF, 1993, p. 17). Assim, estariam compreendidos no conceito não apenas a natureza (ecologia natural), mas também a cultura e a sociedade (ecologia humana, social etc.). Boff ainda cita outras variações do termo, como ecologia das cidades, da saúde, da mente, holística, profunda etc.

---

<sup>30</sup> Grifo nosso.

<sup>31</sup> LEFF, E. *Saber Ambiental: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder*. México: Siglo XXI-UNAM-PNUMA, 1998.

Também Guattari (1990) em seu opúsculo *As três ecologias*, propõe uma releitura ampliada deste termo às dimensões ambiental, social e da subjetividade humana, que ele reúne sob o neologismo “ecosofia”.

No entanto, apesar da abrangência que o termo adquiriu, é fato que ele mantém uma relação com a ciência ecológica – a ecologia se afirma como um campo do conhecimento –, além de ser um termo bastante polissêmico no uso corrente pela imprensa<sup>32</sup>. Desta forma, concordamos com a diferenciação proposta por Alier entre ecologismo e ecologia, com argumentos que, a nosso ver, caracterizam e correlacionam os dois conceitos de forma mais coerente e clara. Para o autor, a ecologia é

um saber que articula os conhecimentos derivados de diversas ciências. O ecologismo tem, portanto, cimentos robustos, e não se deve confundi-lo com um produto efêmero do débil pensamento pós-moderno que se recria na confusão, quando não na própria crítica ao ecologismo como movimento político totalitário (seja na versão ‘os ecologistas são reacionários anti-humanistas que preferem as plantas e os animais aos humanos’, ou na versão ‘os ecologistas são como melancias, verdes por fora e vermelhos por dentro’). Sendo assim, a Ecologia como ciência pouco pode dizer quanto às maneiras de se resolver os conflitos entre os humanos. (ALIER, 1998, p. 36)

Ao mesmo tempo, Alier sustenta que o ecologismo se apóia na ecologia como ciência. De fato, como afirmam Funtowicz e Ravetz, diante das incertezas envolvidas nos problemas ambientais contemporâneos gera-se uma oportunidade para uma cooperação,

um trabalho em comum entre ativistas ecológicos que respeitem as conquistas reais das ciências em terrenos bem demarcados, onde cabe contrastar hipóteses, e cientistas que, mais que ‘ciência para o povo’, façam ‘ciência com o povo’, dispostos a confessar sua ignorância (ou, mais bem dito, os limites de seu saber) sobre esses grandes problemas futuros e incertos que o ecologismo apresenta (FUNTOWICZ e RAVETZ<sup>33</sup>, 1991, *apud* ALIER, 1998, p. 384)

Diante desses argumentos, optamos pela adoção do conceito de ecologismo – ao invés de ecologia e ambientalismo – nos termos propostos por Lago e Pádua (1984). Para estes autores, o ecologismo é definido como “um projeto político de transformação social, calcado

---

<sup>32</sup> Como exemplo dessa confusão de significados, o missivista Marc Dourojeanni, em artigo de um portal da internet, expressa uma opinião bastante restritiva ao conceito, ao afirmar, criticando os ambientalistas, que a ecologia “é apenas a ciência que estuda as relações dos seres vivos com seu entorno e que a única forma de preservá-la é outorgando mais recursos para os centros de pesquisa científica” (DOUROJEANNI, 2005).

<sup>33</sup> FUNTOWICZ, S; RAVETZ, J. Three Types of Risk Assessment and the Emergence of Post-normal Science. In: *Theories of Risk*. New York: Greenwood Press, 1991.

em princípios ecológicos e no ideal de uma sociedade não opressiva e comunitária” (*idem*, p. 15).

Nessa perspectiva, compreenderemos e traduziremos conceitualmente como ecologismo os termos ambientalismo, ecologia e movimentos ambientais/ecológicos, sempre que os autores que os utilizam designarem conteúdos similares à definição por nós adotada.

## 2.2. Fundamentos teóricos do ecologismo

Soffiati caracteriza o ecologismo como um sistema filosófico totalizante, em processo de construção, de caráter pós-moderno<sup>34</sup> e “produto não de pensadores diletantes, mas das condições históricas criadas pelo avanço descontrolado da civilização industrial nos seus avatares capitalista e socialista” (SOFFIATI, 1995, p. 120). Nesta condição de sistema filosófico, sua busca prioritária encontra-se no estabelecimento de três princípios: 1) o redimensionamento do humanismo ocidental pós-cartesiano, seja ele religioso, agnóstico ou ateu; 2) a valoração intrínseca da natureza; 3) o resgate do “natural no homem” e a restituição do meio ambiente na história.

A respeito do primeiro princípio, não se trata de rejeitar o humanismo, mas sim de ultrapassar o antropocentrismo radical, que coloca o homem como centro exclusivo do universo e como senhor absoluto da natureza. Essa postura impregna praticamente todos os sistemas religiosos e filosóficos do Ocidente e se manifesta também através de facetas focais perversas como o fascismo, o etnocentrismo, o machismo e o racismo, entre outras. Citando Soffiati:

O redimensionamento do humanismo significa relativizar a posição do homem no universo. Explicitando mais, significa não afastar o homem do centro, mas considerá-lo como centro de um centro maior: a ecosfera. Trata-se, em resumo, de adotar uma atitude ecocêntrica. (*idem*, p. 38)

Já o segundo princípio fala da relação humana com a natureza não apenas em termos utilitários e estéticos, mas como uma dialética de respeito e reconhecimento de sua importância imanente. Nas palavras do mesmo autor:

---

<sup>34</sup> Soffiati define a pós-modernidade como a fase onde está em curso o colapso do paradigma mecanicista e o esfacelamento dos valores modernos. A modernidade, para ele, “consiste nas realizações preconizadas pelo paradigma mecanicista, iniciado com a revolução científica do século XVIII europeu e que ainda domina o mundo ocidental e ocidentalizado” (SOFFIATI, 1995, p. 112). A pré-modernidade envolveria todas as civilizações e estruturas econômico/sociais/culturais que antecederam a modernidade.

Assim, a natureza deve ser protegida pela importância que representa para a sobrevivência do homem e por sua importância intrínseca. [...] O ecologismo] procura insuflar na ecologia-ciência – que, como toda ciência, é materialista – um sentido ético. Este é, talvez, o aspecto mais original do ecologismo. (*ibid.*)

O último princípio fundamental do ecologismo, diz respeito à necessária transformação do sentimento de aversão a tudo que é relacionado com a natureza, oriundo dos intelectuais de formação humanista convencional, quer de direita ou de esquerda, quer religiosos ou ateístas, em uma atitude inclusiva do meio ambiente como entidade em si, com realidade própria e, desta forma, influenciadora (porém não determinante) do indivíduo, da sociedade e da cultura. A esse respeito:

[...] os marxistas reconhecem a existência de uma dialética sociedade-natureza, assim como existe uma dialética social expressa, sobretudo, na luta de classes. Ora se admitirmos que existe uma dialética sociedade-natureza, é forçoso admitir que os dois elementos têm realidade própria. Se reconhecemos que a sociedade, nesta relação dialética, plasma a natureza, por que e como não reconhecer que a natureza pode plasmar também a sociedade? Além do mais, impossível conceber a existência de seres humanos sem solos que produzam alimentos, sem água e sem ar. Uma vez reconhecido e recolocado o papel desempenhado pelo espaço, podemos, a partir das importâncias inegáveis (ar, água, alimentos), reconhecer as importâncias complexas: a importância das florestas e das plantas não comestíveis, a importância dos animais, a importância dos ecossistemas. (*idem*, p. 39)

Ainda sobre este último princípio, Soffiati (1995, p. 54/121) diz que o ecologismo pode ser entendido como a versão revolucionária do naturalismo atual, ou seja, natureza e cultura são consideradas aspectos de uma mesma realidade, ao contrário do artificialismo, que considera tanto um quanto outras manifestações do artifício. Para Moscovici<sup>35</sup> (1969, *apud* DIEGUES, 1996), o naturalismo afirma a unidade entre a sociedade e a natureza, entre a ciência do homem e da natureza, não excluindo o homem da natureza e tampouco a natureza do homem. Ou seja, é contrário à visão antropocêntrica do mundo. O contraponto a esta visão, para Moscovici, encontra-se no culturalismo, uma das faces do artificialismo. Este teria, por princípio, a ruptura entre a sociedade e a natureza repetida pela separação entre o homem e a natureza, entre a história e a natureza, e entre as ciências do homem e as da natureza. O ápice do culturalismo seria a vitória da civilização, da domesticação total do mundo natural e do

---

<sup>35</sup> MOSCOVICI, S. *La société contre la nature*. Paris: Union Générale d'Éditions (Coll. 10/18), 1969.

homem natural (DIEGUES, 1996). Soffiati discute o ecologismo enfocando essas duas visões e propondo uma síntese:

O ecologismo parte do princípio de que natureza e cultura são faces de uma mesma realidade. Com efeito, se a cultura é produto do cérebro hipercomplexo de uma espécie animal que se auto-intitula de *Homo sapiens* e se esta espécie resultou de um processo natural de transformação orgânica, ela – a cultura – aparece como uma continuação da natureza em outro plano, como uma espécie de supranatureza. Sobre a fossa abissal que a tradição judaico-cristã e o cartesianismo escavaram entre natureza e cultura, o ecologismo procura construir uma ponte [...]. (SOFFIATI, 1995, p. 121)

A tentativa de compatibilizar natureza e cultura, encontra-se de acordo com o que Moscovici chama de novo naturalismo, que seria uma mutação do naturalismo convencional quando este deixa de ser uma negação reativa ao culturalismo para passar a uma posição ativa e afirmativa de uma nova relação homem/natureza. Estaria ele baseado também em três idéias principais:

- 1) O homem produz o meio que o cerca e é ao mesmo tempo seu produto. [...] O fundamental não é a natureza em si, mas a relação entre o homem e a natureza. [...] O que traz problemas não é o fato, mas a maneira como o homem intervém na natureza. [...]
- 2) A natureza é parte de nossa história. [...] o problema que se coloca hoje é encontrar o estado da natureza conforme nossa situação histórica.
- 3) A coletividade e não o indivíduo se relaciona com a natureza. A sociedade pertence à natureza, conseqüentemente é produto do mundo natural por um trabalho de invenção constante. Ele é ao mesmo tempo parte e criação da natureza. [...] (MOSCOVICI<sup>36</sup>, 1974, *apud* DIEGUES, 1996, p. 49).

Esse novo naturalismo, segundo a leitura de Diegues, propõe uma sociedade para a qual a natureza é um lugar onde o homem pode desabrochar, incitando a pluralidade e a livre expressão de cada cultura, de cada região e de cada coletividade. Ou seja, uma nova utopia que preconiza não um retorno à natureza, “**mas uma mudança do que é atualmente uma relação humana destrutiva da natureza, uma nova relação homem/natureza, uma nova aliança, na qual a separação seja substituída pela unidade**”<sup>37</sup> (DIEGUES, 1996, p. 50). Para Soffiati (1995), esta em si seria a própria ética do ecologismo. Neste sentido, Moscovici (*passim*) fala ainda em tornar a vida mais “selvagem” (*ensauvager la vie*), estreitando os

<sup>36</sup> MOSCOVICI, S. *Hommes domestiques, hommes sauvages*. Paris: Union Générale d'Éditions (Collection 10/18), 1974.

<sup>37</sup> Grifo nosso.

vínculos entre o homem e a natureza, atitude esta na qual as caminhadas ecológicas podem ocupar lugar de destaque, tema a ser trabalhado mais adiante.

O ecologismo busca ir além dos atuais sistemas socioeconômicos ao criar um projeto ecológico de civilização. Segundo Soffiati (1995) e Lago & Pádua (1984), este se fundamentaria no ecocentrismo, que, conceitualmente, se situaria além do antropocentrismo, do cosmocentrismo e do biocentrismo, categorias cada vez mais utilizadas na literatura, segundo o primeiro autor. Aprofundando mais, se para a posição cosmocêntrica o foco das atenções se dilui na amplitude do infinito, tendendo virtualmente ao acentrismo, e, pelo contrário, na biocêntrica, se fecha circunscrevendo apenas a vida como objeto das preocupações, a ecocêntrica fixa adequadamente o foco nos ecossistemas e na ecosfera. Assim, para Soffiati (1995, p. 110):

[...] o programa do ecologismo consiste antes em defender os ecossistemas nativos e organizar os ecossistemas transformados e antrópicos<sup>38</sup> segundo os princípios da termodinâmica e da biologia do que proteger a natureza e a vida em sentido genérico. Se o seu objetivo fosse uma vaga proteção da natureza, todos os sistemas vivos da Terra poderiam hipoteticamente ser eliminados, porquanto haveria ainda a natureza na sua forma abiótica a ser defendida. Não haveria também nenhum inconveniente na poluição, visto que um ecossistema aquático, por mais poluído que seja, não deixa de ser natureza. Se fosse a proteção da vida, os ecologistas também não teriam muito com que se preocupar, pois, como bem observou Lovelock, a humanidade é incapaz de varrer todas as formas de vida do planeta, mesmo recorrendo a todo seu arsenal nuclear e químico. Portanto, é a ecodiversidade, a biodiversidade e a organização ecológica dos ecossistemas antrópicos que compete ao ecologismo defender. [...] Na perspectiva ecocêntrica, os ecossistemas e os seres vivos têm valor intrínseco. Isto não implica enfatizar os direitos da natureza contra os direitos do homem, numa rejeição do humanismo, tampouco ampliar os direitos do homem na defesa da natureza e dos ecossistemas. Trata-se, isto sim, de estender os direitos humanos à natureza.

O autor comenta ainda sobre a responsabilidade inclusiva do ser humano com relação ao ecocentrismo:

A visão ecocêntrica inclui o *Homo sapiens* que, por ser também natureza, vivo e animal, está intimamente associado aos ecossistemas. Indo mais longe ainda, diria que o ser humano não pode usar o ecocentrismo para se igualar

---

<sup>38</sup> Soffiati (1995, p. 107) utiliza os termos oriundos do ecologismo – “ecossistemas nativos” e “ecossistemas transformados” – como sinônimos atualizados de “ecossistemas naturais” e “ecossistemas artificiais”, termos da ciência ecológica. Os primeiros seriam ecossistemas espontaneamente constituídos pela natureza e os segundos seriam aqueles constituídos pela natureza e modificados pela ação humana. Já “ecossistemas antrópicos”, também chamados “antropossistemas” seriam os ecossistemas construídos pelo trabalho coordenado dos seres humanos.

aos unicelulares ou aos invertebrados e assim eximir-se da responsabilidade que ele tem em relação à crise que gerou. Se ele não é mais o senhor e possuidor da natureza, como reivindica o antropocentrismo, também não é um simples animal entre muitos, como deseja o cosmocentrismo. Com sua intuição, diz o taoísmo que ele não é a medida do universo, mas que lhe cabe o papel de construir e de manter o equilíbrio de uma ordem na qual ele se inclui. (*idem*, p. 124/125)

O verdadeiro ecologismo não se situa nem na corrente compatibilista do desenvolvimento e muito menos na exponencialista<sup>39</sup> (vertentes estas advindas do naturalismo, adotadas pelos movimentos civis de defesa do meio ambiente), mas numa própria, já que é impossível compatibilizar duas entidades antagônicas como crescimento econômico e proteção ambiental. Lago e Pádua (1984) corroboram esta tese, defendendo que a idéia central do ecologismo está fundamentada em uma ampla mudança na economia, na cultura e na própria maneira de os homens se relacionarem entre si e com a natureza, não sendo suficientes medidas parciais de conservação ambiental.

Alier (1998) reforça este significado transformador do ecologismo, anunciando que ele caminha para uma Economia Ecológica em uma Sociedade Solidária. Para um novo projeto de civilização, como o que vem sendo gradativamente plasmado pelo ecologismo, o embasamento econômico é de fundamental importância. Nesse sentido, a economia ecológica seria uma alternativa bastante coerente à economia de mercado ultradegradadora. Busca ela a adequação das demandas do consumo de energia e matéria da humanidade à capacidade elástica que os ecossistemas possuem em suprir estas demandas, sem colocar em risco sua continuidade. Para tanto, inclui componentes “ecodinâmicos”, como: a Segunda Lei da Termodinâmica, o fluxo de energia, a biodiversidade, o policultivo, os ciclos de nutrientes e a contaminação. Desta forma, a economia ecológica pode ser definida como

uma economia que usa os recursos renováveis (água, pesca, lenha e madeira, produção agrícola) com um ritmo que não exceda sua taxa de renovação, e que usa os recursos esgotáveis (petróleo, por exemplo). Uma economia ecológica conserva, assim, a diversidade biológica, tanto silvestre quanto agrícola. [...] é também uma economia que gera resíduos apenas na quantidade que o ecossistema pode assimilar ou reciclar. [...] deve ser necessariamente uma economia politizada, porque os limites ecológicos à economia estarão sujeitos a debates científico-políticos e democráticos. (ALIER, 1998, p. 268)

---

<sup>39</sup> O Compatibilismo busca compatibilizar proteção da natureza e desenvolvimento econômico na sua versão clássica, já o exponencialismo acredita ser possível um crescimento exponencial e ilimitado dentro de um mundo limitado em espaço físico, recursos naturais e sistemas de reciclagem e reutilização dos rejeitos (SOFFIATI, 1995, p. 19).

Continuando a caracterização do ecologismo, traçam-se seus projetos político e emancipatório. Para Soffiati, o ecologismo não deve abominar o Estado, mas

reconhecê-lo como necessário e inerente a uma sociedade complexa, procurando aprimorá-lo cada vez mais, do que instalar um Estado totalitário, tirânico, autoritário, como parte de um processo que pretende abolir o Estado. A questão é a de democratizar o Estado, permitindo que a sociedade se organize de forma pluralista e autônoma. (SOFFIATI, 1995, p. 43)

Na busca por um novo projeto de civilização, Soffiati (1995) preconiza como metodologia, o zoneamento econômico-ecológico dos espaços e a gradual e contínua substituição dos atuais e antinaturais estilos de vida por um auto-sustentável. A primeira metodologia levaria em consideração a demarcação de eco-regiões, respeitando assim as características e peculiaridades locais/culturais e indicando a “escolha e o desenvolvimento de tecnologias que propiciem um aproveitamento econômico integrado, múltiplo e ótimo” (*idem*, p. 59). Já a segunda metodologia seria implementada a partir da ocupação inicial de espaços abandonados ou não ocupados pelo antigo sistema (o autor não especifica que espaços seriam esses e de que forma seria esta ocupação), seguindo-se a implantação, a generalização e a consolidação do novo estilo de civilização. Tal iniciativa, segundo este autor, poderia partir de governantes ou da sociedade civil, mediante pressões sociais que acabariam levando à formulação e à implantação de alternativas.

No entanto, apesar de suas conquistas e potencialidades, o movimento ecologista possui várias limitações. Enrique Leff (2000, p. 309-315) aponta duas delas: (i) “Os grupos ambientalistas continuam forjando suas identidades ideológicas, sem terem definido uma práxis política eficaz e sem conseguir ainda desenvolver suas estratégias de poder”. Com efeito, “sua capacidade para reverter os processos degradadores do ambiente e para construir uma racionalidade produtiva sustentável e equitativa continua sendo limitada”; (ii) “a diversidade e autonomia dos grupos ecologistas [na América Latina] produzem uma organização fracionada ou um poder atomizado, que não oferece oposição às forças políticas já constituídas, sendo facilmente sujeitos a processos de mediatização, dissolução, e cooptação”.

Já para Soffiati (1995), uma das maiores deficiências do movimento ecologista refere-se à articulação entre teoria e prática, gerando um ativismo distanciado das suas diretrizes. Por fim, outra vulnerabilidade do ecologismo encontrar-se-ia na apropriação de seu discurso por outros agentes, entre eles o próprio Estado, o que poderia trazer prejuízos à causa por conta de

subversões de valores éticos básicos. Um dos exemplos desta apropriação foi a magnificação do desastre ecológico com o objetivo de encobrir o holocausto humano da guerra do Golfo (LEFF, 2000).

Tais limitações, deficiências e vulnerabilidades são insuficientes para enfraquecer o ecologismo, e ao que tudo indica, contribuem para sua dinâmica de fortalecimento. Assim, expressando um ponto de vista otimista, Leff (2000, p. 319) argumenta que

o ambientalismo atravessa classes sociais e insere-se em muitos outros velhos e novos movimentos sociais. Desta maneira, hoje em dia, fala-se de ecofeminismo e de ecossocialismo. O ambientalismo penetra e dá um novo significado às lutas operárias e camponesas, ao movimento indigenista e urbano-popular, ao movimento pacifista e conservacionista.

Para o autor, o ecologismo “multiplica-se em suas várias expressões dentro de diferentes movimentos sociais, gerando novos espaços de racionalidade ambiental nas economias autogestionárias locais” (*ibid.*), produzindo as bases de uma nova racionalidade produtiva.

### 2.3. Histórico do ecologismo

Para caracterizar a evolução histórica do ecologismo, faz-se necessário, primeiramente, situá-lo dentro do contexto histórico-cultural de onde se origina, como forma de melhor compreender a interação das forças que o criaram.

O questionamento da ordem sociopolítica e cultural antes da emergência dos movimentos sociais da década de 1960, dos quais se originou o ecologismo, encontrava-se fundado em movimentos que, de diferentes maneiras, se reivindicavam socialistas (os socialdemocratas, os comunistas e mesmo os anarquistas). Assim nos fala Gonçalves:

O movimento operário constituía o eixo em torno do qual se fazia a crítica teórica e prática da ordem instituída, e o capitalismo aparecia como a causa de todos os males com que os homens se defrontavam. Toda uma cultura, cujas matrizes estão localizadas no século XIX, havia se desenvolvido no interior do movimento operário. No século XX, em alguns países do mundo, ocorrem revoluções que se proclamam socialistas e que vão tentar pôr em prática outros princípios de organização social. (GONÇALVES, 1993, p. 10)

Diante das conquistas trabalhistas ocorridas nos países capitalistas e da crescente centralização e burocratização do movimento operário, no período pós-Guerra, começam a se desenvolver iniciativas autônomas de questionamento da ordem instituída – como os

movimentos das mulheres, dos negros, ecológicos – até então inexpressivos e subordinados aos interesses da causa maior do proletariado. Alier identifica sinais desta nova esquerda na década de 1950, em manifestações como a Campanha pelo Desarmamento Nuclear (CDN), na Inglaterra; o movimento contra o rearmamento da Alemanha; e a rebelião anticolonial na Europa (ALIER, 1998).

Vários autores (GONÇALVES, 1993; ALIER, 1998; DIEGUES, 1996; LEFF, 2000) são unânimes em considerar o ano de 1968 como o marco de referência na emergência dos movimentos sociais da nova esquerda, como o feminismo, o antimilitarismo/pacifismo, direitos das minorias etc.; reunidos em torno de agitações estudantis nos Estados Unidos e na Europa. “A década de 1960 assistirá, portanto, ao crescimento de movimentos que não criticavam exclusivamente o modo de produção, mas, fundamentalmente, o modo de vida” (GONÇALVES, 1993, p. 11).

O ecologismo surge neste agitado e fértil momento histórico, ainda de modo incipiente e intimamente ligado às demandas das sociedades chamadas desenvolvidas (ALIER, 1998). Origina-se ele da articulação de ativistas que “partiam de uma crítica da sociedade tecnológico-industrial (tanto capitalista quanto socialista), cerceadora de liberdades individuais, homogeneizadora das culturas e, sobretudo, destruidora da natureza” (DIEGUES, 1996, p. 39). A questão ambiental para Leff (2000) surge como sintoma de uma crise de civilização, transcendendo as esferas instituídas do poder, como o Estado e seus aparelhos ideológicos (escola, sistema jurídico, meios de comunicação), e trazendo a sociedade civil, o cidadão comum, a participar ativamente na definição de novos estilos de vida, relações de poder e modos de produção.

Diegues (1996) considera a luta contra as centrais nucleares um dos fatores que, de certa forma, unificou as várias formas de movimentos ambientais surgidos nessa época, também colocando-os como força política. Neste momento, surge uma divisão do movimento, entre militantes que se recusavam a entrar no jogo político tradicional e aqueles que defendiam a organização de “um vasto movimento social nos vários países europeus, formando os partidos verdes [...]” (DIEGUES, 1996, p. 41). A pluralidade de enfoques, teorias e modos de atuação de tais movimentos, singulares desde o início e separados ainda mais por esta cisão, desembocou na diversidade de escolas que tratam das questões ambientais na atualidade, como o conservacionismo, o preservacionismo etc.

Alier (1998), entre outros, identifica o movimento ambiental nesta fase inicial como de perfil flagrantemente elitista, com origem em países desenvolvidos e voltado de uma maneira

geral para as demandas dos cidadãos que já tinham satisfeitas suas necessidades básicas.

Assim, o autor distingue o que ele denomina ecologismo dos ricos do surgimento de um ecologismo popular:

Naturalmente existe o ecologismo dos ricos, dos que se preocupam com a conservação dos grandes mamíferos ou protestam contra a perda de paisagens de que gozavam. O gasto cada vez maior de materiais e energia, a perda de diversidade biológica, a produção de resíduos fazem perder qualidade de vida, daí os protestos ecológicos cujo conteúdo é ‘se não há para todo mundo, que haja para nós’. Por outro lado, para os pobres, a questão é mais de sobrevivência que de qualidade de vida [...]. Disto surgem os protestos contra a perda do acesso aos recursos naturais e aos serviços da natureza de que necessitam para viver. Este ecologismo dos pobres nasce da contradição entre a economia do valor de uso e a economia do lucro, da expansão, do crescimento (cujo motor é o mercado, ou cujo motor foi o Estado). [...] ao piorar a distribuição ecológica (ou seja, as desigualdades sociais, espaciais e temporais no uso dos recursos e serviços da natureza), sem que esta piora seja compensada por uma maior igualdade na distribuição econômica, surgem os protestos do ecologismo popular. (ALIER, 1998, p. 18)

Não obstante essa separação conceitual, o autor considera que tanto o ecologismo dos pobres, surgido das lutas sociais pela sobrevivência quanto o ecologismo dos ricos, resultado de mobilizações contra os danos ocasionados pelo crescimento econômico dos países desenvolvidos, acabaram ocupando o mesmo patamar em importância na crítica ao atual e perverso modelo de desenvolvimento, assim como na elaboração de propostas alternativas – apesar de suas origens diversas e da coexistência ainda de algumas de suas formas puras.

A Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano (1972) e as posteriores cúpulas mundiais sobre o tema proporcionaram maior visibilidade ao movimento ecologista, mais flagrantemente representado por organizações não-governamentais (ONGs). O movimento passa a ter um posicionamento cada vez mais denunciador, convertendo-se em um porta-voz das causas ambientais, em defensor da diversidade biológica e em vigilante da aplicação dos estudos de impacto ambiental. Mais do que isso, a postura transversalista adotada pelos ecologistas (GABEIRA, 2003), ou seja, a onipresença de suas críticas e propostas em praticamente todas as áreas da atividade humana, contribuiu para gerar consensos globais e legitimar reformas graduais (LEFF, 2000) – expressos na aprovação de novas legislações e pactos internacionais, na economia e em outros setores, ainda que se considere necessário avançar muito mais. Nesse processo, as ONGs ecologistas foram-se constituindo em intermediários entre o Estado, a sociedade civil e as comunidades de base. A

articulação deste ecologismo denunciador junto às demandas do campesinato e à luta de grupos diversos pela defesa de suas condições de sobrevivência e de qualidade de vida vem permitindo o desenvolvimento de uma vertente do movimento ecologista mais criativa e propositiva, por intermédio de ações autogestionárias, descentralizadas e sustentáveis. Ou seja, o ecologismo continua evoluindo, com seus erros e acertos, na busca pela sua identidade. A esse respeito, Leff enfatiza:

o ecologismo ainda está forjando a sua identidade, suas estratégias de luta e seu projeto social, num complexo processo de recomposição das forças políticas, da ordem econômica e do significado da existência humana, num fim de século no qual domina a tendência para a definição de um mundo unipolar e homogêneo, no qual se vão diluindo o pensamento crítico, as utopias criadoras e as alternativas de mudança. (LEFF, 2000, p. 304)

Para Gonçalves (1993), as origens históricas do ecologismo no Brasil localizam-se na década de 1970, em plena ditadura militar, baseadas principalmente em três eixos fundamentais: 1) o Estado, forçosamente levado à adoção de medidas conservacionistas por conta de investimentos estrangeiros; 2) as lutas do movimento social gaúcho e fluminense; 3) a contribuição dos exilados políticos.

Nesta época a esquerda acreditava que o subdesenvolvimento do país se devia fundamentalmente à ação do imperialismo e que a solução para esse problema estaria numa revolução de caráter popular, a ser realizada com o apoio da burguesia nacional. Este seria o caminho para a abertura do país à modernização, etapa necessária para a consolidação de uma classe operária socialista. No entanto, a burguesia nacional não optou por esta via, aliando-se à burguesia internacional sob a égide da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo). A questão nacional, situada pela esquerda no plano das condições sociais, é deslocada para um plano técnico-econômico desenvolvimentista. Desta forma, e com o apoio também dos governos militares, o país atinge o maior desenvolvimento industrial de sua história até aquele momento. Este desenvolvimento atrelado a uma cultura histórica de desrespeito à natureza, comum às elites dominantes, acarreta como consequência óbvia o aumento da degradação ambiental. Como se não bastasse, uma vergonhosa e abertamente permissiva postura no que se refere à poluição é adotada por representantes brasileiros em colóquios internacionais sobre meio ambiente, o que fomenta uma reação do ambientalismo em nível internacional. A pressão externa obriga as instituições financeiras públicas e privadas a colocarem exigências para a realização de investimentos no Brasil. Gonçalves comenta que esse movimento vindo

de fora acaba contribuindo para que as preocupações ambientais surjam após a criação de instituições gestoras de meio ambiente, o que não deixa de ser um problema para o movimento ecologista em gestação, devido à sua lógica contraditória aos princípios do ecologismo (GONÇALVES, 1993).

Assim, pode-se considerar este momento como o que imediatamente antecedeu a eclosão do verdadeiro ecologismo brasileiro, representado pelos movimentos de defesa do meio ambiente ocorridos no Rio Grande do Sul e no Estado do Rio de Janeiro. No primeiro estado, de combatividade ecologista mais flagrante e enraizada, a luta reuniu ativistas na Agapam (Associação Gaúcha de Preservação Ambiental), contra uma empresa multinacional que poluía as águas do Rio Guaíba, na Grande Porto Alegre. No segundo estado, os esforços contra a degradação ambiental se deram sobretudo no norte-fluminense (Campos e Macaé) e em Cabo Frio (preservação das dunas). Com a anistia, no final da década de 1970, diversos exilados trouxeram em sua bagagem o conhecimento adquirido na vivência do movimento ambientalista internacional, fortalecendo o ecologismo brasileiro.

#### **2.4. Ecologismo, capitalismo e socialismo: considerações em torno da construção de alternativas**

Como projeto de civilização, o ecologismo precisa ter claras suas relações dialógicas com as duas principais perspectivas socioeconômicas da atualidade – o capitalismo e o socialismo – seja como antítese, referenciamento a alguns de seus aspectos, ou mesmo síntese dialética de determinados posicionamentos e práticas, no sentido de avaliar e validar os pressupostos e metodologias ecologistas ainda em construção. Desta forma, apresentaremos agora algumas considerações críticas aos dois sistemas em questão – colocadas por autores alinhados com o ecologismo –, com o objetivo de contribuir para uma melhor compreensão da emergência deste como alternativa possível e desejável. Assim, iniciaremos com o questionamento de alguns mitos nos quais estão embasados tanto o capitalismo quanto o socialismo.

Segundo Soffiati (1995), a tradição judaico-cristã ajudou a incorporar no Ocidente, consciente ou inconscientemente, o mito da inevitabilidade da história, ou seja, a concepção de que os fatos históricos já estariam preestabelecidos e que seriam assim inevitáveis. Cita como exemplo desta concepção a crença dos cristãos na inevitabilidade do final dos tempos, com a vinda do messias, a ressurreição dos mortos e o juízo final. Lembra também que tanto os capitalistas quanto os socialistas acreditam, de uma maneira geral, que seus sistemas são o

produto terminal de um processo histórico fatalista; e que tanto a crença na inevitabilidade da história como a conseqüente produção dos atuais sistemas é preponderante mesmo entre historiadores científicos, sejam eles de direita ou esquerda. Alguns poucos historiadores, no entanto, admitem que o desenrolar dos fatos poderia ter sido diferente. Com base nesse grupo dissidente da história científica, Soffiati fundamenta a idéia de que é possível a opção por alternativas que constantemente se apresentam às sociedades humanas no processo histórico, apesar das determinações que envolvem os planos biológico, ecológico, econômico, social, político e cultural. Para ele, assim como a história poderia ter seguido outro curso e o presente ter sido diferente do que é, o futuro também pode ser concebido de forma diversa às formatações capitalista e socialista. Neste sentido, seria viável a construção de um novo projeto de civilização, como o pleiteado pelo ecologismo.

Este novo projeto de civilização se imporia aos projetos socioeconômicos do capitalismo e do socialismo, já que, apesar de serem sistemas opostos e surgidos a partir de uma ruptura, ainda manteriam elos de ligação – a tecnologia e a crença em mitos comuns aos dois. Tais elos os equalizariam no mau uso da natureza e na constituição de relações injustas na humanidade, justificando a busca por modelos alternativos. Neste contexto, Soffiati, discutindo o lugar da tecnologia no socialismo e no capitalismo, argumenta que:

os socialistas condenam, no Ocidente, a organização da sociedade, que se apóia na exploração do homem pelo homem, mas não contestam com a mesma veemência a tecnologia ocidental. Pelo contrário, o socialismo se apropriou da tecnologia ocidental como se ela fosse independente do sistema em que foi gerada. Todo o desenvolvimento posterior, a partir daí, se deu na mesma direção, quer no Ocidente como no leste. Pior: esta tecnologia, incluída pelos marxistas nas forças produtivas, foi erigida como modelo para todas as sociedades atuais, sendo ela quiçá um dos principais critérios para a divisão do mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Um país só pode ser considerado desenvolvido se detiver esta tecnologia. Caso contrário, será atirado na condição límbica de subdesenvolvido. (SOFFIATI, 1995, p. 27)

E prossegue em sua crítica:

[...] a tecnologia produzida pelo capitalismo não é neutra, mas uma tecnologia capitalista, impregnada pelo sistema que a gerou. Ao romper e negar a organização social do capitalismo, o socialismo não procedeu da mesma forma com a tecnologia. Em vez disso, adotou-a como neutra, desenvolvendo-a não como a finalidade de maximizar e privatizar o lucro, mas de superar o capitalismo em eficiência. Em grande medida, portanto, a tecnologia dos países socialistas é similar à tecnologia dos países capitalistas. (*idem*, p. 28)

Os citados mitos comuns ao capitalismo e ao socialismo seriam (SOFFIATI, 1995):

1) o mito da inevitabilidade dos sistemas; 2) o mito do finalismo da história; 3) o mito da prevalência destes sistemas sobre outros.

O primeiro mito fala sobre a crença de que os sistemas socioculturais que antecederam tanto o capitalismo quanto o socialismo predestinaram seu surgimento de forma inevitável. O segundo refere-se ao julgamento dos dois como ponto terminal da história: “ambos podem admitir o aperfeiçoamento dos respectivos sistemas, mas não a sua ultrapassagem e substituição” (SOFFIATI, 1995, p. 30). Já o terceiro surge como resultado dos precedentes: o de que só existem e só podem existir os dois sistemas. “O lugar de outros sistemas é no passado. No presente e no futuro, não há lugar para outro sistema, nem em termos teóricos nem termos práticos” (*idem*, p. 31).

Soffiati complementa sua tese a respeito dos pontos em comum aos dois sistemas econômico-sociais, tanto denunciando a priorização da eficiência econômica sobre a satisfação das necessidades humanas quanto demonstrando a comum produção de impactos ambientais. Nessa perspectiva, uma questão central para o autor está relacionada à dessacralização da natureza:

Resultantes das condições criadas pela Revolução Industrial e impregnados pelo antropocentrismo ocidental, o capitalismo e o socialismo dessacralizaram a natureza, não a vendo como um valor em si. Ela é vista como um espaço amorfo, sem realidade própria, de onde se pode atirar, também ilimitadamente, os rejeitos do processo produtivo e do pré e pós-consumo. (*idem*, p. 32)

Guattari (1990, p. 11) considera a adoção de sistemas de valor capitalistas pelo socialismo como uma outra intercessão perversa entre os dois: “os países ditos socialistas [...] também introjetaram os sistemas de valor ‘unidimensionalizantes’ do Ocidente. O antigo igualitarismo de fachada do mundo comunista dá lugar, assim, ao serialismo de mídia (mesmo ideal de *status*, mesmas modas, mesmo rock etc.)”.

A crítica ecologista aos dois sistemas, se fundamenta no fato de que, “embora em graus diferentes, tanto o capitalismo quanto o socialismo produzem alta entropia”. E, se é verdade que “ultimamente, com o agravamento da crise ambiental, os países capitalistas e socialistas começam a se dar conta da existência da natureza”, esta ocorre de “forma acentuadamente antropocêntrica: é preciso proteger a natureza porque a sua destruição pode acarretar um desastre para a humanidade e comprometer a eficiência econômica”. Ou seja,

“No geral, continua vigorando a concepção de que a natureza pode ser explorada *ad infinitum* [...]” (SOFFIATI, 1995, p. 33).

A despeito das semelhanças entre o capitalismo e o socialismo no que concerne às suas relações com a natureza, o impacto ambiental no primeiro foi sempre maior que no segundo, devido à chamada anarquia do processo de produção. Já no socialismo, a desorganização da economia era minimizada mediante uma planificação dos governos (SOFFIATI, 1995), apesar de os danos ambientais também terem sido sérios neste. Com a derrocada do sistema socialista-comunista, difundiu-se globalmente os efeitos perversos do capitalismo sobre o meio ambiente e a sociedade – degradação ambiental, escassez de recursos naturais, desigualdade social etc. – oriundos de um sistema norteador por forças irracionais e de difícil, senão impossível, controle. Alier (1998) corrobora esta tese, acrescentando que tanto liberais e socialdemocratas quanto marxistas não consideram os obstáculos ecológicos ao crescimento econômico e suas conseqüências ecológicas, e que o fim da Guerra Fria não significou o fim das lutas sociais em um mundo cada vez mais desigual.

Para o mesmo autor, a falência das economias planificadas em relação às questões ambientais se deu por conta de uma série de fatores. Sinteticamente, o primeiro seria devido a uma exploração dos trabalhadores em benefício de uma camada burocrática. O segundo fator, seria decorrente de uma ideologia de crescimento econômico a todo custo aliado a uma grande ineficiência no uso dos recursos. O terceiro, devido à ausência de movimentos ecológicos, produto da falta de liberdades comum àqueles regimes, o que acabou não contribuindo para pressão pela incorporação de custos ambientais (externalidades) pelas empresas ou serviços estatais.

Ainda segundo Alier (1998), apesar da distância entre o marxismo e o ecologismo, na década de 1970 algumas tentativas de aproximação haviam sido tentadas por autores marxistas europeus, como Raymond Williams e Manuel Sacristán. Os êxitos eleitorais dos “verdes” na Europa ocidental de 1989 levaram alguns dirigentes e militantes de partidos comunistas a se reciclarem para o ecologismo, apesar do seu pequeno alcance e das tentativas de boicote de “grupelhos” (na acepção de Alier) trotskistas ou ex-maoístas. Para Alier, um marxismo ecologista deveria abarcar a teoria das crises econômicas e a história dos movimentos sociais.

Em contrapartida, lembra o autor (Alier, 1998), também no liberalismo a sensibilidade ecológica sempre esteve ausente. A pretensa sensibilidade dos neoliberais e de muitos

sociaisdemocratas de hoje em relação aos problemas ecológicos, se resume à interpretação de que apenas o mercado é capaz de resolvê-los através da racionalidade mercantil. Alier critica esse enfoque, argumentando que “o mercado não considera os prejuízos externos às transações mercantis, tal como a destruição irreversível de outras espécies” (*idem*, p. 30). Além disso, o autor considera que “não é possível que a economia vá bem se as pessoas estão mal (desocupadas, acidentadas) e se a ecologia está ruim” (*idem*, p. 273).

Concordamos com Soffiati (1995), na visão de que tanto o capitalismo quanto o socialismo estão empenhados não na busca das satisfações das necessidades essenciais da humanidade, como deveria ser e como insistem seus defensores, mas na eficiência econômica apenas. Esta, apesar de ser uma dimensão perversa do capitalismo em sua busca incessante pelo lucro, acabou sendo também incorporada pelo socialismo, para “fazer frente à pressão e à competição do mundo capitalista envolvente” (SOFFIATI, *idem*, p. 32). O autor ressalta esta leitura ao afirmar que “também os países socialistas estão investindo maciçamente na produção ou na compra de armamentos e estimulando os seus cidadãos a consumirem mais energia, automóveis, eletrodomésticos, refrigerantes, etc.” (*ibid.*).

Assim, diante do fracasso de ambos os sistemas em relação à continuidade da vida humana na Terra e no respeito por outras formas de vida e ecossistemas, abre-se um caminho que deverá ser ocupado por um outro sistema mais justo, eficiente e abrangente, e não por versões reformadas e pontuais dos primeiros (haja vista o insucesso das tentativas que estão sendo feitas nesse sentido como o compatibilismo, por exemplo). O ecologismo (que por estar ainda se estruturando e ser extremamente heterogêneo como movimento social, não pode ser considerado como panacéia, como podem criticar alguns) se afigura uma das alternativas mais coerentes e possíveis no momento. Tanto assim, que ele poderá até incorporar dimensões reformuladas do capitalismo e do socialismo, desde que venham a fortalecer seus propósitos socioeconômicos, ideológicos e culturais baseados na ecologia. A esse respeito, Soffiati (1995) reconhece que, na organização da sociedade, o socialismo aproxima-se amiúde do ecologismo. Segundo ele:

[...] devemos reconhecer que a sociedade socialista é a que mais se aproxima da sociedade ecologista. Isto não significa que o socialismo seja necessariamente ecológico ou que, inexoravelmente, evoluirá para o ecologismo. Mas é difícil conceber uma sociedade ecológica autêntica que não passe pelo socialismo e vá mais adiante, estendendo às espécies vivas não-humanas aos ecossistemas os princípios do socialismo. [...] Só que o ecologismo recusa o dogmatismo. Não crê no socialismo, em quaisquer das suas versões, nem mesmo a marxista, como uma religião com dogmas

inacabáveis. O que ele pretende é um socialismo democrático, pluralista, em que haja justiça não só para os seres humanos, mas para os demais seres vivos e para os ecossistemas. Na tentativa de formular uma máxima, poder-se-ia afirmar que o ecologismo pleiteia justiça social para que todos sejam iguais e liberdade para que todos sejam diferentes. [...] Em vez de afirmar, como alguns ecologistas, que o ecologismo não está à esquerda nem à direita, mas à frente, preferimos dizer que o ecologismo está à frente do socialismo. (*idem*, p. 42)

Dentro dessa perspectiva de reciclar dimensões dos sistemas socioeconômicos contemporâneos pelo ecologismo encontrar-se-ia também a extraordinária capacidade do capitalismo em mobilizar o imaginário de seus protagonistas (empreendedores, financiadores, promotores de desenvolvimento, artistas, trabalhadores etc.), na sua busca por toda força inovadora que leve ao lucro. Segundo Harvey (2000), é possível desenvolver um imaginário socialista alternativo (ou ecologista, como indicaria Soffiati) no interior desse espaço, ainda que não totalmente desvinculado das formas de pensar e agir inerentes ao capitalismo. Argumenta o autor que o capitalismo, por ser ao mesmo tempo um modo de produção tão revolucionário e também ser alimentado pela combinação entre elementos fictícios e imaginários (“expectativas” e “comportamento especulativo”), possibilitaria, por conseguinte, conceber também alternativas imaginárias (HARVEY, 2000). Tais alternativas imaginárias se afiguram extremamente úteis e urgentes no momento atual, já que, para podermos debater e agir, é necessário primeiramente conceber – individual e coletivamente – seja na dimensão intelectual, seja nos domínios da sensibilidade e do desejo (GUATTARI, 1990). A esse respeito, Guattari diz que “mais do que nunca a natureza não pode ser separada da cultura e precisamos aprender a pensar ‘transversalmente’ as interações entre ecossistemas, mecosfera e Universos de referência sociais e individuais” (GUATTARI, 1990, p. 25). Complementando esse ponto de vista, Harvey (2000, p. 280) afirma que:

somos obrigados a elaborar na imaginação, bem como por meio de debates discursivos, nossas responsabilidades individuais e coletivas não só com relação a nós mesmos e aos outros como em relação àqueles ‘outros’ formados pelo que normalmente designamos por natureza ‘exterior’.

Em outras palavras, é imperativo desenvolver a concepção imaginativa para que possamos pôr em prática, imediatamente, todo tipo de alternativa possível aos meios antiecológicos de produção, subjetivação (GUATTARI, 1990) e de existência hoje hegemônicos, sendo esta capacidade de concepção uma das nossas singularidades enquanto espécie (o que nos diferenciaria das abelhas, por exemplo), como cita Harvey. Entretanto, o

autor primeiramente critica algumas das alternativas ecologistas, taxando-as como “passionais”, “cacofônicas” e “concorrentes” (*idem*, p. 281), para logo a seguir defender a busca de uma tradução<sup>40</sup> entre diferentes linguagens para a construção de um terreno comum de entendimento sobre alternativas.

Uma dessas traduções encontrar-se-ia expressa na idéia defendida tanto por alguns setores do pensamento ambiental como pelo materialismo dialético de Marx, de que “estaríamos inseridos num fluxo contínuo de processos vivos que podemos afetar individual e coletivamente por meio de nossas ações” (HARVEY, 2000, p. 285), ou seja, o que é denominado “teia da vida” por vários autores (como Capra, Birch e Cobb, segundo Harvey). Esta metáfora denotaria a multiplicidade de eventos que nos afetam e aos quais afetamos, permanentemente, de forma consciente ou inconsciente; tal metáfora seria capaz de catalisar uma estrutura teórica/lógica mais adequada de argumentação na busca por soluções (ao invés de retóricas pessimistas e refratárias a iniciativas que não unicamente àquelas advindas de governos ou da tecnologia). Seguindo essa idéia, a teia da vida planetária estaria tão permeada de influências humanas – em função de transformações ambientais cada vez mais arriscadas e abrangentes induzidas pelos seres humanos – “que os caminhos da evolução estariam fortemente dependentes de atividades e ações coletivas” (*idem*, p. 289), requerendo, por conseguinte, uma mudança qualitativa e quantitativa em nosso pensamento e em nossas reações.

Uma dessas mudanças refere-se ao questionamento e à necessária insurgência contra a produção de nossas dificuldades ambientais, decorrente do projeto de classe hegemônico do capitalismo, que transforma tudo em mercadoria, submete todas as transações à lógica do lucro e da valoração abstrata imposta pelo mercado, e expõe transversalmente ao risco e à incerteza tanto marginalizados, empobrecidos e classes trabalhadoras, quanto alguns segmentos do capital e classes ricas e opulentas (*idem*, p. 291). Tal insurgência estaria embasada em um projeto político no qual os trabalhadores, os destituídos e os marginalizados teriam papel de liderança, paralelamente ao estabelecimento de alianças de classe, o que possibilitaria a construção de um modo alternativo de produção, de troca e de consumo menos

---

<sup>40</sup> O autor se baseia em White (1990 *apud* Harvey, 2000, p. 320) na concepção de “tradução”. Esta “se configura como enfrentar discontinuidades intransponíveis entre textos, entre línguas (linguagens) e entre pessoas. Nessa sua condição, ela tem uma dimensão ética tanto quanto tem uma dimensão intelectual. Ela reconhece o outro – o elaborador do texto original – como um centro de significado distinto de nós. Requer a descoberta tanto do valor da língua (linguagem) alheia como dos limites da nossa. Assim sendo, a boa tradução não é impelida pelas motivações do domínio e da aquisição, mas pelo respeito. Tradução é uma palavra que designa um conjunto de práticas mediante as quais aprendemos a conviver com as diferenças, com a fluidez da cultura e com a instabilidade do eu”.

arriscado, mas também ambiental e socialmente mais justo e sensível. Nas palavras de Harvey:

Um projeto político desse gênero [...] requer no entanto uma cuidadosa e respeitosa negociação com muitos movimentos ambientais e cientistas dissidentes que vêem claramente que o modo de funcionamento da sociedade contemporânea é incompatível com uma resolução satisfatória das questões ambientais que tanto os incomoda. A base de tal projeto deve contudo ser algum acordo mais amplo acerca de como vamos conceber e assumir, individual e coletivamente, nossas responsabilidades perante a natureza em geral e nossa própria natureza humana em particular. (*idem*, p. 292)

A nosso ver, há uma semelhança entre o projeto político de que fala Harvey (2000) e o projeto de civilização elaborado por Soffiati (1995) para o ecologismo, tanto nos princípios enunciados por tais autores quanto na capacidade potencial em incorporar aspectos reformulados de outros sistemas socioeconômicos, tendo em vista o fracasso tanto do capitalismo como do socialismo. Tal semelhança fortalece a concepção defendida por vários intelectuais (GUATTARI, 1990; SOFFIATI, 1995; ALIER, 1998; LEFF, 2000) de que é necessária uma mudança radical na estrutura e funcionamento das dimensões econômicas, sociais, políticas, éticas e culturais da humanidade. Esta mudança, por necessitar ser radical, não pode se restringir a simples reformas ou atenuações de impactos, mas à assunção de uma dimensão totalizante (não totalitária), como se mostra o ecologismo. Porém, para que isso ocorra de forma mais efetiva e fluída, é preciso que se processe uma mudança também nas formas de pensamento e tradução de hábitos mentais.

Um aspecto importante para o entendimento comum sobre alternativas e construção de um movimento mais amplo em torno de nossas responsabilidades perante a natureza (não excluído o ser humano), tal como o preconizado pelo ecologismo, encontra-se justamente na “negociação e tradução entre diversos hábitos mentais que advêm dos modos desiguais pelos quais a vida material, as práticas sociais e os sistemas de conhecimento são orquestrados e organizados” (HARVEY, 2000, p. 292).

Precisamos aprender a pensar fora dos padrões antropocêntricos, etnocêntricos e autocêntricos reinantes, buscando abarcar o entendimento do outro – outro semelhante, outro sociedade, outro animal, vegetal, mineral, outro natureza. Disso decorre a idéia de unidade do conhecimento, relegada em épocas recentes ao abandono por boa parte das ciências, de uma maneira geral, e também pelas ciências sociais (HARVEY, 2000), e hoje em resgate tanto no

meio científico quanto nos meios educacional, filosófico e cultural, e no qual a ecologia ocupa lugar relevante (ROCHA, 2001). Rocha reforça este papel aglutinador da ecologia, afirmando ser ela uma disciplina de síntese. Corroborando esse raciocínio, Harvey explica que “uma concepção ecológica e evolutiva do conhecimento proporciona uma idéia ampla sobre como pensar tanto a unidade como a diversidade entre os conhecimentos” (HARVEY, 2000, p. 300).

Nessa perspectiva, Acot<sup>41</sup> (1990, *apud* ROCHA, 2001) crê que a história da ecologia é um instrumento fundamental para pensar uma totalidade histórica e metodológica, pois revela que qualquer modificação de um dos elementos da sociedade e da biosfera em geral acarreta modificações no conjunto. Rocha corrobora em parte esta aceção ao traçar as influências do ambientalismo sobre o meio acadêmico, o que contribuiu para a criação das chamadas ciências ambientais<sup>42</sup>:

O ambientalismo, crescente neste final de segundo milênio d.C., atinge o meio acadêmico de modo a potencializar inovações em suas estruturas [...] A percepção de que há um real perigo de extermínio até mesmo da espécie humana fez com que a inserção da questão ambiental na academia se mostre também como um problema socioambiental e, portanto passa a requerer estudos não apenas monodisciplinares, mas inter e até mesmo transdisciplinares<sup>43</sup>, necessários para abordagem de tamanha complexidade como a que envolve sistemas heterogêneos de intersecção, dinâmica e imprevisibilidade, entre sociedade e natureza. (*idem*, p. 111)

Assim, baseados nos autores supracitados, podemos considerar que tanto a ecologia quanto o ecologismo colocam-se como meios preferenciais de tradução entre diferentes linguagens para a construção do terreno comum de entendimento, citado por Harvey, sobre alternativas à crise ambiental (ou civilizatória como defendem alguns), sobretudo devido ao seu caráter interdisciplinar e integrador. Esta característica do ecologismo manifesta-se de

---

<sup>41</sup> ACOT, P. *História da Ecologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

<sup>42</sup> Drumond e Schroeder (*apud* Rocha, 2001, p. 4) entendem como ciências ambientais as “formas institucionalizadas de trabalho interdisciplinar, reunindo, de um lado, cientistas sociais e, de outro lado, cientistas naturais e cientistas das áreas tecnológicas ou exatas, em torno de temas que caibam na interface sociedade humana-mundo natural”. DRUMOND, J. A.; SCHROEDER, A. Programas de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e similares no Brasil – uma listagem preliminar. *Ambiente & Sociedade*. Campinas: NEPAM, n. 2, p. 139, 1998.

<sup>43</sup> Para Jean Piaget (1964, *apud* Rocha, 2007, p. 6), a multidisciplinaridade se caracteriza pelo “empréstimo” entre as disciplinas, sem haver enriquecimento mútuo, ao contrário da interdisciplinaridade, que ocorre quando há reciprocidade. Já a transdisciplinaridade se dá quando existe uma “integração total através da eliminação de fronteiras estáveis entre disciplinas”. PIAGET, J. *Problemas gerais da investigação interdisciplinar e mecanismos comuns*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1964. v.VIII (Coleção Ciências Sociais e Humanas)

forma particularmente ativa em um de seus instrumentos prioritários para mudança de consciência: a Educação Ambiental.

## **2.5. O ecologismo, a Educação Ambiental e as caminhadas ecológicas**

Por ser a questão educacional um campo fértil de potencialidades, de conflitos de interesses e de diferentes usos, consideramos essencial iniciar o temática aqui proposta a partir da própria educação. Com esta direção, buscamos então abordar a Educação Ambiental (EA), traçar suas correlações com o meio ambiente e problematizá-la como processo de estabelecimento de posicionamentos e ações. Por fim, buscamos identificar as possíveis correlações de sua práxis com o ecologismo e com as caminhadas ecológicas.

Tendo em vista a complexidade que envolve a conceituação e contextualização da EA (seja por causa das diferentes concepções em relação à realidade ambiental, seja por conta de diferentes usos que se dá à sua prática, seja ainda pela produção extremamente difusa e de difícil consulta dos educadores ambientais no Brasil), os esforços aqui empreendidos neste sentido deverão ser reconhecidos como um recorte e uma leitura sintética do processo de construção – ainda em pleno curso – da Educação Ambiental no país. Consideramos que nossa postura não poderia ser diferente, haja vista a dificuldade que até especialistas e estudiosos desta dimensão da educação reiteradamente expressam (PEDRINI, 1998; AMÂNCIO, 2002; SIQUEIRA, 2004).

Concordamos com o eminente educador Paulo Freire (1983), em sua visão de que o ser humano não apenas “está” no mundo, mas “com” o mundo. Isso significa dizer que há uma pluralidade nas relações do indivíduo com o mundo, na medida em que este responde a uma ampla variedade de desafios. Nesta diversidade de respostas altera-se o próprio respondedor, ao organizar-se, ao escolher a melhor resposta, ao testar-se, ao agir. Passa ele assim a existir<sup>44</sup> e não apenas a viver, ou seja, incorpora a criticidade. Esta qualidade da relação do humano com seu mundo permite a transcendência de sua posição mais básica de

---

<sup>44</sup> Existir, para Paulo Freire, ultrapassa viver, pois é mais que estar no mundo. Continua o autor: “É estar nele e com ele. E essa capacidade ou possibilidade de ligação comunicativa do existente com o mundo objetivo, contida na própria etimologia da palavra, que incorpora ao existir o sentido de criticidade que não há no simples viver. Transcender, dialogar (comunicar e participar) são exclusividades do existir. O existir é individual, contudo só se realiza em relação com outros existires. Em comunicação com eles” (FREIRE, 1983, p. 39-40).

espectador para a de interferidor, integrando-o<sup>45</sup>, desta forma, ao seu contexto. Tal integração, além de situá-lo espaço-temporalmente, traz a marca da liberdade, aspecto intimamente relacionado à sua capacidade criadora. Daí a importância da permanente atitude crítica defendida por Freire, segundo ele, o “único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude do simples ajustamento ou acomodação, apreendendo temas e tarefas de sua época” (FREIRE, 1983, p. 44).

A interpretação da *realização de uma época histórica*<sup>46</sup> pelo mesmo autor sugere interessantes correlações entre a criticidade, o existir e o contexto. Assim, uma época *se realiza* à proporção que seus temas são captados e suas tarefas resolvidas, e *se supera*<sup>47</sup> à medida que temas e tarefas já não correspondem a novos anseios emergentes, que exigem, inclusive, uma visão nova dos velhos temas. Essa captação atualizada dos temas de uma época, e por isso mesmo possível de ser interferida, só se torna viável mediante a renovação crítica do ser humano (*ibid*).

Tomando como referência Freire, diríamos que vivenciamos hoje uma fase de crise ambiental, de transição, que carrega em si uma oportunidade de mudança, de passagem: a que possibilita ao povo sair da “imersão” em que se encontra, e que o caracteriza como espectador, para galgar à “emersão”, ou seja, buscar a sua ingerência no processo.

Essa passagem da “imersão” para a “emersão”, inserindo criticamente o cidadão brasileiro no processo de consciência ecológica crítica só pode ser feita por uma educação também crítica, que proponha ao povo “a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no novo clima cultural da época de transição” (FREIRE, 1983, p. 59). No momento atual, tanto quanto na época da abertura política problematizada por Paulo Freire, esta educação como prática da liberdade deve responder aos desafios da mudança socioambiental e às reações contrárias do *status quo* a esse processo.

Freire (1984) classifica em dois os estágios de consciência na transição de uma época a outra. São eles: (i) “consciência intransitiva”; (ii) “consciência transitiva”. Esta última pode se subdividir em outras três: (a) “consciência transitiva ingênua”; (b) “consciência transitiva fanatizada”; (c) “consciência transitiva crítica”.

O primeiro estágio, a consciência intransitiva, se caracterizaria pela “quase centralização dos interesses do homem em torno de formas mais vegetativas de vida” (*idem*).

<sup>45</sup> Integração, segundo Freire, “resulta da capacidade de ajustar-se à realidade acrescida da de transformá-la a que se junta a de optar, cuja nota fundamental é a criticidade” (*idem*, p. 42).

<sup>46</sup> Para Freire (1983), uma época histórica representa uma série de aspirações, de anseios, de valores, em busca de plenificação.

<sup>47</sup> Grifos nossos.

Neste patamar, o indivíduo está limitado à sua esfera de apreensão, representando um “quase compromisso do homem com a existência” (Freire, 1984, *passim*). Seu discernimento é comprometido pela não-captação da causalidade autêntica dos fenômenos, que o leva ao pensamento mágico como forma de explicar o que percebe, mas não entende. Seu correspondente atual dentro da esfera socioambiental poderia ser representado pela parcela – talvez minoritária – dos cidadãos das classes menos favorecidas, obrigados pelo sistema socioeconômico a se empenharem quase que exclusivamente na manutenção de sua sobrevivência, tornando-os desta forma alheios às exigências do momento de trânsito. A crescente tomada de consciência, inclusive em função da enorme quantidade de informações oferecidas diariamente pela mídia, pode estar contribuindo para a diminuição da intransitividade na sociedade de consumo.

Já a “consciência transitiva”, “transitivando” o ser humano em seu contexto, seria uma ampliação do poder de captação da realidade por este, da dialogação com seus semelhantes e seu mundo, e da sua ação mais comprometida<sup>48</sup> com a existência. Inicialmente, no entanto, é preponderantemente ingênua, caracterizada pela “simplicidade na interpretação dos problemas”, e também pela permanência de “explicações mágicas” (*idem*, p. 61).

Esta transitividade ingênua, inicial, tanto pode evoluir para a transitividade crítica, desejável, quanto se distorcer na transitividade fanática, resultado de sua submissão à massificação. O representante contemporâneo do primeiro, conjecturando em termos socioambientais, pode ser o cidadão que, já tendo relativamente satisfeitas suas necessidades básicas e transitivado pela enorme oferta de informação midiática, desperta para os sinais que a época de mudança disponibiliza para serem captados, traduzidos e transformados em ação.

A transitividade fanática, por sua vez, se caracteriza por um grau ainda maior de compromisso com a existência do que a intransitividade, decorrente de uma “obliteração no poder de captar a autêntica causalidade, daí o seu aspecto mágico” (*idem*, p. 61). Nesse estágio, “a possibilidade de diálogo se suprime ou diminui intensamente e o homem fica vencido e dominado sem sabê-lo, ainda que se possa crer livre” (*ibid.*).

Podemos considerar como exemplares deste estágio, aqueles que, transitivando-se, não conseguem transcender as formas irracionistas e emocionais que a massificação impõe. Seriam eles, considerando mais uma vez a dimensão socioambiental, certos ativistas (popularmente conhecidos também como “eco-chatos”) circunscritos a suas fórmulas fechadas, refratárias e sectárias de “salvação do mundo”; alguns ecologistas que, não fazendo uso de sua

---

<sup>48</sup> Para Freire (1983), a capacidade de opção é o que caracteriza o comportamento comprometido.

criticidade, servem de fantoches a interesses das elites (também popularmente chamados de “inocentes úteis”); e partidários de direita, ao se dobrarem cada vez mais sobre si mesmos na ilusão de que todos os problemas serão magicamente resolvidos somente com mais desenvolvimento e tecnologia.

Por fim, a transitividade crítica, ponto almejado pela educação emancipatória, dialogal e ativa, voltada para a responsabilidade social e política, se caracterizaria “pela profundidade na interpretação dos problemas, pela substituição de explicações mágicas por princípios causais” (*idem*, p. 62).

Este estágio, que necessita da educação crítica para efetivar-se consistentemente, é representado atualmente por indivíduos cada vez mais conscientizados da importância de sua inserção no contexto político, ideológico, cultural, econômico e social, seja como cidadãos, seja como representantes da sociedade civil, seja como coletividade.

Nossa leitura indica que podemos observar um novo tempo de “emersão”. O povo, de uma maneira geral, antes alheio às questões socioambientais, agora começa a despertar atônito diante da avalanche cada vez maior de notícias sobre o aquecimento global, sobre as inúmeras catástrofes naturais ao redor do planeta e sobre as iniciativas de enfrentamento dos diversos problemas daí advindos<sup>49</sup>. Esta primeira reação de perplexidade já sugere a entrada na transitividade ingênua, caracterizada aí por um certo alarmismo, desesperança e até a adoção de atitudes proativas ingênuas.

A exemplo destas atitudes calcadas na ingenuidade, podemos citar algumas ações populares como a adesão a campanhas de reciclagem, plantios de mudas e doações a ONGs ambientalistas, desprovidas de qualquer questionamento crítico em relação ao contexto mais geral onde se inserem. Ou seja, algo muito próximo ao irracionalismo, à emocionalidade e à ação mágica comentados por Freire. De que adianta reciclar materiais, se o cidadão que faz isso não muda sua postura consumista e perdulária, criando assim um ciclo vicioso? Qual o sentido de alguém achar que está fazendo a “sua parte” ao plantar árvores, se não consegue identificar esse ato mais alinhado com um posicionamento político/filosófico do que como efetiva recuperação ambiental? De que adianta contribuir financeiramente para uma ONG, se não se acompanha e se interfere ativa e politicamente no emprego destes recursos?

---

<sup>49</sup> Um exemplo bastante significativo desse fenômeno pôde ser observado nas comemorações do último dia do trabalho pelas centrais sindicais de São Paulo, onde a tônica principal foi a defesa do meio ambiente (Galhardo, 2007). Milhares de mudas de plantas foram distribuídas aos trabalhadores e discursos foram proferidos por suas lideranças com relação à questão ambiental. Podemos considerar estas atitudes como inusitadas num segmento da sociedade que, tradicionalmente, sempre teve como prioridade o desenvolvimento econômico (ainda que baseado no modelo ultra-explorador atual) para a criação de mais empregos.

Assim, diante dos desafios e riscos que este momento suscita, mais uma vez é preciso o auxílio de uma educação eminentemente crítica direcionada ao fortalecimento não apenas das resistências a estes efeitos colaterais da transitividade, mas também à possibilidade de levar o indivíduo à forma mais elevada desta e à ação responsável e integradora. A respeito disso, Freire afirma que “é próprio da consciência crítica a sua integração com a realidade, enquanto que da ingênua o próprio é a sua superposição à realidade” (Freire, 1983, p. 106).

Por isso, concordamos com Freire, e também com diversos outros autores como Lima (1999), Carvalho (2002), Layargues (2002) e Loureiro (2005), na compreensão de que a educação crítica mostra-se como um dos meios potencialmente mais eficazes de possibilitar ao cidadão a adoção desta ação mais comprometida e melhor posicionada em face dos desafios do momento de transição. O momento atual requer ainda mais essa criticidade, devido ao crescimento de ações mais emocionais<sup>50</sup> e pouco consistentes advindas da massificação, que vem a reboque da “emersão”.

Assim consideramos que a educação crítica, tal como proposta por Freire (1983), deve ser utilizada para gerar uma nova consciência sobre a questão socioambiental, incluindo todos os indivíduos, *mesmo os já detentores de alguma cultura socioambiental*, através do debate de situações desafiadoras e existenciais para os grupos, *em um método ativo, dialogal e participante*. Neste sentido, a articulação entre a educação e a questão ambiental através da Educação Ambiental pode ser um instrumento privilegiado de humanização, socialização e direcionamento social<sup>51</sup> (LIMA, 1999), mesmo que ela não deva ser considerada o único meio para alcançar a emancipação, nem ser concebida como uma panacéia capaz de solucionar todos os problemas ambientais. E mesmo ainda que ela seja um campo passível de ser utilizado tanto para a libertação quanto para a opressão, “dependendo da luta entre

---

<sup>50</sup> Não que consideremos a paixão e a emoção como instâncias negativas em um processo de transição, pelo contrário. Elas podem animar o engajamento, o desejo em contribuir, a gana de participar. Porém, como já dito antes, tais instâncias podem ser usadas como massa de manobra por grupos hegemônicos, caso não sejam embasadas pela criticidade. A esse respeito, achamos oportuno citar Loureiro: “A força educativa inovadora está na capacidade de trabalhar com a racionalidade e com as paixões, com a escolha e com a necessidade, com o fato objetivo e com as crenças, refletindo e agindo” (LOUREIRO, 2005, p. 1490).

<sup>51</sup> Segundo Lima (1999), a questão ambiental carrega em si a capacidade de correlacionar realidades antes aparentemente desligadas, de revelar a universalidade dos problemas socioambientais contemporâneos e de alertar para a necessidade de mudanças efetivas que garantam a continuidade e a qualidade da vida na Terra. Ela problematiza a destrutividade potencial da sociedade industrial, a finitude dos recursos naturais e o limite dos processos auto-reguladores, e coloca em questão o modelo civilizatório adotado pela humanidade como um todo. Ou seja, estes fatores, aliados a tantos outros, tornam flagrante o momento de transição, onde, ao lado de incertezas, desgastes e angústias quanto ao futuro, encontra-se a possibilidade de novas sínteses, potencialidades ainda não exploradas e o sentimento de esperança. A questão ambiental, ao afigurar-se rica em compreensões, respostas e efetividade potencial frente às dificuldades deste momento, vem por isso conquistando cada vez mais o reconhecimento social.

concepções, valores e práticas sociais dos grupos que dividem e disputam o mesmo campo” (*idem*, p. 2).

É consenso entre vários autores, dentre os quais Dias (1992), Pedrini, (1998), Lima, (1999), Rocha, (2001), Amâncio, (2002), Carvalho, (2002), Siqueira, (2004) e Loureiro, (2005), situar o surgimento da EA a partir do movimento ambiental, como uma tentativa de solucionar o quadro de degradação ambiental que se instalou no mundo no último século, provocado pelo atual modelo de desenvolvimento que tem como base o capital. Assim, ressaltamos, a EA possui um alinhamento originalmente emergencial e transformador, já que preconiza uma mudança da relação do ser humano com o seu meio.

Pedrini (1998) esclarece que a EA não é uma atividade recente no país, tendo recebido em suas origens denominações diversas (educação conservacionista, sanitária, ecológica, etc.).

Em 1988 é promulgada a Constituição Federal Brasileira, consolidando o meio ambiente “ecologicamente equilibrado” como direito de cidadania. Consta de nossa carta magna<sup>52</sup> a incumbência do Poder Público na promoção da EA em todos os níveis de ensino. Segundo Rocha, de acordo com as diretrizes do Programa Nacional de Educação Ambiental, o Ibama assume a execução da EA no país, “percebendo-a como um processo participativo através do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, adquirem conhecimentos, atitudes e habilidades voltadas para a conquista e manutenção do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” (ROCHA, 2001a, p. 112). A partir desta década, a EA deixou de ser esfera de dominação quase exclusiva de instituições governamentais para ser implementada por outros atores e sob diferentes óticas (PEDRINI, 1998).

Ao longo de sua história, a EA foi definida de várias formas, porém esteve sempre vinculada ao conceito de meio ambiente ou ao modo como este era percebido (DIAS, 1992). Assim, quando o meio ambiente era entendido de uma forma eminentemente ligada a seus aspectos naturais, sua denominação apresentava-se de forma reducionista, “não apreciando as interdependências, nem a contribuição das ciências sociais à compreensão e melhoria do ambiente humano” (*idem*, p. 29). Isso fica evidenciado em uma de suas primeiras definições, na qual a EA é enunciada como: “um processo que deve objetivar a produção de cidadãos,

---

<sup>52</sup> Em seu Capítulo VI, art. 225, parágrafo 1º, inciso VI (Brasil, 1990)

cujos conhecimentos acerca do ambiente biofísico e seus problemas associados possam alertá-los e habilitá-los a resolver seus problemas” (STAPP<sup>53</sup> *et al.*, 1969 *apud* DIAS, 1992, p. 29).

Acsehrad, Vieira e Guarani (1993) entendem a EA como pertencente a três classes de definições, que podem dialogar entre si e se completar. A primeira, a definiria como um processo de aprendizagem permanente baseado no respeito à vida, na busca do bem-estar e na maior consciência individual. A segunda, como processo de formação de cidadãos a partir da problematização da realidade e a mudança de atitude. E a terceira como uma educação política, com o objetivo não apenas de buscar a mudança de atitude, mas também formular propostas de melhoria ambiental, conquistar espaços e participação nas decisões de políticas públicas e promover o desenvolvimento com vista a uma melhor qualidade de vida.

Com o agravamento da problemática ambiental, a reação de movimentos sociais e o incremento do debate mundial sobre o assunto, outras definições mais abrangentes e críticas foram surgindo. Uma delas, gerada na Conferência de Tbilisi (1977), passou a inserir o enfoque interdisciplinar na orientação para resolução de problemas concretos do meio ambiente, preconizando a participação ativa e responsável de cada indivíduo e coletividade. Esta definição serviu de base para uma série de outras definições produzidas em encontros nacionais e internacionais sobre o tema, sendo adotada ainda hoje como referencial teórico (PEDRINI, 1998). No entanto, para Pedrini, constata-se uma confusão conceitual em torno da EA seja entre educadores ambientais formais ou não formais, seja entre pesquisadores e empresários. Isso ocorreria porque o conceito de EA varia de acordo com o contexto onde ela é aplicada, necessitando ter seu conteúdo representativo sempre descrito. Outro fator que contribuiria para essa confusão diz respeito aos objetivos e métodos de ação e avaliação não definidos por muitos educadores ambientais. Nesse caso, uma forma de solucionar ou atenuar este problema seria a definição prévia do conceito de EA junto àquilo que se planeja implementar, utilizando como referência concepções mais amplas, como, por exemplo, documentos produzidos em encontros sobre o tema.

Dentre as inúmeras definições atuais, destacaríamos a formulação do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis (Teass), por entender que ela representa uma concepção mais próxima do ideário do ecologismo. Nela, considera-se que

---

<sup>53</sup> STAPP, W.B. *et al.* The concept of environmental education. *The Journal of Environmental Education*. v. 1, n. 1, 1989.

a Educação Ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas. [...] (TEASS, *apud* INSTITUTO PAULO FREIRE, 2007)

O Teass foi produzido a partir de amplo processo mundial de consulta, tendo inicialmente como signatária a sociedade civil representada na I Jornada Internacional de Educação Ambiental, realizada no Fórum Global paralelo à Rio-92 (ECOMARAPENDI, 2007). Essa definição representa, segundo Pedrini (2006), um aperfeiçoamento do referencial teórico de Tbilisi, sendo considerado por este autor como o paradigma conceitual vigente no planeta sobre EA.

Apesar de estar em permanente aperfeiçoamento, os princípios e bases conceituais do Teass vêm sendo cada vez mais adotados como referenciais teórico/metodológicos em práticas denominadas Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis (Eass) e outras iniciativas em EA (PEDRINI, 1998). A exemplo disso, a Teass foi adotada pelo governo federal brasileiro no Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea – instrumento norteador de EA no país) e como Carta de Princípios pela Rede Brasileira de Educadores Ambientais – Rebea –, além de mais de 45 redes a ela vinculadas. Além disso, essa definição também foi incorporada como referencial pela Unesco no ano de 2000 (ECOMARAPENDI, 2007).

No entanto, assim como na educação e na questão ambiental, a EA é também campo de disputa entre as diversas correntes de pensamento, interesses e posicionamentos políticos. Isso se contrapõe a uma certa ilusão de que todos os que fazem EA estariam em igualdade de condições em seus posicionamentos, instrumentos e práticas. A esse respeito, Loureiro considera que as categorias conceituais que sustentam as práticas de EA, entre as quais destaca a participação, a interdisciplinariedade, a visão integradora do ambiente e o respeito à diversidade biológica e cultural, permitem “diferentes apropriações e usos, dependendo da concepção teórica, do lugar social ocupado pelos sujeitos e da compreensão de sociedade da qual se parta” (LOUREIRO, 2005, p. 1491).

Philippe Layargues (2002) reforça esta visão ao confirmar a educação como reflexo do jogo de enfrentamento entre forças que atuam tanto no sentido da conservação social como no sentido da transformação social. Este e outros autores (PEDRINI, 1998; LIMA, 1999; AMÂNCIO, 2002; CARVALHO, 2002; REIGOTA, 2004; LOUREIRO, 2005) consideram

que esse jogo gera uma cisão na EA brasileira, resultando em dois grandes blocos político-pedagógicos. No primeiro estaria o modelo tradicional, de enfoque reducionista, voltado fundamentalmente para a mudança cultural e com uma compreensão circunscrita às raízes da crise ambiental; no segundo, a EA crítica, de enfoque complexo e direcionada para a mudança cultural em conjunto com a transformação social, compreendendo que a crise ambiental se expressa não apenas no plano da estética, na forma do conservacionismo, mas também no plano da ética, compreendendo a política, a cultura e conjunto das relações sociais.

Loureiro (2005) divide esses blocos em: (i) *conservador ou comportamentalista*; (ii) *transformador, crítico ou emancipatório*. De uma forma esquemática, podemos caracterizar essas duas concepções conforme o quadro abaixo:

<b>Quadro 1 – As Duas Grandes Concepções em Educação Ambiental</b>	
<b>Conservadora ou comportamentalista</b>	<b>Transformadora, Crítica ou Emancipatória</b>
Compreensão naturalista e conservacionista da crise ambiental.	Compreensão crítica da crise ambiental, envolvendo as dimensões econômicas, políticas e sociais, visando à promoção da autonomia e liberdades humanas em sociedade e à redefinição do modo como nos relacionamos com a nossa espécie, com as demais espécies e com o planeta;
Educação entendida em sua dimensão individual, baseada em vivências práticas.	Concepção de EA indissociável da participação social e do exercício da cidadania.
Despolitização da prática de EA, apoiando-se em pedagogias comportamentalistas.	Politização e publicização da problemática ambiental em sua complexidade.
Baixa problematização da realidade e pouca ênfase em processos históricos, com a diluição da dimensão social na natural, faltando entendimento dialético da relação sociedade-natureza.	Ênfase na compreensão crítica da história, compromisso com o debate e o diálogo entre ciência e cultura popular, redefinindo objetos de estudo e saberes.
Foco na redução do consumo de bens naturais, descolando essa discussão do modo de produção que a define e situa.	Entendimento articulado em torno de processos como: produção e consumo; ética, tecnologia e contexto sócio-histórico; interesses privados e interesses públicos.
Responsabilização da degradação localizada em um homem genérico, a-histórico, descontextualizado social e politicamente.	Visão histórica dos processos de degradação socioambiental. Compromisso com a ruptura e a transformação dos valores e práticas sociais contrários ao bem-estar público, à equidade e à solidariedade.

<b>Quadro 1 – As Duas Grandes Concepções em Educação Ambiental (cont.)</b>	
<b>Conservadora ou comportamentalista</b>	<b>Transformadora, Crítica ou Emancipatória</b>
Influenciada pela Teoria dos Sistemas Vivos, pela Teoria Geral dos Sistemas, pela visão holística, pela Cibernética e pelo pragmatismo ambientalista da proposta de alfabetização ecológica norte-americana	Influenciada pela teoria dialética em suas diferentes formulações de orientação marxista e pela Teoria da Complexidade.

Fonte: Adaptado de Loureiro, 2005, p. 1475.

De uma maneira geral, apesar da posição hegemônica (LIMA, 1999; REIGOTA, 2004) do bloco conservador da EA<sup>54</sup>, existe um movimento bastante consistente de contraposição na academia a essa vertente. Entre os mais destacados autores desta frente, podem ser citados Lima, (1999), Carvalho (2002), Reigota (2004) e Loureiro (2005). Lima (1999), inclusive, sintetiza as críticas a esta tendência hegemônica da EA, classificando-a como reducionista, deformadora, empobrecedora, despolitizada, fragmentária, astuta ou inocente, alienante e mantenedora do *status quo*.

Reigota (2004), no entanto, considera que a EA de vertente emancipatória, ainda se encontra em sua fase inicial. Nesse aspecto, defende que ela deva “aglutinar forças, dialogar, aproximar e aprender com os movimentos sociais que se organizam no mundo todo, que são contrários ao modelo político, social, cultural e ecológico do totalitarismo capitalista” (*idem*, p. 2). Este autor sugere ainda o desenvolvimento da competência técnica dos educadores ambientais como uma das soluções a este desenvolvimento ainda incipiente da EA crítica. Tal desenvolvimento incluiria universidades, institutos de pesquisa, ONGs e instituições públicas, e se daria através de uma perspectiva transdisciplinar que aliasse as contribuições dos diversos saberes, sensibilidades e vivências e que contemplasse, também, o compromisso político com a autonomia, a responsabilidade, a justiça e o pacifismo (REIGOTA, 2004).

Neste sentido, Lima (1999), com base em outros autores (Freire, Carvalho etc.), defende a adoção de uma EA de caráter emancipatório, que seja democrática, participativa, crítica, transformadora, dialógica, multidimensional e ética. Seguindo a mesma orientação, Loureiro (2005) cita outras características, a nosso ver complementares, inerentes a essa vertente da EA, baseadas em três categorias conceituais: a dialética, o pensamento complexo e

<sup>54</sup> A respeito da hegemonia deste bloco da EA, Reigota afirma que “[...] a educação ambiental que obteve maior legitimidade e visibilidade é aquela que não coloca em xeque o modelo de desenvolvimento econômico, o modelo de representação e participação política, nem os fundamentos político-pedagógicos no cotidiano das instituições escolares e acadêmicas” (REIGOTA, 2004, p. 2).

a práxis. Seriam elas: (i) articulação com o campo da educação propriamente dito; (ii) processos educativos articulando de forma indissociável as mudanças pessoais às societárias, baseadas na dialética entre subjetividade-objetividade; (iii) uso da dialética marxista fundado na concepção de que as idéias estão relacionadas às práticas sociais e são construídas na materialidade da vida, situadas no processo histórico de transformação da sociedade e de realização humana; (iv) uso do pensamento complexo na superação dos paradigmas simplificadores que operam a disjunção ser humano/natureza ou que reduzem a natureza de modo indistinto; (v) adoção da práxis como conceito central em EA, por encarar o conhecimento, a ação e a autopercepção no ambiente não como um ato teórico-cognitivo, mas um processo que se inicia nas impressões genéricas e intuitivas e vai-se tornando completo e concreto na práxis.

Com base nas considerações dos diversos autores citados nesse capítulo, acreditamos que a EA – além da própria educação – precisa ter fortalecido o seu caráter crítico, transformador e emancipatório, em contraposição aos posicionamentos mantenedores do atual modelo de desenvolvimento e de suas práticas pedagógicas reprodutivistas e biocêntricas. Identificamos nestas características fundantes da EA crítica, mais do que em qualquer outra de suas vertentes, o verdadeiro elo de ligação com o ecologismo. Essa ligação entre a EA crítica e o ecologismo fica ainda mais clara na constatação de que tanto no plano nacional quanto internacional uma boa parte dos ecologistas em geral e dos educadores ambientais em particular tem num *ethos* contracultural – entendido em sentido amplo, seja como engajamento pessoal em movimentos contraculturais, seja enquanto a adoção de valores contraculturais como orientadores de uma visão de mundo e estilo de vida – uma importante referência identitária (CARVALHO, 2002, p. 4.).

Este viés contracultural a que Carvalho reiteradamente se refere, aliado à ênfase na criticidade, ao questionamento da crise ambiental e à busca de alternativas viáveis e efetivas, nos permite afirmar que a EA emancipatória é um dos instrumentos mais eficazes a serviço dos ideais e práticas do ecologismo, seja na mudança de consciência, seja no posicionamento mais responsável e ativo perante a realidade atual, e seja ainda na adoção de atitudes mais sintonizadas com um novo paradigma de respeito à vida, à alteridade e à existência<sup>55</sup> que requer a atualidade, e que já se delineia no horizonte.

Com base nessa concepção, argumentamos que podemos compreender as caminhadas ecológicas como uma modalidade específica de EA. Aliás, um número considerável de

---

<sup>55</sup> Existência entendida na concepção de Paulo Freire, já discutida em seções anteriores.

autores (NEIMAN, RABINOVICI e SECCO, 2005; GUIMARÃES, 2004; QUARANTA-GONÇALVES, GUIMARÃES e SOARES, 2006; LIMA *et al.*, 2003) consideram a vivência de trilha, um dos elementos centrais das caminhadas ecológicas, como uma oportunidade privilegiada de trabalhar a EA, assim como outros conteúdos, tais como a consciência e a individualidade.

Para Pedrini (2006), a vivência de trilha permite a experiência do contato com paisagens sob contextos diferenciados do cotidiano, provocando novas concepções, percepções e vivências cambiantes, ou seja, a descoberta ou releitura de processos interativos, significados e valores culturais. Saul *et al.*<sup>56</sup> (2002 *apud* PORTILHO, SAUL e STRANZ, 2006, p. 3) contribuem com este ponto de vista afirmando que o contato estimulado e organizado com o ambiente durante o percurso de trilhas auxilia no desenvolvimento da responsabilidade e do senso de dependência que os seres humanos devem ter em relação ao meio, além de proporcionar uma tomada de consciência. Neiman, Rabinovici e Secco (2005) afirmam que o desenvolvimento de atividades que intensifiquem o contato direto do ser humano com a natureza mais preservada pode contribuir para o estabelecimento de vínculos e mudanças dos hábitos culturais e também se tornar útil na EA tanto formal como não formal. O mesmo autor considera que a intensificação da experiência através dos sentimentos é uma estratégia eficaz para o afloramento do sentido de pertencimento ao mundo atual. Quando isso se dá no contato consciente e positivo com a natureza menos alterada, estabelece-se a gênese da atitude pró-ambiente.

De fato, nossa concepção de EA nos permite afirmar que o processo educacional deve envolver não apenas a dimensão teórico-reflexiva, mas também os aspectos perceptivos e afetivos, ou seja, as vivências e experiências relacionais, o que, no caso das caminhadas ecológicas, é traduzido nas atividades vivenciadas nas trilhas, nos contatos com a natureza e nas relações interpessoais.

Lima e colaboradores (LIMA *et al.*, 2003) corroboram este entendimento afirmando que o envolvimento afetivo, além do experiencial e cultural das pessoas, proporcionados por caminhadas interpretativas na natureza, são fundamentais para a ampliação da capacidade de percepção ambiental e para a expansão de uma consciência conservacionista. Os autores correlacionam a EA à interpretação ambiental, na medida em que o participante descobre, vivencia, observa e questiona as informações oferecidas. E acreditam que “o reconhecimento

---

<sup>56</sup> SAUL, P.F.A. LEAL, J.C.P., FENSTERSEIFER, C. Trilhas de Interpretação ambiental. In: *Educação Ambiental: teoria e prática*. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

da paisagem como o resultado de uma ação histórico-social pode determinar sua revalorização e reflexões mais aprofundadas sobre questões ambientais” (*idem*, p. 11).

Levando-se em consideração a importância dos recursos sensoriais em interação com a cognição e a emoção na vivência do ambiente visitado, podemos ponderar a percepção como uma instância fundamental no contato direto com a natureza e também na mudança de atitude. A esse respeito, Tuan (1980) esclarece que a percepção ambiental é tanto resposta dos sentidos aos estímulos sensoriais como atitude proposital, em que determinados fenômenos são claramente registrados, sendo que outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Já a atitude seria uma postura que se toma perante o mundo, gerada a partir de uma longa sucessão de percepções/experiências. Na experiência, as emoções são dotadas de grande importância, pois podem (re)valorizar os vínculos do experienciador com o lugar (topofilia<sup>57</sup>) e assim reorientar suas atitudes. Significa dizer que, a vivência multifacetada do ambiente e das próprias percepções pelo participante de atividades de contato direto com a natureza mais preservada pode potencializar e mesmo gerar mudanças de atitude. A esse respeito, Guimarães (2004) expressa sua visão de que o contato com a riqueza sensorial, cognitiva, afetiva e atitudinal das paisagens externas se reflete numa construção de imagens e representações internas, o que leva a sínteses dialéticas e transformações da maneira como o sujeito encara tanto a sua relação com a paisagem vivida quanto com a sua individualidade. Aprofundando mais essa compreensão, ela afirma que

As experiências advindas do estudo teórico e aplicado sobre Vivências na Natureza, sejam estas através de trilhas ou de outras atividades adaptadas aos grupos, têm permitido a possibilidade de estudarmos e avaliarmos experiências ambientais que levam a um processo de crescimento interior, elevação da auto-estima e de outras respostas positivas para a inclusão e adaptação psico-ambiental de determinados segmentos de população, além dos resultados e apreensão de conhecimentos ecológicos já consagrados decorrentes das tradicionais propostas de sensibilização e conscientização visando programações lúdico-educativas no contexto da Educação Ambiental. (GUIMARÃES, 2004, p. 58)

Para esta autora, a vivência de natureza ou de uma trilha interpretativa possui um duplo benefício: ao mesmo tempo que as pessoas são despertadas para as necessidades emergenciais de conservação do meio ambiente e manutenção da qualidade de vida, também são convidadas a se questionarem sobre suas atitudes e a buscar novos modos de pensar e agir, mais criativos e ecológicos. Ainda a esse respeito, Guimarães enfatiza que os trabalhos

---

<sup>57</sup> Topofilia é definida pelo referido autor como “elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 1980, p. 5).

de vivências na natureza propiciam “condições para uma observação mais consciente, mais flexível, diante dos diversos detalhes encontrados na experiência vivida [...] gerando transformações, retrações e expansões [...]” (*idem*, p. 1).

Mendonça elabora uma interpretação semelhante à de Guimarães, ao comentar sobre o potencial que as atividades ecoturísticas possuem de interiorizar os princípios da EA. Afirma ela que as experiências com o meio natural, características dessas atividades, podem

[...] ativar uma energia mental totalmente nova e levar o visitante a experimentar, a partir da possibilidade e do estímulo à criatividade e à afetividade, novos sentimentos capazes de dar origem a novos pensamentos e, assim, a novas possibilidades de compatibilização e harmonização da presença humana no planeta. (Mendonça<sup>58</sup>, 2005, *apud* BUENO e PIRES, 2006, p. 10)

Quaranta-Gonçalves, Guimarães e Soares (QUARANTA-GONÇALVES *et al.*, 2006) contribuem com a visão dos autores referidos anteriormente, afirmando que “um processo de educação que parte da percepção e interpretação ambiental preserva a singularidade de cada pessoa, desperta emoções e sentimentos, provoca reflexões sobre o estado do mundo em que se vivem” (*idem*, p. 11). Para estes autores, as percepções e os valores, sendo respostas dos seres humanos ao seu meio, ajudam na compreensão de si mesmos e de sua realidade vivencial. Tanto esses autores como Vasconcelos (2003) consideram a caminhada (não necessariamente a ecológica) como a principal atividade em uma área natural. Todos eles *concebem a trilha não apenas como um meio, mas como um fim em si*, lugar onde são criadas oportunidades de seus participantes “perceberem, elaborar e recriarem o meio ambiente” (*idem*, p. 5) através do encadeamento de experiências perceptivas, incluídas aí as práticas educativas. Essa postura também permite que os “trilheiros” conheçam melhor a si mesmos, além de reconhecer e valorizar os outros. Os mesmos autores preconizam, como forma de potencializar estas vivências, atividades de sensibilização no percurso da trilha, com estímulos às sensações táteis, auditivas e outras que não apenas a visão.

Neiman, Rabinovic e Secco (2005) vão mais além. Afirmam que o deslocamento do indivíduo de seu cotidiano para o contato direto com as novas realidades do ambiente natural possibilita o redimensionamento de seu próprio modo de vida, “questionando a sua qualidade e re-elaborando seus valores e conceitos” (*idem*, p. 1). Nesse sentido, tais autores consideram que “qualquer forma de visita a uma área natural é proveitosa, principalmente para a

---

<sup>58</sup> MENDONÇA, R. Educação ambiental e ecoturismo. In: *Ecoturismo no Brasil*. Barueri: Manole, 2005b.

maioria de nós, que vive hoje em grandes centros urbanos” (*ibid.*). Porém, os mesmos tecem ressalvas àquelas atividades que encaram o contato com a natureza apenas como uma forma de vencer obstáculos e desafiar limites, como os esportes radicais. A esse respeito comentam que “centrado em si mesmo, o viajante realiza suas manobras, absorto na utilização de seus equipamentos e alheio à beleza da paisagem ou à riqueza cultural de um vilarejo nas proximidades” (*idem*, p. 2).

De fato, comprovando esses argumentos, em várias unidades de conservação abertas à visitação e com programas de uso público, a utilização de trilhas interpretativas tem-se mostrado um meio eficaz para revelar aos usuários as expressões da natureza (FARIA *et al.*, 1995).

Não obstante todas as potencialidades das trilhas e das vivências ambientais, pode-se afirmar que não existem ainda trabalhos que validem educacionalmente uma trilha, mas apenas difusão de informações sobre o ecossistema local (DI TÚLIO<sup>59</sup>, 2005, *apud* PEDRINI, 2006, p. 95). Freire e Pereira (2005), em sua pesquisa sobre a melhor compreensão dos fenômenos que ocorrem nas caminhadas ecológicas sob o enfoque do desenvolvimento humano, são dois dos raríssimos autores a fornecer evidências de resultados da mudança de atitude nos participantes destas atividades. Segundo eles, as vivências na natureza “podem gerar nas pessoas valores criativos e transformadores, na medida em que estimulam a imaginação, os relacionamentos sociais mais espontâneos, o enfrentamento de situações novas e de risco; além da convivência com a natureza, ao invés do domínio sobre ela” (*idem*, p. 9), atributos necessários ao desenvolvimento da cultura humana. No entanto, é preciso reconhecer a complexidade desse debate, tendo em vista que nem todas as caminhadas autodenominadas ecológicas – talvez mesmo a minoria – podem ser consideradas atividades educativas, e muito menos práticas de EA.

Nesse sentido, é importante considerarmos a análise de Pedrini (2006) quando comenta sobre a dificuldade na aferição de mudanças de atitudes, condutas e valores em avaliações de programas ou projetos em EA. O autor chama a atenção para a inexistência desses elementos na prática do ecoturismo no Brasil, ao contrário do que alardeiam operadores deste segmento. A EA para estes empresários “resume-se à mera distribuição de prospectos ou cartilhas ou vivências apenas prazerosas” (*idem*, p. 83). Este autor propõe a adoção de medidas que vão desde a formação de recursos humanos, até a fiscalização de

---

<sup>59</sup> DI TULIO, A. *A abordagem participativa na construção de uma trilha interpretativa como uma estratégia de Educação Ambiental em São José do Rio Pardo – SP*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental). Universidade de São Carlos, São Carlos, 2005.

entidades promotoras por órgãos públicos, prevenindo a depreciação e subversão dos termos envolvidos nessas atividades.

Ainda segundo Pedrini (2006), o conceito tradicional de trilha interpretativa não abrangeria totalmente nem os pressupostos metodológicos do Teass, tampouco os de Tblisi. O autor propõe, então, uma opção metodológica para levantar a qualidade conceitual adequada para a EA numa trilha interpretativa, no caso de um roteiro ecoturístico. Esta opção, segundo ele, deve estar contextualizada às características do percurso, além de aliada a alguns indicadores contemplados neste. Seriam eles: 1) planejamento participativo (atores sociais) e incorporação dos pressupostos pedagógicos conceituais da Eass; 2) monitoramento permanentemente; 3) impactos permanentemente avaliados e resolvidos; 4) levantamento prévio de todo seu patrimônio natural, com indicação ilustrativa em placas; 5) percurso periodicamente avaliado em seu uso público. O autor acredita que as atividades ecoturísticas avaliadas por esses indicadores de qualidade conceitual poderiam se traduzir, como transformadoras, abrangentes, globalizadoras, contextualizadoras e éticas.

Assim, com base nas concepções teóricas desenvolvidas ao longo deste capítulo, argumentamos que as caminhadas ecológicas podem ser consideradas como uma modalidade específica de EA desde que tenham incorporados alguns de seus princípios e diretrizes, nas suas diferentes concepções, como elementos de sua prática. Do ponto de vista desse trabalho, defendemos que as caminhadas ecológicas devam incorporar as concepções teóricas do ecologismo, da educação permanente (Paulo Freire) e da EA emancipatória.

No próximo capítulo vamos nos debruçar sobre o estudo de caso de uma organização que promove caminhadas ecológicas e, com base no quadro teórico aqui esboçado, discutir os limites, as potencialidades e os desafios na perspectiva da adoção dessa concepção na prática social e, quiçá, como política pública.

### 3 ESTUDO DO CASO ECOANDO

Com o intuito de discutir as potencialidades e os limites das caminhadas ecológicas como uma modalidade específica de EA na perspectiva do ecologismo, desenvolvemos neste capítulo um estudo de caso, buscando verificar tanto as motivações e os posicionamentos como as metodologias, as técnicas e os procedimentos adotados nesta prática. Para tanto, tomamos como objeto de estudo a experiência do grupo Ecoando – Ecologia & Caminhadas – tendo em vista sua longevidade (13 anos) e o fato de este se assumir como um grupo ecologista, podendo servir de campo de reflexão em torno das suas práticas, na perspectiva de avaliarmos as caminhadas ecológicas como práxis educacional, gerando mudanças de posicionamentos e de comportamento nos seus participantes.

De fato, dois outros aspectos foram igualmente decisivos na escolha deste grupo. O primeiro, pela razão de existir nele uma amostra bastante significativa de pessoas dispostas a participar da pesquisa; e o segundo, o fato de o autor dessa dissertação ser dele integrante, exercendo o papel de coordenador da organização e guia de caminhadas desde sua fundação – o que possibilita um maior conhecimento, inclusive vivencial, das suas práticas e métodos de atuação.

Assim, iniciamos com um breve resgate do histórico do grupo Ecoando para, posteriormente – com base nos resultados de uma pesquisa de campo realizada junto aos participantes desta modalidade de atividade e também junto às lideranças de grupos similares – discutir as possíveis correlações entre as caminhadas ecológicas, as práticas de EA e o ecologismo.

### 3.1 Caracterização e histórico do grupo

O “Ecoando – Ecologia & Caminhadas” é uma organização autônoma, informal, privada e autogerida, que define-se como uma instituição autogestiva de ecologismo, segundo seu informativo semestral (*Ecoinformando*, janeiro a junho de 2007, p. 2)<sup>60</sup>. Fundado em 15 de agosto de 1993, a criação do Ecoando foi resultado da idéia de dois psicólogos – Carlos Nery de Sá e Cássio Garcez dos Santos – autor desta pesquisa – de “potencializar os resultados de suas práticas psicoterápicas, por intermédio do contato com a natureza” (*O Globo-Niterói*, 1993)<sup>61</sup>. Atualmente é coordenado apenas por este, já que o outro co-fundador ausentou-se por questões pessoais antes do primeiro aniversário do grupo.

O Ecoando está configurado como uma organização informal, ou seja, não tem registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), apesar de possuir inscrição como organização não-governamental no Cartório do 12º Ofício de Niterói (1996). Como já mencionado, a instituição auto-intitula-se como autogestiva (*Ecoinformando*, 2006), no sentido de manter-se com o que arrecada nas contribuições financeiras de associados e não associados. A verba desta forma auferida reverte-se em honorários do trabalho de guia<sup>62</sup> e coordenação, cobertura de custos operacionais (explorações de novos roteiros, gastos com transporte e alimentação etc.), investimento em qualificação e material de uso comum, gastos com material impresso etc.

O grupo apresenta tanto traços identitários quanto divergências em relação a outras instituições que se auto-intitulam como promotoras de caminhadas ecológicas no Rio de Janeiro. Com base na entrevista realizada com líderes destas, no âmbito de nossa pesquisa

---

<sup>60</sup> De fato, esta denominação foi adotada após inúmeras outras tentativas, entre elas “um grupo de excursionistas” (ofício 01/93, endereçado ao diretor do Parque Estadual da Ilha Grande); “movimento ecológico de (re)integração do homem à natureza e preservação” (primeiro *folder* de apresentação, 1994); “movimento preservacionista independente” (programação do primeiro trimestre, 1995); “grupo de direcionamento ecológico” (programação do quarto trimestre, 1995); “grupo de direcionamento ecológico e holístico” (programação do terceiro trimestre, 1997); “instituição artesanal, com direcionamento socioambiental e holístico” (Guia de atividades, julho a dezembro de 2002); “instituição autogestiva e de sócio-ecologia” (*Ecoinformando*, janeiro a junho de 2004); e “instituição autogestiva de sócio-ecologismo” (*Ecoinformando*, julho a dezembro de 2005). Sua denominação até setembro de 2003 foi “Projeto Ecoando – Caminhadas Ecológicas”, nome alterado para o atual após algumas reformas estruturais aos 10 anos de existência (*Jornaleco*, setembro/outubro, 2003, p. 3).

<sup>61</sup> A data oficial de sua fundação, 15 de agosto de 1993, é considerada como marco zero em razão da data da publicação da primeira reportagem sobre o Ecoando na imprensa (*O Globo-Niterói*, 1993).

<sup>62</sup> Um dos requisitos básicos para o exercício da função de guia na organização é o credenciamento do mesmo na Embratur, na especialidade “atrativo natural”, uma das únicas – se houverem outras – certificações governamentais de qualificação profissional em atividades de contato direto com a natureza existentes atualmente no país.

(Anexo 4, p. 125), podemos constatar que o contato com a natureza e uma preocupação com a integridade dos locais visitados<sup>63</sup> são fatores marcantes de identidade entre essas organizações e o Ecoando. Além disso, o franco alinhamento desta instituição ao ecologismo, o uso mais efetivo e comprometido da educação ambiental em suas atividades, assim como a realização de eventos e ações voluntárias de recuperação ambiental e campanhas educativas, demonstram alguns dos principais pontos que diferenciam o Ecoando de outros grupos.

A primeira atividade do Ecoando se deu em 22 de agosto do mesmo ano de fundação, na Pedra do Cantagalo, Região de Pendotiba, Niterói. Durante os sete primeiros meses, caracterizados por “informalidade das atividades, aprendizado no contato com o grupo e formação da identidade” (*Jornaleco*, julho 1995), a organização promoveu atividades quinzenais gratuitas em Niterói, passando estas à periodicidade semanal, quando o grupo estabeleceu uma taxa de participação, destinada a cobrir seus custos de manutenção, com o objetivo de oferecer maior sustentabilidade financeira à organização, segundo informações da mesma. Ao mesmo tempo, neste mesmo período, a entidade começou a expandir sua área de atuação ao oferecer roteiros em municípios vizinhos, em maio de 1994, bem como viagens, inauguradas em julho do mesmo ano. Desde então, quase todas as atividades são cobradas<sup>64</sup>. O grupo também incorporou outras atividades secundárias ou terceirizadas, ao longo de sua história, como passeios de barco e descidas de corredeiras em botes, mantidas de forma esporádica até os dias de hoje.

Desde seus primórdios, o Ecoando surge como um espaço de engajamento socioambiental, desenvolvendo, para isso, trabalhos voluntários e campanhas<sup>65</sup> (Anexo 1,

---

<sup>63</sup> Isso apesar dessa preocupação variar muito em efetividade de grupo para grupo, quer no conhecimento e uso de técnicas de atenuação de impacto ambiental por seus guias, quer na atitude orientadora destes em relação ao público caminhante.

<sup>64</sup> Em 2007, o valor da maior parte das caminhadas ecológicas variava entre R\$ 28,00 e R\$ 40,00 (*Ecoinformando*, janeiro a junho 2007), dependendo do grau de dificuldade, da duração e das exigências técnicas envolvidas.

<sup>65</sup> Como exemplos de tais atividades, podemos citar:

1. recuperação florística de área degradada na Enseada do Bananal – Parque Estadual da Serra da Tiririca – em Niterói, entre 1993 e 1996 (*O Globo-Niterói*, 1993), e também no Morro das Andorinhas, em parceria com a ONG Protetores da Floresta, de 1995 até 2004 (*Jornaleco*, agosto 1995; *Ecoinformando*, janeiro/julho 2004);

2. mutirões de limpeza e educação ambiental nas praias de Santo Antônio e Lopes Mendes, na Ilha Grande, entre 1993 e 1995 (Ofício 01/93; *Jornaleco*, outubro 1994, setembro 1995), e também nas praias dos fortes Rio Branco e Imbuhy, em Niterói, entre 1994 e 1995 (*Jornaleco*, outubro 1994);

3. campanha “Lixo na Lixeira” em junho de 1994, com o apoio da Companhia de Limpeza Pública de Niterói (Clin);

4. parceria com o Departamento de Biologia da UFF no Projeto de Revegetação da Ilha de Boa Viagem, nos anos de 1994 e 1995 (*Jornaleco*, setembro 1994);

5. recuperação para caminhadas de um trecho de aproximadamente 800m de extensão da antiga Estrada de Ferro Maricá, em Maricá, com objetivos educacionais, históricos e culturais (PEIXOTO, 2001);

Figura 9, p. 114) que buscam sensibilizar, conscientizar e contribuir com a recuperação e a manutenção da integridade ambiental de locais de interesse ecológico, autonomamente ou em conjunto com outras instituições – governamentais e não-governamentais.

O grupo é reconhecido ainda por colaborar com o poder público, espontaneamente, no trabalho de fiscalização de irregularidades ambientais (Anexo 1, Figura 5, p.109) e no repasse de denúncias aos órgãos responsáveis e à imprensa (*O Globo-Niterói*, 2004, 2002).

O público do Ecoando é composto basicamente por niteroienses, cariocas e moradores da área metropolitana do Rio de Janeiro, com média de idade de 45 anos, segundo levantamento feito com base no cadastro de participantes e associados da instituição, de 1993 a 2007. Segundo levantamentos informais, estima-se que o nível cultural dos mesmos seja elevado, formado basicamente por pessoas de nível secundário e superior, mas não existiam estatísticas oficiais a respeito do nível de escolaridade nem sobre a renda dos participantes nos cadastros da organização.

O Ecoando é aberto à participação de pessoas com idade a partir dos 8 anos (*Ecoinformando*, janeiro/junho 2007), atualmente em oito modalidades: 1ª) voluntariado; 2ª) participação avulsa; 3ª) associação veterana; 4ª) associação contribuinte; 5ª) associação parceira; 6ª) viagens e atividades acessórias; 7ª) atividades sociais extracaminhada; 8ª) caminhadas particulares.

O “voluntariado” diz respeito apenas às atividades gratuitas e especificamente direcionadas à recuperação de áreas degradadas, manutenção de trilhas e mutirões de limpeza, algumas realizadas esporadicamente e outras semestralmente dentro da programação do grupo. Neste caso, o voluntário se engaja em atividades socioambientais diversas, como, por exemplo, a retirada artesanal de capim colônia (*Panicum maximum*) com ferramentas ou manualmente; o plantio ou a manutenção de mudas nativas; o desbaste de vegetação invasora de trilhas; a coleta de detritos; a colocação de placas educativas etc.

6. mutirão de limpeza e plantio de mudas nativas na área do acidente do avião C-130 da Força Aérea Brasileira (FAB), em Niterói (*O Fluminense-Oceânica*, 13 e 14 de janeiro 2002), em conjunto com a FAB, a ONG Protetores da Floresta e o Fórum Permanente de Debates do Direito do Consumidor e do Meio Ambiente da Escola de Magistratura do Rio de Janeiro (Emerj);

7. orientação no trabalho de marcação de acessos a trilhas na Região Oceânica de Niterói junto ao Grupo de Políticas Urbanas (GPU) da prefeitura, para inclusão no Plano Urbanístico Regional (*Jornaleco*, março/abril 2002);

8. trabalhos de recuperação de trilhas no Morro da Viração, entre 2003 e 2004, com o apoio da Prefeitura de Niterói (Ofícios 05 e 06/2003);

9. trabalho semestral de recuperação de áreas degradadas em locais de interesse ecológico na Região Oceânica, desde dezembro de 2003 até o momento (*Ecoinformando*, janeiro/junho 2004, janeiro/junho de 2007).

A “participação avulsa” refere-se àquela modalidade que permite às pessoas engajarem-se em atividades específicas, de duração de no máximo um dia. Nesta modalidade, na qual é cobrada uma taxa, o participante avulso escolhe a caminhada ecológica em que deseja participar, se inscreve segundo a quantidade de vagas disponíveis e participa da atividade seguindo as orientações elaboradas para a mesma.

Na “associação” o adepto contribui com uma mensalidade, o que lhe confere direitos e benefícios na participação das atividades do grupo. Divide-se atualmente em três categorias e também foi criada em março de 1994 como reforço financeiro às oscilações meteorológicas e econômicas a que estão sujeitas sazonalmente as caminhadas ecológicas<sup>66</sup> e outras atividades de contato direto com a natureza. Outro motivo para a criação desta modalidade foi a necessidade de fortalecer a identidade grupal da instituição, facilitada, neste caso, pelo estabelecimento de laços de pertencimento e responsabilidade em relação à sua sustentação financeira. As categorias de associação foram adotadas em 2004 com o objetivo de incrementar este último aspecto, já que “as mínimas oscilações na economia – além de outras variáveis – não raras vezes faziam com que o Ecoando funcionasse no limiar de sua capacidade autogestiva” (*Jornaleco*, outubro/dezembro 2004, p. 12).

Todas as três categorias de associação oferecem como direitos básicos a seus associados: três caminhadas ecológicas gratuitas por mês<sup>67</sup>, quando estas são anunciadas como “associados grátis”; descontos que variam de 10% a 50% em todas as outras atividades; prioridade de reserva em todas as atividades do grupo; e liberdade para trancamento de matrícula. O “associado veterano” refere-se àquele que se cadastrou no grupo antes de 2005 e contribui com uma mensalidade de valor mais reduzido. A diferença deste para o associado contribuinte, ou seja, aquele que se cadastrou no grupo a partir de 2005, está apenas no valor da mensalidade, mais cara neste caso. Já o associado parceiro, além de contribuir com uma mensalidade de valor diferenciado – R\$ 70,00 (*passim*) –, com o objetivo precípua de dar maior sustentabilidade financeira ao grupo –, conta ainda com uma gratuidade mensal para um convidado, em atividades indicadas como “associados grátis”, e desconto de 50% na contratação de caminhadas particulares (*Jornaleco*, outubro/dezembro, 2006, p. 8)<sup>68</sup>.

As “viagens e atividades acessórias” referem-se a passeios pagos, em geral com duração de mais de um dia, com estrutura operacional inclusa ou não (acomodações, alimentação, transporte etc.), ou ainda àqueles roteiros que não possuem relação direta com

---

<sup>66</sup> Em épocas de chuvas intensas e períodos de recessão a procura pelas CEs cai de forma considerável.

<sup>67</sup> A depender do preparo físico e psicológico da pessoa, da ordem de reserva e da meteorologia.

<sup>68</sup> Em março de 2007, a mensalidade do associado veterano era de R\$ 29,00 e do contribuinte, R\$ 45,00.

caminhadas ecológicas, mas proporcionam meios de contato direto e responsável com a natureza e manifestações culturais/socioambientais. Estes podem ser passeios de barco ou bote inflável, visitas motorizadas a pontos de interesse ambiental e visitas a iniciativas que buscam o diálogo entre cultura e meio ambiente (museus, exposições, etc.). A periodicidade destas atividades é variável, acontecendo geralmente uma ou duas vezes por mês.

As “atividades sociais extracaminhadas”, referem-se basicamente aos chamados “Encontrandos” ou “Encontros no Ecoando”. Trata-se de reuniões sociais temáticas<sup>69</sup> para confraternização entre participantes, associados e outras pessoas, realizadas geralmente uma vez por mês em locais diversos<sup>70</sup>. A maioria dessas reuniões tem a entrada franca, sendo algumas vezes solicitado 1kg de alimento não perecível ou item de higiene para doação a pessoas carentes ou instituições de ajuda social. Incluem-se também nesta modalidade exposições fotográficas comemorativas, realizadas próximo ao mês de aniversário do grupo, desde 2003.

A última modalidade de participação no Ecoando, as “caminhadas particulares”, acontece quando uma pessoa ou grupo contrata, fora da programação regular, os serviços de caminhada ecológica do grupo. Os roteiros, os preços por caminhada e a forma de trabalho costumam ser os mesmos cobrados nas atividades regulares.

O Ecoando possui dois veículos de comunicação impressa: o *Ecoinformando*, informativo semestral para o público em geral, e o *Jornaleco*, informativo trimestral direcionado prioritariamente aos associados da organização. O primeiro contém informações sobre o funcionamento da organização, textos e poesias ecologistas, e a programação das atividades. Já o segundo funciona como um jornal direcionado aos associados, com notícias, avisos e mensagens específicas da coordenação para este público. O Ecoando possui ainda um endereço eletrônico<sup>71</sup> (<http://www.ecoando.com>), onde são veiculadas informações sobre o grupo, roteiros niteroienses de caminhadas ecológicas, recomendações para usuários de trilhas, programação semestral, artigos, notícias e coluna de atividades e eventos.

---

<sup>69</sup> Entre os temas mais frequentemente abordados estão: fotografia, arte, cinema e gastronomia.

<sup>70</sup> Os lugares de encontro normalmente são restaurantes, bares, pizzarias, casas de adeptos, praias etc.

<sup>71</sup> A página eletrônica está sediada, em regime de parceria, em um portal virtual de Niterói, o “Nitvista” (<http://www.nitivista.com>).

### 3.2. Caminhadas ecológicas do Ecoando e ecologismo

O Ecoando enumera quatro propostas de trabalho, implementadas basicamente por intermédio das caminhadas ecológicas, descritas a seguir (*Ecoinformando*, janeiro/junho 2007, p. 2):

- 1) integração consciente, responsável e terapêutica à natureza; 2) interação real, respeitosa e enriquecedora com outras pessoas, grupos e comunidades; 3) busca por uma mudança qualitativa de comportamento do participante na relação consigo próprio, com o meio ambiente e outras pessoas; e 4) conhecimento mais aprofundado do patrimônio socioambiental local, desenvolvendo maior respeito e interesse em defendê-lo e preservá-lo.

Tais propostas sugerem uma busca inter-relacional de dimensões complementares, ou seja, o diálogo entre aspectos ambientais, cognitivos, emocionais, sociais e educacionais.

Seu foco de atuação situa-se basicamente no eixo Niterói-Rio de Janeiro e arredores, além de outros pontos isolados de interesse dentro do Estado do Rio de Janeiro. A instituição possui um repertório de roteiros com mais de duzentas opções, que vão desde trilhas, caminhos e estradas rurais até terreno rochoso, arenoso e pantanoso. Ambienta suas atividades em ecossistemas também diversificados – como matas, grutas, picos, ilhas, praias, restingas, manguezais e campos (Anexo 1, figura 11, p. 115) – em seus diversos estágios de conservação. Todos os percursos são trilhados previamente, em caráter exploratório, com o objetivo de conhecer e mapear aspectos espaciais, atrativos e conteúdos educacionais, além de potenciais riscos. Também são realizadas pesquisas consultando-se fontes primárias, tais como habitantes locais, mateiros e comunidade tradicional; e secundárias: bibliografia (quando existente), documentos eletrônicos e folhetos informativos – com vistas a adaptar e preparar informações a serem repassadas aos participantes sobre o patrimônio socioambiental dos locais visitados. Quando as informações sobre o local são insuficientes, são incluídas outras relacionadas ao ecossistema e ao bioma nos quais a área a ser visita está inserida<sup>72</sup>.

As caminhadas ecológicas promovidas pela entidade acontecem quase que invariavelmente em finais de semana e feriados, com duração e níveis de dificuldade<sup>73</sup>

---

<sup>72</sup> Por exemplo, o histórico da degradação da Mata Atlântica e a importância da sua preservação, quando o passeio se dá por ecossistemas relacionados a este bioma.

<sup>73</sup> A classificação de graus de dificuldade no Ecoando se dá em numerais de 1 a 10, sendo que as graduações ímpares não possuem obstáculos e subidas complexos, ao contrário das pares. Quanto maior a numeração, maior será a distância percorrida e, por conseguinte, o tempo gasto.

bastante diversos. Nestas atividades, os grupos não ultrapassam quinze participantes, em média, com o intuito de atenuar impactos aos ecossistemas visitados (*Ecoinformando*, julho/dezembro 2006). Antes de iniciar a marcha, a pedido do guia, o grupo se coloca em círculo e realiza-se uma breve apresentação de todos. A seguir é feito um pequeno aquecimento muscular complementado com alongamento. Na seqüência, o guia faz uma preleção sobre cuidados e critérios de atenuação de impacto ambiental, como recomendações para que os participantes tragam de volta todo o lixo produzido e não façam coletas de componentes minerais, vegetais, animais ou históricos/arqueológicos do local, além de outros cuidados<sup>74</sup>. Iniciada a caminhada, o guia imprime uma velocidade de passada suficientemente confortável para permitir a adaptação do participante ao esforço e às condições do local. Entretanto, o ritmo no Ecoando é preferencialmente pausado, mesmo após o período inicial de marcha, com o objetivo de priorizar seu caráter contemplativo e permitir uma melhor apreciação dos atrativos.

Em pontos de descanso ou sítios que apresentem temas ou objetos interessantes para estudo, são passadas informações interdisciplinares – preferencialmente – ou multidisciplinares (quando o guia não se considera apto àquele tipo de abordagem), enfocando aspectos ecológicos, históricos, culturais, sociais e outros, além do conhecimento a respeito de impactos ambientais, na medida da oferta de temas e da receptividade dos grupos. Também são difundidas noções de EA e desenvolvidas dinâmicas de sensibilização ambiental. Estas, realizadas apenas em atividades específicas – como no caso da Caminhada Antiestresse – ou quando o grupo se mostra receptivo, consistem em atitudes e ações que podem incrementar os sentidos e a atenção dos participantes para a realidade circundante, como ficar em silêncio por alguns minutos na mata ou fazer um relaxamento recostado a uma árvore. Tais informações e dinâmicas são oferecidas de forma dosada e adaptada a cada grupo, procurando assim não tornar maçante uma atividade que tem como princípio básico a dimensão lúdica (recreação).

O trabalho do Ecoando pôde ser avaliado em termos genéricos de qualidade de serviços de abril de 1994 a junho de 1999, período em que foram aplicados dois questionários aos participantes, após as caminhadas. O primeiro deles, vigente até agosto de 1996, estruturava-se numa questão genérica – “O que você acha do Projeto [Ecoando]” – na qual era solicitado que o respondente expressasse eventuais “elogios”, “críticas” e/ou “sugestões” a

---

<sup>74</sup> São eles: prevenção de contaminação biológica (fezes) e química (repelentes e outros produtos) de fontes e cursos d'água, prevenção de incêndio (cigarros), atenuação do impacto sonoro e priorização da segurança (grupo sempre unido e atento).

respeito do grupo, da coordenação, da atividade, do local e do que mais desejasse. Dos 578 questionários pesquisados, a quase totalidade (574) continha elogios, um pouco menos de um terço (170) listava sugestões e mais da metade (332) incluía críticas. A seguir, são relacionados dois destes questionários:

**Elogios:** coordenadores competentes e corteses. Real preocupação com a proteção à natureza. Projetos como este precisam crescer em escala geométrica para salvar nosso planeta da destruição gerada pelo crescimento desordenado e sem a visão de ‘preservar para as futuras gerações’.  
**Sugestões:** o Projeto deve incluir crianças e adolescentes visando a conscientização dos mesmos desde cedo. Algo que muito raramente recebem dos pais. Parabéns! (Caminhada na Ilha Grande, 2/04/1995)

**Elogios:** atividade que integra as pessoas, tanto umas com as outras, como com a natureza. Senso de cooperação. **Críticas:** Ratificar, antecipadamente, que a caminhada (pernoite) exige agasalho para período noturno. **Sugestões:** caminhada para coleta de resíduos deixados por babacas e/ou plantio de vegetação em geral. (Pernoite no Alto Mourão, 5-6/04/1996)

O modelo de questionário posterior, adotado pela coordenação a pedido de participantes que preferiam a praticidade das perguntas fechadas, dividia-se em cinco perguntas múltipla escolha sobre os seguintes tópicos: atividade, coordenação, roteiro, grupo (participantes) e contato com a natureza, desdobrando-se em quatro respostas relativas à qualidade dos tópicos citados: “excelente”, “bom”, “regular” e “precisa melhorar”. Trazia também uma pergunta aberta, sobre comentários e sugestões.

Em mensurações estatísticas das respostas<sup>75</sup>, dos 947 questionários pesquisados, 79% indicaram o escore excelente, 20% bom e 1% regular. Tais indicadores demonstram o alto grau de satisfação do adepto das atividades do Ecoando durante este período, indicando o uso de uma metodologia de trabalho eficiente. Lamentavelmente nenhum dos dois questionários trazia uma questão específica sobre EA, que não pôde assim ser avaliada em termos estatísticos. Tais instrumentos de prospecção de dados foram abolidos por conta de constantes reclamações de participantes – que ficavam contrariados ao serem convidados a preencher o formulário após atividades cansativas – e também por eventuais condições adversas, como chuva ou calor excessivo. Entretanto, mesmo a falta deles nos dias de hoje não impede que parâmetros qualitativos no trabalho do grupo continuem a ser avaliados, ainda que de forma

---

<sup>75</sup> O escore subjetivo adotado para considerar os questionários como excelentes, bons, regulares ou ruins, se baseou na repetição de três destas respostas por formulário.

menos extensiva. Alguns depoimentos de participantes são bastante significativos neste sentido:

[...] Ecoando me ajudou a intensificar a visão ecológica. Muitas vezes sentimos algo que não sabemos como expressar. Ecoando trouxe objetivo à minha preocupação com a natureza. Aprendi a lidar de uma forma mais correta e a explicar isso a outros. [...] (A.S., carta enviada em dezembro de 2006)

Com muita certeza e orgulho o grupo Ecoando foi para mim um grande incentivador não só para as caminhadas em si, como também uma oportunidade de conhecer pessoas maravilhosas e de despertar uma consciência ecológica que, *grosso modo*, de latente e observadora, passou a ativa (ainda que pouco). (I.A., mensagem enviada por correio eletrônico, 9/1/2007)

Com base nas estatísticas e avaliações anteriormente citadas, podemos constatar que as atividades do grupo influenciam de forma significativa uma considerável parcela de seus participantes. Contudo, tais instrumentos se mostram insuficientes para medir a efetividade tanto das propostas do Ecoando quanto da suposta relação de suas caminhadas ecológicas com o ecologismo, com a educação crítica de Paulo Freire e com a EA, conceitos-chave nesta dissertação. Assim, na perspectiva de aprofundar a investigação destes aspectos, realizamos uma pesquisa de campo baseada na utilização de questionários com os participantes das atividades promovidas pela instituição, de forma a avaliar como estes percebiam a influência das caminhadas ecológicas sobre suas percepções, atitudes e posicionamentos.

### **3.3 O Ecoando, as caminhadas ecológicas e as mudanças de percepção e atitudes**

Com base no levantamento por nós realizado nos controles de caminhadas ecológicas do Ecoando, chegamos ao número de 918 participantes desde a sua fundação até o início de 2007<sup>76</sup>. Deste universo, conseguimos contato com 226 pessoas, para quem enviamos os questionários, sendo que 125 responderam às questões, os quais passaram a ser considerados o nosso universo amostral. Destes, 72% moravam em Niterói, 19% no município do Rio ou em outros do Grande Rio e os restantes (9%) em outros municípios. A grande maioria (67,5%) era composta por mulheres.

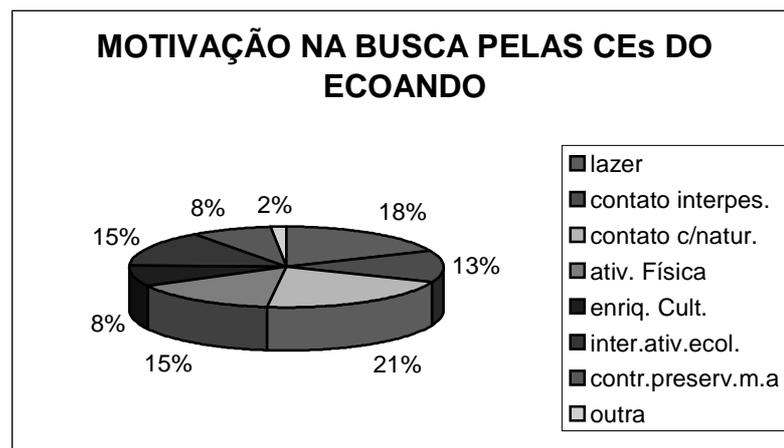
---

<sup>76</sup> Estimativas indicam que existem mais de 400 participantes não incluídos nesta listagem, devido ao fato de pertencerem a grupos de caminhadas particulares, cujos nomes não eram registrados nos controles.

Em relação ao número de participações<sup>77</sup> nas caminhadas ecológicas do Ecoando, mais da metade do total dos pesquisados (58%) participou de até nove caminhadas. O restante (42%) teve uma participação mais ativa, apresentando uma frequência igual ou superior a dez caminhadas. A respeito da forma de participação, a maior parte dos participantes (55%) se situou na categoria “participantes avulsos”. Do restante, 35% se disseram “associados” e 10% “voluntários”.

No levantamento dos motivos que levaram os participantes a buscarem as caminhadas ecológicas do Ecoando, observa-se, com base na Figura 1, que o contato com a natureza foi a resposta mais freqüente, seguida pelo lazer, pela atividade física e pelo interesse por atividades ecologistas.

**Figura 1**



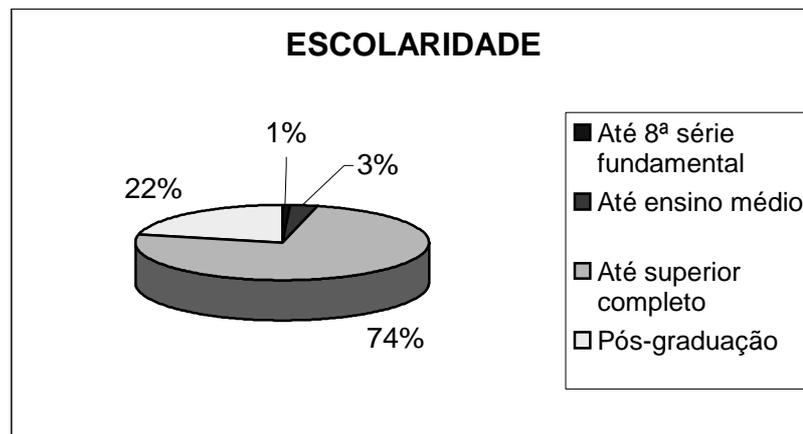
Fonte: Pesquisa de campo do autor sobre mudanças de percepção, atitudes e posicionamentos dos participantes do Ecoando, 2007.

Conforme a Figura 2, a grande maioria dos adeptos das caminhadas ecológicas do Ecoando é constituída por pessoas que cursaram até o nível superior completo, sendo que também constata-se um número expressivo de participantes que possui pós-graduação, o que indica um público de alta escolaridade, pertencente às classes média e alta. De fato, quase

<sup>77</sup> No cômputo do número de participações nas CEs do grupo, observou-se um claro e gradativo aumento de adesões, desde sua fundação até o início de 2007. Assim, os períodos de 2002 a 2004 e 2005 a 2007 ficaram empatados com os maiores percentuais de adesões: 28%. Os outros períodos apresentaram os seguintes percentuais: 1999 a 2001, 22%; 1996 a 1998, 14%; e 1993 a 1995, 8%. Importante lembrar que algumas pessoas participaram em mais de um período. Os menores índices de participação nos períodos mais antigos possivelmente se devem tanto a menor estruturação das práticas do Ecoando quanto à dificuldade de contato telefônico com os adeptos destas fases para envio do questionário.

metade (48%) declarou ter renda mensal acima de 10 salários, 31% até 10 salários e 17% até 5 salários. Apenas 4% dos respondentes não informou sua faixa de ganhos mensais.

**Figura 2**



Fonte: Pesquisa de campo do autor sobre mudanças de percepção, atitudes e posicionamentos dos participantes do Ecoando, 2007.

Com o objetivo de avaliar a cultura cívica dos participantes, utilizamos como referência a análise desenvolvida por Azevedo, Santos Junior e Ribeiro (2007), com base em *survey* nacional junto à população brasileira adulta. Replicando algumas das perguntas desse questionário nacional e construindo os mesmos índices produzidos pelos autores citados, pudemos analisar tanto o associativismo quanto a participação em mobilizações sociais dos entrevistados na nossa pesquisa e comparar com os resultados encontrados para o país e para os municípios do Rio e de Niterói, tratado como um único universo nesse *survey* nacional.

No que se refere ao associativismo (Tabela 1), é interessante notar que os participantes do Ecoando apresentam índices de participação bastante superiores aos construídos para o país e para o Rio-Niterói, destacando-se as modalidades sindical/profissional, cultural/recreativo e outras associações voluntárias. Ao mesmo tempo, percebe-se que esse universo tem um associativismo semelhante no que concerne aos partidos políticos e, inversamente, apresenta índices levemente inferiores no associativismo religioso.

**Tabela 1 – Comparação do Associativismo entre os Participantes de Caminhadas Ecológicas e a População no Brasil e no Rio de Janeiro, 2007**

<b>Formas de associativismo</b>	<b>Ecoando</b>	<b>Brasil</b>	<b>Rio e Niterói</b>
<b>Partido Político</b>	0,23	0,23	0,2
<b>Sindicato, grêmio, associação profissional</b>	1,1	0,46	0,42
<b>Igreja ou organização religiosa</b>	1	1,18	1,17
<b>Grupo desportivo, cultural ou recreativo</b>	1	0,43	0,45
<b>Outra associação voluntária</b>	0,9	0,27	0,27

Observação: avaliação de frequência de atitudes com base em escores de 0 a 3 (3 - participa ativamente; 2 - pertence, não participa ativamente; 1 - já pertenceu; 0 - nunca pertenceu).

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrôpoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006 e Pesquisa de campo do autor sobre mudanças de percepção, atitudes e posicionamentos dos participantes do Ecoando, 2007.

Da mesma forma, constata-se índices muito superiores de participação em atividades sociopolíticas entre o público do Ecoando e a população brasileira ou carioca-fluminense (Tabela 2). Aqui, sobressaem os elevados índices nas questões “Assinar petição ou fazer abaixo assinado”, “Boicotar produtos”, “Participar de manifestações” e “Participar de fórum ou grupo de discussão pela internet”. Tais indicadores, tomados em seu conjunto, revelam consistência com a alta escolaridade dos participantes das caminhadas ecológicas e indicam um médio/alto nível de cultura cívica, tomando esses indicadores como referência desta, conforme a pesquisa nacional já citada.

**Tabela 2 – Comparação da Mobilização Política entre os Participantes de Caminhadas Ecológicas e a População no Brasil e no Rio de Janeiro, 2007**

<b>Ação político-social</b>	<b>Ecoando</b>	<b>Brasil</b>	<b>Rio e Niterói</b>
<b>Assinar petição ou fazer abaixo assinado</b>	2,24	1,15	1,18
<b>Boicotar produtos</b>	1,95	0,51	0,65
<b>Participar de manifestações</b>	1,6	0,76	0,82
<b>Participar de comícios ou reuniões políticas</b>	1,35	1,07	0,82
<b>Contatar políticos para expressar sua opinião</b>	1,1	0,6	0,56
<b>Dar dinheiro p/causas públicas</b>	1,3	0,61	0,51
<b>Contatar ou aparecer na mídia</b>	0,9	0,45	0,52
<b>Participar de fórum ou grupo de discussão pela internet</b>	1,3	0,44	0,54

Observação: avaliação de frequência de atitudes com base em escores de 0 a 3 (3 - fez no último ano; 2 - fez em anos anteriores; 1 - não fez, mas poderia fazer; 0 - nunca o faria).

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrôpoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006 e Pesquisa de campo do autor sobre mudanças de percepção, atitudes e posicionamentos dos participantes do Ecoando, 2007.

No tratamento estatístico das questões de percepção sobre temas socioambientais trabalhadas no Ecoando (15 a 24 – ver Anexo 2, p. 116), optamos por adotar uma classificação valorativa das respostas, expressa em três categorias de escores: N (escore zero de respostas "D"<sup>78</sup> por questão, indicando influência nula das CEs do Ecoando nos participantes); B/M (escore de 1 a 3 respostas "D" por questão, indicando influência baixa/média); M/G (escore de 4 a 6 respostas "D" por questão, indicando influência média/grande).

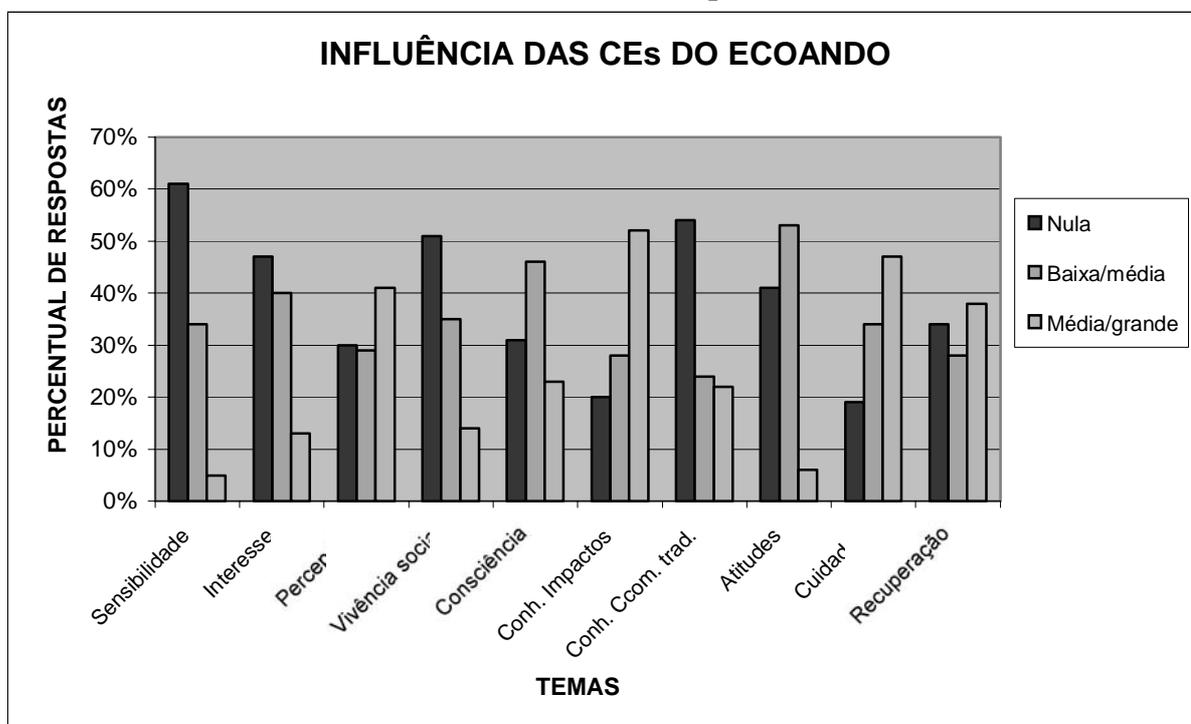
Este critério permitiu uma tabulação, análise e avaliação mais adequadas dos aspectos subjetivos abarcados pelas questões, com relação às possíveis influências das CEs do grupo na percepção de seus adeptos. A partir daí produzimos um gráfico comparativo (Figura 3, p. 93), possibilitando a visualização dos percentuais de resposta. Com base nestes indicadores, constata-se que 60% dos temas (questões) apresentados aos participantes tiveram resultados mais significativos no que se refere a mudanças de percepção/atitude. São eles: percepção de irregularidades ambientais; consciência ecologista; conhecimento sobre impactos ambientais em atividades de contato direto com a natureza; atitudes/posicionamentos ecológicos; cuidados de mínimo impacto ambiental; e recuperação ambiental.

No entanto, mesmo no restante das questões, de resultados não tão efetivos, pode-se observar um certo peso no percentual de respostas "D", como nos temas "interesse" e "vivência social", por exemplo. Aventamos a possibilidade da maior frequência de respostas nulas, encontradas nestas questões, ao fato deste público possuir um alto grau de escolaridade, ação política e associativismo, conforme dados apresentados anteriormente.

---

<sup>78</sup> As respostas "D" são aquelas que permitem ao respondente indicar algum grau de influência que as caminhadas ecológicas do Ecoando tiveram sobre seus comportamentos, atitudes e/ou posicionamentos.

**Figura 3 – Influência das Caminhadas Ecológicas do Ecoando sobre a Percepção, Atitude e Posicionamento dos Participantes – Niterói, 2007**



Fonte: Pesquisa de campo do autor sobre mudanças de percepção, atitudes e posicionamentos dos participantes do Ecoando, 2007.

Consideramos que seria importante selecionar os temas onde as caminhadas ecológicas aparecem com influência mais significativa (percepção, consciência, conhecimento de impactos, atitudes, cuidados e recuperação – Figura 4, p. 95) com o objetivo de investigar as variáveis que estariam contribuindo para esses resultados. Para isso, também optamos por estratificar os participantes segundo o grau de envolvimento com as caminhadas ecológicas, distribuindo-os em três categorias: (a) os que participaram de menos de 10 caminhadas, não eram associados e que responderam não ter interesse por atividades ecologistas (parte da questão 12 no questionário, em anexo), que foram denominados grupo de controle, por se constituírem em um contraponto às demais categorias, caracterizadas por apresentar interesse nesse tipo de atividade; (b) os associados, independente do número de caminhadas que participaram, em geral alta; (c) os não associados que manifestaram interesse por atividades ecologistas, independente do número de caminhadas das quais participaram (Figuras 5 a 7, p. 95 e 96).

Baseamos tal estratificação nas seguintes hipóteses: (i) quanto maior a participação em caminhadas ecológicas no Ecoando; (ii) quanto maior o sentimento de integração à instituição (através do vínculo associativo); (iii) quanto maior o desejo em participar de atividades ecologistas, maior seria a percepção da influência das caminhadas sobre as percepções, atitudes e posicionamentos. Pelo contrário, (iv) quanto menores os níveis relacionados a essas questões, menores seriam também os resultados.

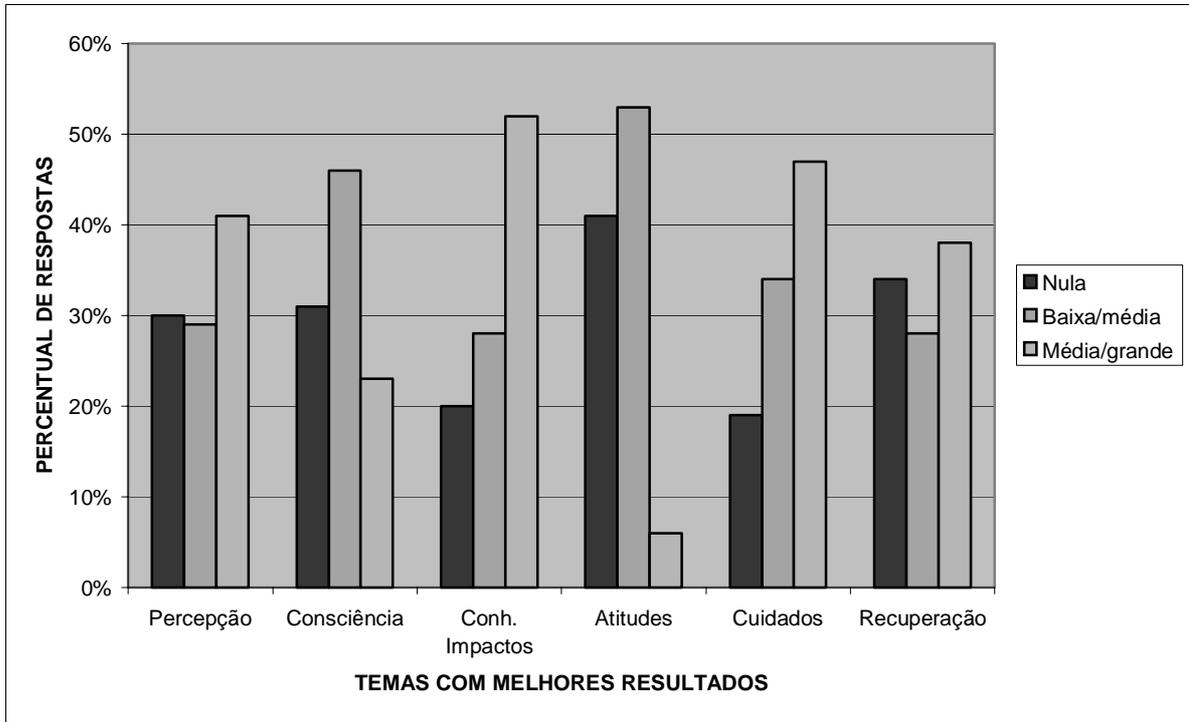
Desta forma, comparando as figuras 4 e 5 (p. 95), podemos observar que as CEs do Ecoando não tiveram, de uma maneira geral, influências tão significativas no grupo de controle (ou participantes sem interesse em atividades ecologistas) nas questões selecionadas. Interessante destacar que, mesmo nesta amostragem de respondentes, os temas “conhecimentos de impactos” e “cuidados de mínimo impacto” apresentaram bons resultados no que se refere à influência das caminhadas ecológicas sobre a percepção dos mesmos, ao contrário dos quesitos “atitudes” e “recuperação”, com baixíssimos índices de influência. As questões “percepção” e “consciência” ficaram relativamente equilibradas, com uma semelhança entre os índices.

Já o grupo formado por aqueles que manifestaram interesse em atividades ecologistas (Figura 6, p. 96) demonstrou mudança de percepção significativa apenas no tema “cuidados ambientais”, apresentando, porém, razoáveis índices de influência em todos os outros pontos, exceto “atitudes”, com o mais elevado percentual nulo de respostas.

Com relação ao grupo de associados – ou seja, os participantes que demonstram estar mais integrados ao Ecoando e serem os mais ativos em termos de frequência nas caminhadas –, pudemos observar de forma clara, altos índices de mudança de percepção em todos os temas selecionados, destacando-se “conhecimento de impactos”, “cuidados” e “recuperação” (Figura 7, p. 96). Além disso, é importante ressaltar a baixíssima ocorrência de respostas nulas nessas questões.

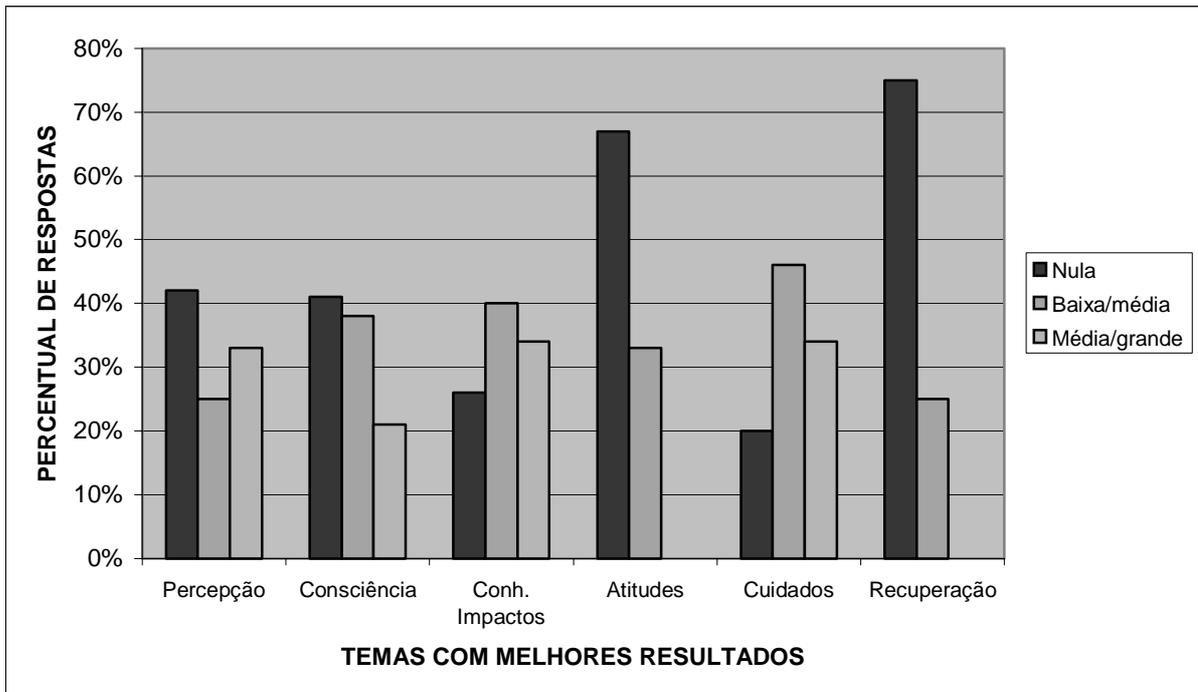
Assim, com base na análise das referidas figuras, podemos comprovar em parte nossas hipóteses (i e ii), ou seja, as de que quanto maior for o número de caminhadas ecológicas frequentadas e quanto mais engajado for o caminhante ao Ecoando, maiores serão as percepções em torno de mudanças de percepção/atitude. Em contrapartida, constatamos que o interesse por atividades ecologistas não interfere de forma significativa nestes resultados.

**Figura 4 – Influências mais Significativas das Caminhas Ecológicas Sobre o Total de Participantes – Niterói, 2007**



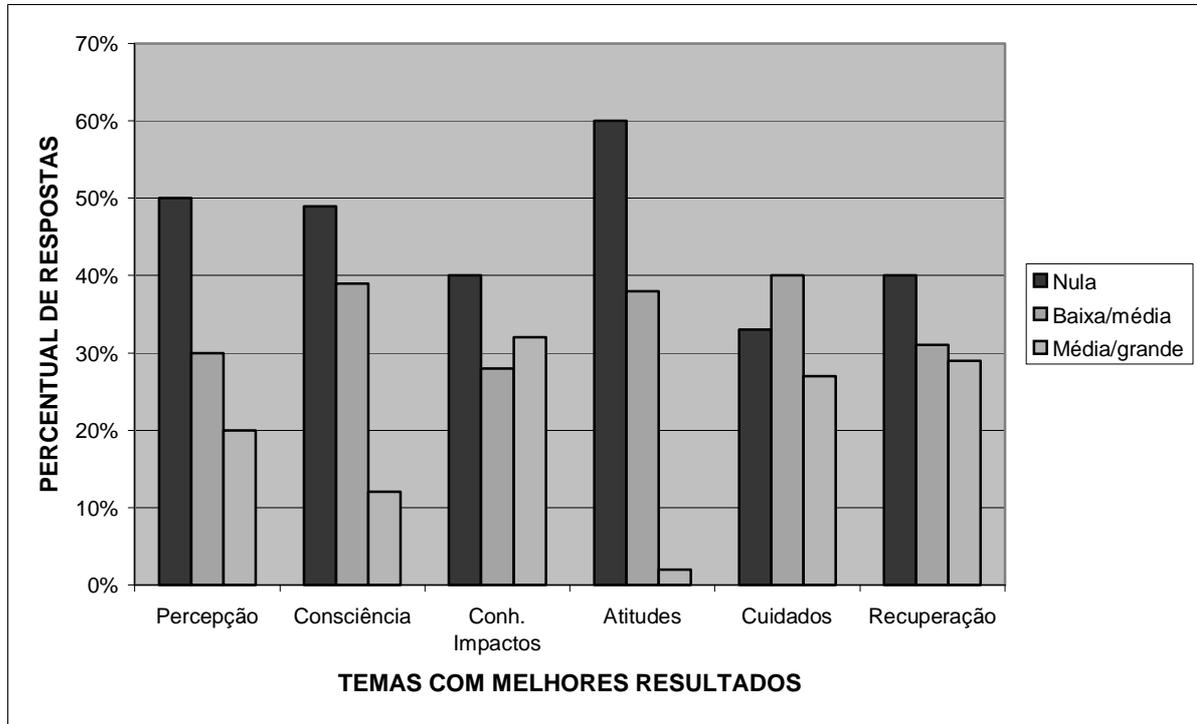
Fonte: Pesquisa de campo do autor sobre mudanças de percepção, atitudes e posicionamentos dos participantes do Ecoando, 2007.

**Figura 5 – Influências mais Significativas das Caminhas Ecológicas Sobre os Participantes sem interesse em atividades ecológicas – Niterói, 2007**



Fonte: *idem* anterior.

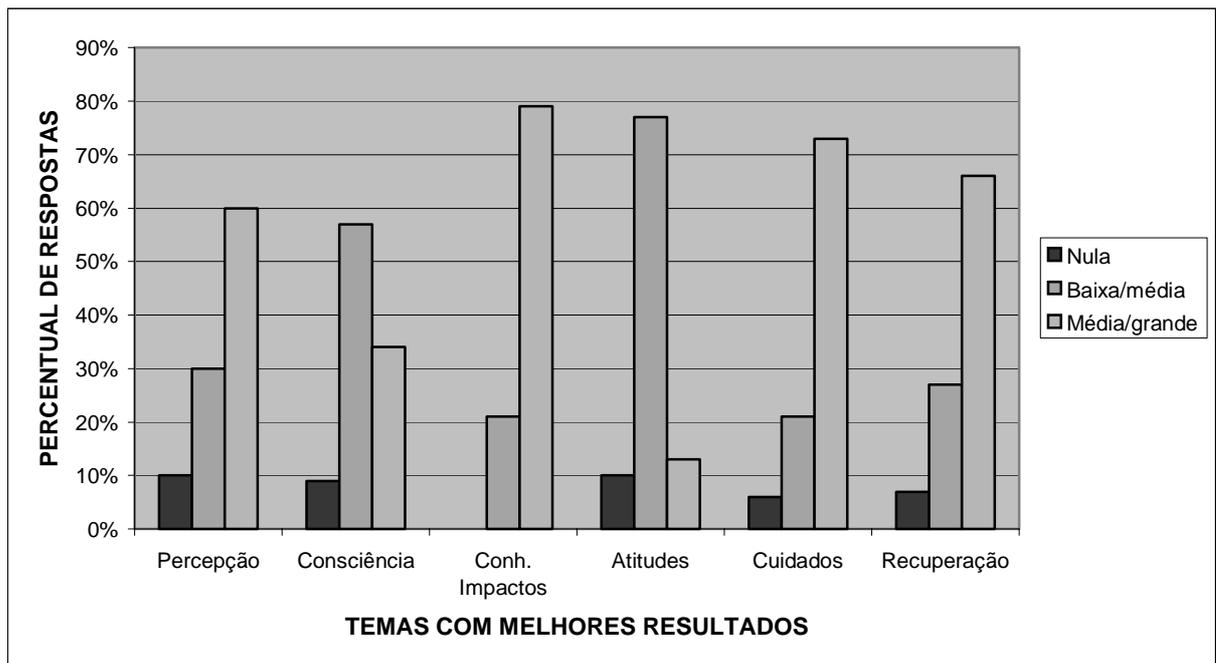
**Figura 6 – Influências mais Significativas das Caminhas Ecológicas Sobre os Participantes com Interesse em Atividades Ecologistas – Niterói, 2007**



Observação: exclui os associados.

Fonte: Pesquisa de campo do autor sobre mudanças de percepção, atitudes e posicionamentos dos participantes do Ecoando, 2007.

**Figura 7 – Influências mais Significativas das Caminhas Ecológicas Sobre os Associados – Niterói, 2007**



Fonte: *idem* anterior.

Desta forma conclui-se que as caminhadas ecológicas do Ecoando, ao se utilizarem tanto do embasamento teórico do ecologismo, quanto da educação crítica de Paulo Freire e da Educação Ambiental de vertente emancipatória, atingem de forma consistente uma amostra significativa de seus adeptos, contribuindo para gerar, transformar ou incrementar percepções, comportamentos e atitudes nestes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS – AS CAMINHADAS ECOLÓGICAS EM TEMPOS DE CRISE AMBIENTAL: QUAIS OS CAMINHOS? DESAFIOS NA PERSPECTIVA DO ECOLOGISMO**

Ao longo desse trabalho procuramos interpretar as caminhadas ecológicas, nosso objeto de estudo, como uma modalidade específica de EA referenciada ao ideário do ecologismo. Nossa leitura tomou como base a concepção de educação crítica e permanente de Paulo Freire, e o reconhecimento de que as caminhadas ecológicas podem se constituir em uma educação vivencial se tiverem por base princípios teóricos que despertem a consciência crítica e promovam a reflexão, o que, como argumentamos, pudemos encontrar no ecologismo como corrente de pensamento. De fato, para Freire, não existe uma ruptura entre o saber gerado na experiência vivencial e o que é resultante dos procedimentos científicos metodológicos, mas uma superação dada pelo exercício da crítica. Como afirma o autor:

a superação e não a ruptura se dá na medida em que a curiosidade ingênua, sem deixar de ser curiosidade, pelo contrário, continuando a ser curiosidade, se critica. Ao criticizar-se tornando-se então [...] curiosidade epistemológica, metodicamente ‘rigorizando-se’ na sua aproximação ao objeto, conota seus achados de maior exatidão. (FREIRE, 1999, p. 34)

No caso da prática da caminhada ecológica, essa educação vivencial voltada para a sensibilização e a promoção da consciência crítica tem como base a relação com a natureza e o meio ambiente experimentados nas trilhas. Uma vez em campo e antes de iniciada a caminhada é solicitada ao participante a adoção de regras que objetivam a atenuação de impactos ambientais e o incremento da segurança. Tais regras são permanentemente lembradas ao longo da atividade e não apenas na preleção, sendo que algumas delas, as mais difíceis de serem compreendidas e assimiladas pelos participantes, servem também como mote para EA. Citamos como exemplo disso a proibição da alimentação da fauna silvestre, em especial, dos micos estrela (*Callitrix jaccus*) encontrados em grande quantidade em algumas das trilhas utilizadas na prática das caminhadas ecológicas. Diante da perplexidade

de algumas pessoas perante essa interdição, o guia tem a chance de debater com elas questões socioambientais diversas relativas a este tema, como impactos da introdução de espécies alienígenas ao ecossistema, o problema do tráfico de animais silvestres, a relação entre pobreza e degradação ambiental, o risco de transmissão de zoonoses para o ser humano etc.

Ou seja, ao contrário de receber um “adestramento ambiental”, o caminhante tem a oportunidade de refletir criticamente sobre as regras e as técnicas de minimização de impacto adotadas na caminhada ecológica, e também sobre questões mais gerais da EA, podendo desta forma enriquecer não apenas sua cultura, mas também transformar seu modo de pensar sua relação com o meio ambiente e se sensibilizar para mudar suas atitudes. Aqui, a educação crítica freireana e a EA mesclam-se, permitindo considerar as CEs como prática emancipatória, já que envolvem processos de aprendizagem, sensibilização, tomada de posição e mudança de comportamentos em relação ao meio ambiente e à sociedade.

Da mesma forma, no prosseguimento da caminhada, a cada ponto ou elemento de interesse visualizado, ouvido, cheirado ou sentido, é buscada a atenção do participante, objetivando incrementar sua integração sensorial e emocional em relação ao ambiente visitado. Quando o guia possui a informação referente ao objeto da atenção, geralmente é feita uma breve explanação sobre ele, procurando correlacioná-lo sempre que possível a questões mais abrangentes. Isso se dá de forma dosada, como já comentado anteriormente, traduzindo o não raras vezes hermético linguajar técnico/científico para um nível mais acessível de entendimento do público caminhante. Como exemplo, podemos citar as possibilidades de reflexão envolvendo a palmeira juçara (*Euterpe edulis*), o que permitiria a análise da cadeia de relações entre o desflorestamento, a diminuição de biodiversidade, a perda de qualidade ambiental, os prejuízos econômicos e o declínio da qualidade de vida. Diante dos raros exemplares desta espécie nativa da Mata Atlântica, o guia pode explicar ao grupo que a retirada e a comercialização ilegais do palmito dela extraído afetam negativamente outras espécies, entre elas o tucano (*Ramphastus vitellinus ariel*) podendo influenciar, num efeito dominó, o ecossistema como um todo e trazer graves impactos socioeconômicos e biológicos. Concomitantemente, o participante é solicitado a despertar para o fato de que sua ação ou omissão podem contribuir para desmobilizar ou alimentar esse círculo vicioso de degradação.

Ao mesmo tempo, impulsionados pelo ideário do ecologismo, buscamos refletir para o fato de que, mesmo importante, o posicionamento “ecologicamente correto” ainda não será suficiente para deter as injustiças perpetradas por um modelo de desenvolvimento perverso e

perpetuador de injustiças sociais e ambientais. Desta forma, paralelamente à implicação emocional/sensorial do participante à realidade socioambiental local e, muitas vezes, planetária, novamente torna-se necessário fazer da vivência um momento de EA, promovendo a reflexão crítica e o posicionamento sociopolítico nas caminhadas ecológicas.

Em geral, ao longo de cada caminhada – mais amiúde naquelas que possuem um nível de dificuldade mais elevado –, observa-se um incremento da interação interpessoal entre seus participantes<sup>79</sup>. Isso pode se dever, em parte, à necessidade de apoio mútuo na superação das adversidades silvestres e dos obstáculos do percurso, no clima de camaradagem que uma atividade recreacional coletiva geralmente propicia a seus integrantes, e, talvez ainda, no resgate de vivências ancestrais significativas latentes no inconsciente coletivo dos participantes. Este maior nível de integração social sugere um potencial na assimilação crítica de conteúdos educativos. Como exemplo, podemos citar atitudes pró-ativas de participantes veteranos no grupo ao sensibilizar colegas principiantes no respeito à integridade ecológica dos locais visitados, antecipando-se ao guia. Observa-se que esta convergência de informações preconizadas tanto pelo guia quanto pelos colegas mais experientes e conscientes, calcada no bom relacionamento entre os participantes, costuma ajudar na compreensão de questões socioambientais. Além disso, o prolongamento das relações sociais estabelecidas nas caminhadas para outros contextos pode contribuir na difusão dos aprendizados e conteúdos assimilados a outros públicos.

Assim, tomando-se como ponto de partida a definição do ecologismo adotada, como “um projeto político de transformação social, calcado em princípios ecológicos e no ideal de uma sociedade não opressiva e comunitária” (LAGO e PÁDUA, 1984, p. 15), e com base na análise da práxis do Ecoando, argumentamos que as caminhadas ecológicas têm o potencial de se constituírem em uma prática do ecologismo, incorporando seus princípios nessa atividade.

Da mesma forma, as CEs podem ser consideradas uma modalidade específica de Educação Ambiental alinhadas à educação crítica de Paulo Freire, se estiverem permanentemente orientadas pela curiosidade, pelo embasamento teórico e pela reflexão vivencial. Em especial, cremos que é fundamental que esse exercício de reflexão crítica seja

---

<sup>79</sup> A esse respeito, Alves Júnior (2001) cita a interessante investigação de Pierre Parlebas (*Crise et meprise em education physique*. In: *A quoi sert l' EPS*. Paris: EPS, 1997), na qual este desmistifica a crença consolidada entre professores de educação física de que os esportes considerados como coletivos (futebol, vôlei, etc.) seriam aqueles que mais favoreceriam o desenvolvimento da solidariedade interpessoal e a coesão. Tal pesquisador descobriu que esse resultado era conseguido de forma efetiva não tanto nos esportes coletivos, *mas amiúde através de caminhadas em contato com a natureza*.

fundamentado teoricamente em alguns dos preceitos preconizados em colóquios internacionais de EA, entre eles as Recomendações da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental aos Países-Membros, de Tbilisi, e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis – Teass –, podendo ser compreendido ainda como integrante da vertente emancipatória da EA brasileira, de caráter eminentemente contracultural (CARVALHO, 2002), devido à sua crítica ao modelo de desenvolvimento atual. Interessante destacar a correspondência de objetivos da alínea “c” da Recomendação n. 1 do documento elaborado em Tbilisi e as propostas implementadas nas caminhadas ecológicas:

um objetivo fundamental da educação ambiental é lograr que os indivíduos e a coletividade compreendam a natureza complexa do meio ambiente natural e do meio ambiente criado pelo homem, resultante da integração de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais, e adquiram os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar responsável e eficazmente na prevenção e solução dos problemas ambientais, e na gestão da questão da qualidade do meio ambiente. (UNESCO, 1977 *apud* DIAS, 1992, p. 70).

Também no Teass, é possível identificar vários compromissos comuns às práticas e posturas adotadas nas caminhadas ecológicas, mais flagrantemente a expressa no item 7 de seu Capítulo II:

a educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seus contextos social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente tais como população, saúde, democracia, fome, degradação da flora e fauna devem ser abordados dessa maneira. (TEASS *apud* INSTITUTO PAULO FREIRE, 2007, s.p.)

Como expressão dos argumentos aqui desenvolvidos, pudemos ver, no estudo de caso do grupo Ecoando, possibilidades concretas do exercício das caminhadas ecológicas como práxis de uma nova EA, além de identificar alguns resultados evidenciados na sensibilização, na conscientização e na mudança de comportamento de seus participantes. Nessa perspectiva, cremos que é interessante sistematizar o que, a nosso ver, poderia ser considerada a pedagogia desse grupo:

1. Enunciação e implementação de propostas de trabalho que visam a uma maior e melhor integração do participante ao meio ambiente e também maior interação

interpessoal, além da busca pela mudança de atitude de sua relação com a natureza e com a natureza humana, concomitantemente à recreação;

2. Uso de técnicas de sensibilização e experiências vivenciais orientadas e ricas em conteúdos multidisciplinares/interdisciplinares que possibilitam o estímulo de instâncias cognitivas, sensoriais e emocionais, incrementando assim o potencial transformador das caminhadas;
3. Uso efetivo de técnicas de atenuação de impacto ambiental e procedimentos de manutenção e recuperação de áreas de uso nas atividades;
4. Disponibilização e tradução de conhecimentos e informações sobre locais visitados e temas socioambientais, que incentivam o participante a conhecer melhor a realidade socioambiental local, regional e mesmo planetária, possibilitando a emergência de questionamentos, sentimentos e posicionamentos mais alinhados com a causa ecologista, assim como ações mais críticas e pró-ativas;
5. Busca do atendimento dos três princípios fundamentais do ecologismo, que são o redimensionamento do humanismo ocidental pós-cartesiano; a valoração intrínseca da natureza; e o resgate do “natural no homem” concomitantemente à restituição do meio ambiente na história (SOFFIATI, 1995).

Essa pedagogia expressa, a nosso ver, uma prática identificada com os pressupostos teóricos aqui desenvolvidos. No entanto, apesar de todos os potenciais das caminhadas ecológicas indicados ao longo do nosso trabalho, é preciso apontar alguns limites, quando consideramos as práticas de caminhada ecológica tomadas no seu conjunto, tendo em vista a pluralidade das atividades realizadas sob esta denominação e as indefinições conceituais que as caracterizam. Entre eles, destacamos seis:

a) Ainda são poucas as práticas de caminhadas ecológicas identificadas com o ecologismo como sistema de pensamento. Muitos grupos ainda promovem esta atividade desvinculada de qualquer pressuposto educacional crítico, voltado, fundamentalmente para o entretenimento.

b) O público que vem tendo acesso a esta atividade demonstra ser bastante elitizado, sendo composto, de uma maneira geral, por pessoas com alto poder aquisitivo e elevado nível de escolaridade. Esse fato evidencia a carência de incentivos governamentais e de iniciativas que possibilitem a democratização das CEs e de seus benefícios a outros públicos.

c) A articulação entre as organizações de caminhadas ecológicas é ainda incipiente, praticamente inexistindo espaços de reflexão, discussão e decisão a respeito de questões conceituais, metodológicas e políticas sobre a atividade<sup>80</sup>. Isso contribui para tornar ainda mais vulnerável sua identidade como atividade e categoria profissional.

d) A quase inexistência de trabalhos científicos sobre as caminhadas ecológicas em contraposição ao extraordinário crescimento da atividade indica tanto a prevalência de um olhar ainda estritamente mercantilista sobre o tema quanto um claro desinteresse da academia. Tal desequilíbrio agrava o risco de desvirtuamento.

e) Não existe, pelo menos até o momento, uma regulamentação da atividade, o que torna seu reconhecimento uma questão de difícil parametrização. Não se sabem quantos grupos de caminhada ecológica existem no Estado do Rio de Janeiro ou no país, e se os grupos existentes, de fato, poderiam ser considerados como tais.

f) Como efeito da ausência da regulamentação, não existe uma política pública que apóie e promova a constituição de grupos de caminhadas ecológicas, e sua articulação com outras práticas de EA.

De fato, não é possível considerarmos as caminhadas ecológicas como um campo social tal como definido por Bourdieu (1996), constituído por agentes que compartilham objetivos, práticas sociais e categorias de percepção sobre o mundo social no qual estão inseridos. Não obstante, identificamos a semente de um novo discurso – o ecologismo – e de uma nova prática social – a EA –, legitimada e sustentada por grupos sociais – de caminhadas ecológicas - que, mesmo de forma fragmentada, pode se constituir no embrião de um novo sujeito coletivo.

Como todo embrião, repleto de potencialidades e limitações, este novo sujeito coletivo carece de cuidados e atenção para se desenvolver de forma efetiva, o que implica, em nosso caso específico, o desafio da incorporação de aportes teóricos (ecologistas, ecológicos, sociais, etc.) críticos à sua identidade, aos seus posicionamentos e às suas práticas.

Esperamos, com os resultados expressos nesta pesquisa, tornar ainda mais eloqüente a necessidade por ações institucionais e políticas públicas que resguardem as caminhadas ecológicas de seu desvirtuamento em práticas destituídas de sentido transformador,

---

<sup>80</sup> Como forma de buscar atenuar esta limitação, o presente autor criou em fevereiro de 2007 uma lista de discussão virtual sobre caminhadas ecológicas, denominada “Caminhadaeco”, sediada no portal eletrônico Google (<http://br.groups.yahoo.com/group/caminhadaeco>). Foram enviados, então, mais de uma vez, convites de adesão a todos os líderes anteriormente entrevistados. Sintomaticamente, porém, apenas um deles associou-se à lista.

possibilitando que esta atividade possa contribuir, lado a lado, com outras práticas de EA emancipatória e iniciativas ecologistas, para a construção de uma sociedade mais democrática, coerente e socioambientalmente mais sustentável.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri; VIEIRA, Reinaldo; GUARANY, Reinaldo. *Ecologia: direito do cidadão*. Rio de Janeiro: Gráfica JB, 1993.

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. *Lendas e tradições das Américas – arqueologia, etnologia e folclore dos povos latino-americanos*. São Paulo: Hemus, 1980.

ALIER, Joan Martinez. *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Blumenau: Furb, 1998.

ALVES JÚNIOR, Edmundo de Drummond. O Grupo de Caminhada Ecológica Alternativa de Vida. In: SEMINÁRIO O LAZER EM DEBATE, 2, 2001, Belo Horizonte. *Coletânea*. Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Educação Física, 2001. Disponível em: <[http://www.lazer.eefd.ufrj.br/producoes/caminhada\\_alternativa\\_bh2001.pdf](http://www.lazer.eefd.ufrj.br/producoes/caminhada_alternativa_bh2001.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2007.

AMÂNCIO, Cristiane de O. G. A Educação Ambiental como ferramenta de transformação sócio-ambiental em áreas de potencial ecoturístico. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AGRICULTURA, 4, 2002, Campinas. Documento eletrônico. Disponível em: <<http://www.ib.usp.br/ecosteiros/caminhadanova/projeto.htm>>. Acesso em: 24 abr. 2007.

AMBIENTE BRASIL. *Glossário*. Disponível em <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./educacao/index.php3&conteudo=./glossario/c.html>>. Acesso em: 14 mar. 2007.

ANDRADE, Waldir Joel de. *Manejo de trilhas*. Disponível em <[http://www.infotrilhas.com/int05\\_bibliot-man.htm](http://www.infotrilhas.com/int05_bibliot-man.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2007.

AZEVEDO, Ana Lucia. Túnel do tempo sertanejo. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 6 set. 2006. Brasil Pré-histórico, suplemento especial.

AZEVEDO, Sérgio de; SANTOS JÚNIOR, O. A.; RIBEIRO, L. C. de Queiroz. Cidade, Cidadania e Segmentações Socioterritoriais no Brasil. In: XII ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS. *Anais...* Belém – Pará, 21 a 25 de maio de 2007.

BANDEIRA, Carlos Manes. *Parque Nacional da Tijuca*. São Paulo: Makron Books, 1993.

- BASTOS, Giuliana; TORAL, André. Os brutos que conquistaram o Brasil. *Revista Super Interessante*, São Paulo: Editora Abril, edição 151, abr., 2000.
- BECK, Sérgio. *A aventura de caminhar – um guia para caminhadas e excursionismo*. São Paulo: Ágora, 1989.
- BECKER, Howard S. *Método de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BOFF, Leonardo. *Ecologia, mundialização e espiritualidade*. São Paulo: Ática, 1993.
- \_\_\_\_\_. Ecologia e espiritualidade. In: TRIGUEIRO, André (Org.) *Meio ambiente no século 21*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003a.
- \_\_\_\_\_. *Saber cuidar*. Petrópolis: Vozes, 2003b.
- BOO, Elizabeth. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D.E. (org.). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Senac São Paulo, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- BRASIL. Lei n. 9.795/99: institui a Política Nacional de Educação Ambiental de 27 de abril de 1999. Disponível em: <[http://www.ibama.gov.br/cgeam/index.php?id\\_menu=73](http://www.ibama.gov.br/cgeam/index.php?id_menu=73)>. Acesso em: 22 abr. 2007.
- \_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. *Série Legislação Brasileira*, São Paulo: Saraiva, 1990. Organização: Juarez de Oliveira.
- BRYSON, Bill. *A short history of nearly everything*. London: Transworld Publishers, 2003.
- BUENO, Fernando Protti; PIRES, Paulo dos Santos. Educação Ambiental aplicada às atividades de ecoturismo no Pólo de Ecoturismo da Ilha de Santa Catarina: a visão das agências e operadoras de turismo na natureza. In: CONGRESSO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E MANEJO DE TRILHAS, 1, 2006, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, GEA, 2006. 1 CD-ROM.
- CANDEIA, Mariana. *Montanhismo: expressão de re-integração?* Disponível em: <[http://www.montanhasdorio.com.br/principal\\_colunas.cfm?contador=55](http://www.montanhasdorio.com.br/principal_colunas.cfm?contador=55)> . Acesso em: 23 nov. 2006.
- CAPRA, Fritjof. Alfabetização ecológica: o desafio para a educação do século 21. In: TRIGUEIRO, André (Org.) *Meio ambiente no século 21*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- CARTÓRIO DO 12º OFÍCIO DE NITERÓI. *Registro da Instituição da Organização Não Governamental Projeto Ecoando*. Niterói, 1996.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. O “ambiental” como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade em EA. *Textos escolhidos em Educação Ambiental: de uma América à outra*. Montreal: *Publications ERE-UQAM*, Tomo I, 85-90, 2002. Disponível em: <<http://www.apoema.com.br/ArtigoEA.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2007.

CINTRA, Heitor de Brito. *Indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo e o turismo rural: um programa piloto para a região de Aldeia Velha, Município de Silva Jardim, RJ. Niterói, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.*

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental: princípios e práticas*. São Paulo: Gaia, 1992.

DIEGUES, Carlos Sant’Ana. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

DOUJOREANNI, Marc. Ambientalista ou ecologista? *O Eco*. Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 2005. Disponível em: <<http://arruda.rits.org.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=6&pageCode=80&textCode=11375&date=currentDate&contentType=html>>. Acesso em: 22 mar. 2007.

ECOANDO. *Ecoinformando*. Informativo semestral. Niterói: 2004 a 2007.

ECOANDO. *Jornaleco*. Informativo mensal / bimestral / trimestral. Niterói: 1994 a 2007.

ECOMARAPENDI. Apresentação, objetivos – o que pretendíamos com o encontro. *Rumo ao VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.ecomarapendi.org.br/Rebea/Piri2007/encontro.htm>>. Acesso em: 19 abr. 2007.

EMBRATUR/IBAMA. *Diretrizes para uma política nacional de Ecoturismo*. Grupo de Trabalho Interministerial MICT/MMA. Brasília: 1994.

FARIA, Helder Henrique de. *et al.*. Planejamento de uma trilha interpretativa e determinação da sua capacidade de carga. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, 4, 1995, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Clube de Engenharia/UFRJ, 1995.

FEEMA. *Vocabulário Básico de Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social da Petrobrás, 1992.

FRANZEN JÚNIOR, Ronaldo. Operações comerciais em trilhas. In: CONGRESSO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E MANEJO DE TRILHAS, 1, 2006, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, GEA, 2006. 1 CD-ROM.

FREIRE, João Batista; PEREIRA, Victor Barreto Costa. *Percepções e significados nas caminhadas ecológicas*. Buenos Aires: 2005. Disponível em <<http://www.efdeportes.com>>. Acesso em: 19 abr. 2007.

FREIRE, Paulo *Educação como prática da liberdade*. 18 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido: saberes necessários à prática educativa*. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. *Política e educação: ensaios*. São Paulo: Cortez, 2003.

FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA; COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO. *Legislação de conservação da natureza*. 4.ed. São Paulo: Cesp, 1986.

FUSER, Igor. Os primeiros brasileiros. *Revista Super Interessante Especial*. São Paulo: Editora Abril, n.8, p. 24-27, abr., 1999.

GABEIRA, Fernando. Congresso e meio ambiente. In: TRIGUEIRO, André (Org.) *Meio ambiente no século 21*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

GALHARDO, Ricardo. No 1º de Maio, CNBB critica desemprego no país: Paulinho revela preconceito ao falar de ecologia. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 2 maio 2007. Caderno O País, p. 5.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1993.

GRAEL, Axel S. *et al.* Plano de conservação e interpretação ambiental da trilha do Alto Mourão, Parque Estadual da Serra da Tiririca. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, 4, 1995, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Clube de Engenharia /UFRJ, 1995.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Campinas: Papyrus, 1990.

GUIA QUATRO RODAS. *Turismo Ecológico no Brasil*. São Paulo: Abril, 2000.

GUIMARÃES, Solange T. de Lima. Dimensões da percepção e interpretação do meio ambiente: vislumbres e sensibilidades das vivências na natureza. In: *Percepção e conservação ambiental: a interdisciplinaridade no estudo da paisagem*. Rio Claro-SP: OLAM - Ciência & Tecnologia, v.4, n.1, p.46-65, abr., 2004.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

IBAMA. Institucional-Histórico. Brasília, s.d. Disponível em: <[http://www.ibama.gov.br/cgeam/index.php?id\\_menu=91](http://www.ibama.gov.br/cgeam/index.php?id_menu=91)>. Acesso em: 18 abr. 2007.

INSTITUTO DE HOSPITALIDADE. Projeto estimula a criação de normas para o turismo de aventura no Brasil. *Sala de Imprensa*. Salvador, 3 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.hospitalidade.org.br/imprensa/projeto-estimula-a-criacao-de-normas-para-o-tur>>. Acesso em: 12 mar. 2007.

INSTITUTO PAULO FREIRE. *Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global*. Disponível em:

<[http://www.paulofreire.org/Movimentos e Projetos/Cidadania Planetaria/Ecopedagogia/tratado\\_ambiental.htm](http://www.paulofreire.org/Movimentos_e_Projetos/Cidadania_Planetaria/Ecopedagogia/tratado_ambiental.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2007.

JORNAL O FLUMINENSE. Recuperação da Serra da Tiririca. Niterói, 13 e 14 jan. 2002. Caderno Oceânica. Reportagem de capa.

JORNAL O GLOBO. Ecoando: caminhadas para a saúde da mente. Rio de Janeiro, 15 ago. 1993. Caderno Niterói.

\_\_\_\_\_. Imóveis e perigos no caminho de ecoturistas. Rio de Janeiro, 22 set. 2002. Caderno Niterói.

\_\_\_\_\_. Todo dia é do caçador. Rio de Janeiro, 28 mar. 2004. Caderno Niterói.

KNEIP, Lina Maria; CUNHA, Fausto L. de Souza; PALESTRINI, Luciana. *Pesquisas arqueológicas no litoral de Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora gráfica Luna Ltda., 1981.

LAGO, Antonio; PÁDUA, José A. *O que é ecologia*. 14.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. Coleção Primeiros Passos.

LAYARGUES, Philippe Pomier. Por uma educação ambiental crítica. *Senac e Educação Ambiental*. Rio de Janeiro: Senac/DN, Ano 11, n.1, p.2-56, jan.-mar., 2002.

LEFF, Enrique. *Ecologia, capital e cultura – racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: Edifurb, 2000.

LIMA, Fábio B. de. *et al.* Caminhada Interpretativa na natureza como instrumento para educação ambiental. In: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO: ABORDAGENS EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS, 2, 2003, São Carlos. *Anais...* Disponível em: <[www.saofrancisco.edu.br/laboratorios/campus\\_bp/nea/textos/download.asp?filename=arqui\\_vo3.pdf](http://www.saofrancisco.edu.br/laboratorios/campus_bp/nea/textos/download.asp?filename=arqui_vo3.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2007.

LIMA, Gustavo F. da Costa. Questão conceitual e educação: contribuições para o debate. *Ambiente & Sociedade*, Campinas: Nepam/Unicamp, Ano II, n.5, p.135-153, 1999. Disponível em: <[http://www.ufmt.br/gpea/pub/GuLima\\_questEA.pdf](http://www.ufmt.br/gpea/pub/GuLima_questEA.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2007.

LOUREIRO, Carlos F. B. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em Educação Ambiental. *Educação e Sociedade*, Campinas, n.93, p. 1473-1494, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a07v27n94.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2007.

LUCENA, Waldecy M. *História do montanhismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Publit, 2006.

MACEDO, Eric. O Himalaia é aqui. *O Eco*. Disponível em: <<http://www.oeco.com.br>>. Acesso em: 30 jul. 2006.

MACHADO, Álvaro. *Ecoturismo: um produto viável. A experiência do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2005.

MENEZES, Pedro da Cunha e. *Trilhas do Rio*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1996.

\_\_\_\_\_. *Novas trilhas do Rio*. Rio de Janeiro: Sextante, 1998.

\_\_\_\_\_. *Transcarioca – todos os passos de um sonho*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014). Base de dados do Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental – Sibeia. Brasília, sem data. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/documentos/docs/educa\\_dessust.pdf](http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/documentos/docs/educa_dessust.pdf)>. Acesso em: 26 abr. 2007.

\_\_\_\_\_. *Conduta consciente em ambientes naturais*. Folheto informativo. Brasília – DF: 2000, Secretaria de Biodiversidade e Florestas / Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas.

MUGGIATI, Roberto. A arte de andar. In: THOREAU, H. D. (Ed.) *Caminhando*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2006.

NEIMAN, Zysman; RABINOVICI, Andréa; SECCO, Ana Paula L. Ecoturismo e educação ambiental no Vale do Ribeira – SP: a experiência do Instituto Physis. In: ENCONTRO INTERDISCIPLINAR DE ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1, 2005, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Grupo de Estudos Ambientais, 2005, 9 p. 1 CD-ROM.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão. (Ed.) *Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. Uma busca da educação ambiental no (eco)turismo brasileiro: um ensaio. In: ENCONTRO INTERDISCIPLINAR DE ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2005, 1, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Grupo de Estudos Ambientais, 2005, 8 p. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Avaliação da educação ambiental no ecoturismo (em trilhas) no Brasil: uma proposta baseada na qualidade conceitual. *OLAM – Ciência & Tecnologia*, Rio Claro-SP: Ano VI, v.6, n. 2, p. 83-97, dez., 2006.

PEIXOTO, Fábio. Empilhadores de conchas. *Revista Super Interessante Especial*. São Paulo: Editora Abril, n.8, p. 28-31, abr. 1999.

PEIXOTO, Juliana. Um passeio pela ecologia e pela história. *Jornal O Dia*, Rio de Janeiro, 19 ago. 2001. Caderno Niterói, p. 6.

PHOTOVERDE PRODUÇÕES. *Guia do Aventureiro Consciente: grandes nomes da aventura dão dicas de como praticar atividades ao ar livre com ética e mínimo impacto*. Cartilha. São Paulo: s.n., s.d.

PIVETTA, Marcos. Bastou uma viagem. *Revista Pesquisa Fapesp*, São Paulo, jul. 2002. Disponível em: <<http://www.revistapesquisa.fapesp.br/?art=1853&bd=1&pg=1&lg>>. Acesso em: 18 maio. 2007.

PORTILHO, Antoninho A.; SAUL, Paulo F. de A.; STRANZ, Anamaria. Traçando o perfil de usuários de trilhas interpretativas através da interpretação ambiental. In: CONGRESSO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E MANEJO DE TRILHAS, 1, 2006, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, GEA, 2006. 1 CD-ROM.

QUARANTA-GONÇALVES, Márcio L.; GUIMARÃES, Solange T. de L.; SOARES, Maria Lúcia de A. Uma aplicação da fenomenologia de Merleau-Ponty e da geografia humanística de Tuan a um trabalho educativo de percepção ambiental em trilhas. In: CONGRESSO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E MANEJO DE TRILHAS, 1, 2006, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, GEA, 2006. 1 CD-ROM.

REIGOTA, Marcos. *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. A Educação Ambiental frente aos desafios contemporâneos. In: CONGRESSO MUNDIAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2, 2004, Rio de Janeiro. Texto virtual. Disponível em: <<http://www.des.unig.ch/bioEd/2004/pdf/ambiental.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2007.

REQUIÃO, Cristiano. *Manual do excursionista*. Rio de Janeiro: Nobel, 1991.

ROCHA, Paulo Ernesto Diaz. *Interdisciplinaridade e meio ambiente em cursos de pós-graduação no Brasil*. Rio de Janeiro, 2001. Tese (doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_. *Interdisciplinaridade & Ciências Ambientais: a articulação disciplinar e o potencial sócio-participativo da universidade*. Disponível em: <[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT10/paulo\\_rocha.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT10/paulo_rocha.pdf)>. Acesso em: 27 mar. 2007.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Ed.) *Turismo e ambiente: reflexões e propostas*. São Paulo: Hucitec, 1997.

RUSCHMANN, Doris Van Meene. *O planejamento do turismo e a proteção do meio ambiente*. São Paulo: Papirus, 1994.

SALVATI, Sérgio Salazar. *Interpretação da natureza: conceitos e técnicas*. Disponível em: <<http://www.ecosfera.com.br>>. Acesso em: 13 ago. 2006a.

\_\_\_\_\_. *Trilhas: conceitos, técnicas de implantação e impactos*. Disponível em: <<http://www.ecosfera.com.br>>. Acesso em: 13 ago. 2006b.

\_\_\_\_\_. *Turismo em áreas naturais ou turismo de natureza*. Disponível em: <<http://www.ecosfera.com.br>>. Acesso em: 13 ago. 2006c.

SANTOS, Cássio Garcez. Caminhada Ecológica. In: *Glossário do portal eletrônico AmbienteBrasil*, 2004. Disponível em: <<http://64.4.46.250/cgi-bin/linkrd?lang=BR&lah=d47d475049373f044c5f75ae7c6ad7b8&lat=1095130970&hmac=action=http%3a%2f%2fwww%2eambientebrasil%2ecom%2ebr>>. Acesso em: 10 out. 2006.

SATHLER, Evandro. *Tropeiros e outros viajantes*. Niterói: Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito – PPGSD, 2003.

SCHLENKER, Harvey Frederico. *Planejamento de caminhadas e programas ecológicos*. Curitiba: Secretaria de Estado Extraordinária de Coordenação da Reforma Agrária, Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, Departamento de Recursos Naturais Renováveis, 1986.

SEBRAE RJ. *Turismo Ecológico*. Rio de Janeiro, São Paulo: Empresa das Artes, 2003.

SENAC. *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Senac, 1995.

SIQUEIRA, Laureen F. de. Trilhas interpretativas: uma vertente responsável do (eco)turismo. *Caderno Virtual de Turismo*, n. 14, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro, dez. 2004.

SOFFIATI, Aristides Arthur. *De um outro lugar: devaneios filosóficos sobre o ecologismo*. Niterói: Eduff, 1995.

TRILHARTE. *Página virtual*. Disponível em: <<http://www.trilharte.com.br>>. Acesso em: 14 abr. 2007.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Rio de Janeiro: Difel, 1980.

VASCONCELOS, Jane M. de O. Interpretação ambiental. In: MITRAUD, Sylvia (org.). *Manual de ecoturismo de base comunitária*. Brasília: WWF, 2003. 470 p. cap. 7, p. 259-295. Edição em PDF.

VILLAS BOAS, Cláudio; VILLAS BOAS, Orlando. *A Marcha para o oeste*. São Paulo: Editora O Globo, 1994.

WESTERN, David. Definindo o ecoturismo. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D.E. (org.). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Senac São Paulo, 1995.

WONG, Kate. Estrangeiros na nova terra. In: *Scientific American Brasil*. 17ª.ed. São Paulo: Duetto Editorial, 2007.

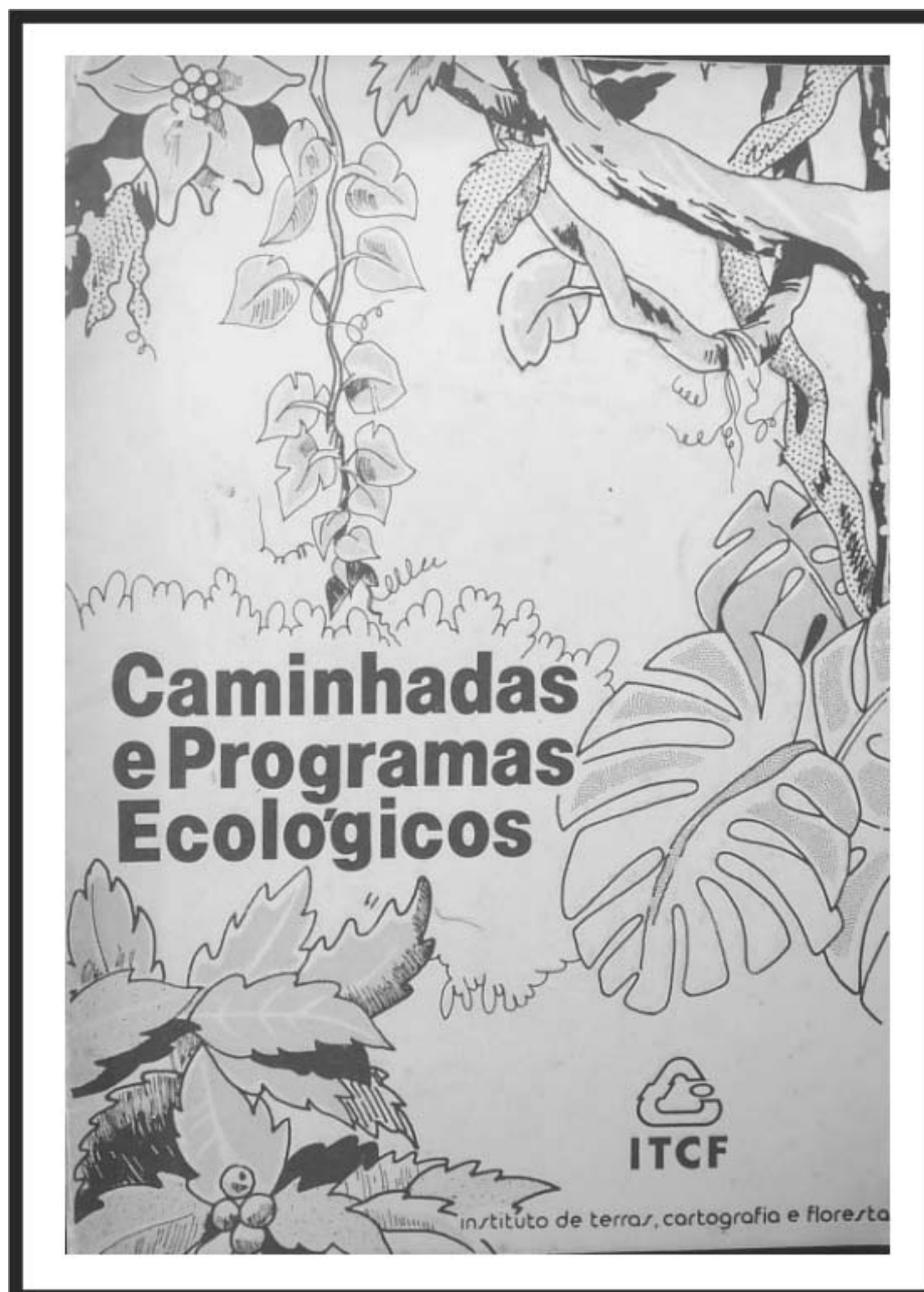
**Anexo 1 – Fotos relacionadas à pesquisa e às caminhadas ecológicas**

Figura 8 - Primeira publicação encontrada nesta pesquisa com a menção do termo caminhada ecológica. Fonte: acervo bibliográfico do Ecoando.



Figura 9 – Participantes do Ecoando em trabalho de recuperação florística de área degradada. Fonte: acervo fotográfico do Ecoando.



Figura 10 - Desmonte de jirau de caçador. Fonte: acervo fotográfico do Ecoando.

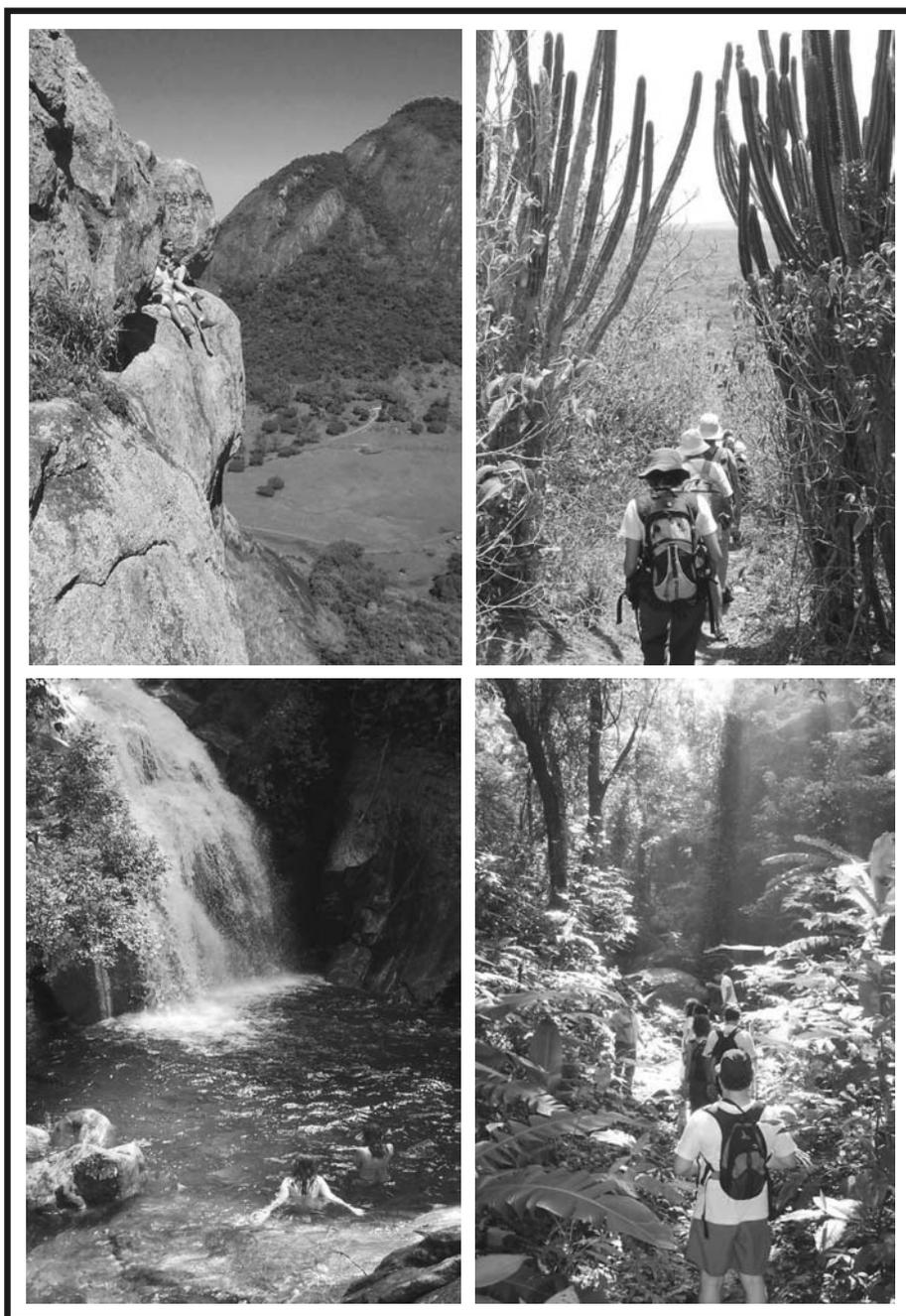


Figura 11 - Diversidade de ambientes naturais visitados em caminhadas ecológicas do Ecoando. Canto superior esquerdo: ambiente rupestre na Pedra do Macaco – Maricá. Canto superior direito: enclave de caatinga na APA do Pau Brasil – Búzios. Canto inferior esquerdo: ambiente fluvial na Cachoeira das Pedras Negras – Magé. Canto inferior direito: ambiente de floresta no Parque Estadual da Serra da Tiririca – Niterói. Fonte: acervo fotográfico do Ecoando.

## Anexo 2: Questionário aplicado à pesquisa sobre mudanças de percepção, atitudes e posicionamentos dos participantes do Ecoando

### Questionário

O presente questionário faz parte de uma pesquisa de mestrado, que objetiva discutir a relação entre caminhadas ecológicas e o ecologismo, tendo como estudo de caso o grupo Ecoando.

Solicitamos a gentileza de sua colaboração no preenchimento e reenvio deste, **até o dia 17 de janeiro próximo**. Informamos que **algumas questões aceitam mais de uma resposta**.

Ressaltamos que os dados aqui obtidos serão divulgados apenas em caráter estatístico, **mantendo em sigilo a identidade dos entrevistados e as informações pessoais aqui prestadas**.

Agradecemos desde já sua participação, colocando-nos à disposição para eventuais dúvidas.

**Observação:** por **questões ecologistas ou socioambientais**, entenda-se todos os temas ligados à/ao: meio ambiente, “ecologia”, natureza, degradação ambiental, lutas eco-políticas, etc.

**Cássio Garcez dos Santos**

**Endereço:** Tv. Vicente Federice, 26, Icaraí – Niterói – RJ – CEP: 24.220-213

**Correio eletrônico:** [ecoando@ecoando.com](mailto:ecoando@ecoando.com) ou [ecoando@hotmail.com](mailto:ecoando@hotmail.com)

**Telefones:** (21) 2709-5435 ou 91558777

1. Nome: \_\_\_\_\_

2. Sexo: [ ] M / [ ] F

3. Idade: \_\_\_\_\_

4. Grau de instrução:

[ ] 1ª a 4ª série do 1º grau / 1ª a 4ª série fundamental incompleta

[ ] 1ª a 4ª série do 1º grau / 1ª a 4ª série fundamental completa

[ ] 5ª a 8ª série do 1º grau/ 5ª a 8ª ensino fundamental incompleto

[ ] 5ª a 8ª série do 1º grau/ 5ª a 8ª ensino fundamental completo

[ ] 1º ao 3º ano do 2º grau/ ensino médio incompleto

[ ] 1º ao 3º ano do 2º grau/ ensino médio completo

[ ] Superior incompleto

[ ] Superior completo

[ ] Mestrado

[ ] Doutorado

[ ] Nenhum

**5. Profissão:** \_\_\_\_\_

**6. Cidade onde reside:** \_\_\_\_\_

**7. Faixa de ganhos mensais (aproximadamente):**

- abaixo de R\$ 1.500,00
- entre R\$ 1.500,00 e R\$ 3.000,00
- entre R\$ 3.000,00 e R\$ 5.000,00
- entre R\$ 5.000,00 e R\$ 10.000,00
- Acima de R\$ 10.000,00

**8. Antes do Ecoando você já havia participado de outro(s) grupo(s) de caminhadas ecológicas?**

- sim
- não

**9. De quantas caminhadas você já participou com o grupo Ecoando (aproximadamente)?**

- É a primeira vez
- duas a três
- quatro a seis
- sete a nove
- mais de dez

**10. De que forma você participou/participa das caminhadas do Ecoando? (Permite mais de uma resposta)**

- como participante avulso
- como associado
- como voluntário

**11. Em que período(s)? (Permite mais de uma resposta)**

- 1993 a 1995
- 1996 a 1998
- 1999 a 2001
- 2002 a 2004

2005 a 2006

**12. O que o fez buscar as caminhadas ecológicas? (Permite mais de uma resposta)**

- lazer
- contato com outras pessoas
- maior contato com a natureza
- atividade física
- enriquecimento cultural
- interesse por atividades ecologistas
- contribuir mais para a preservação do meio ambiente
- Outra.

Especifique: \_\_\_\_\_

**13. AÇÃO POLÍTICA**

**Abaixo são listadas algumas formas de ação política e social que as pessoas podem ter.**

**Para cada uma delas, indique:**

1. Se fez no último ano
  2. Se fez em anos anteriores
  3. Se nunca fez mas podia fazer
  4. Se nunca o faria
- assinar uma petição ou fazer um abaixo-assinado
  - boicotar ou comprar determinados produtos, por razões políticas, éticas ou ambientais
  - participar de uma manifestação
  - participar de um comício ou de uma reunião política
  - contatar, ou tentar contatar, um político ou um funcionário do governo para expressar seu ponto de vista
  - dar dinheiro ou tentar recolher fundos para uma causa pública
  - contatar ou aparecer na mídia para exprimir as suas opiniões
  - participar de um fórum ou grupo de discussão através da internet

#### 14. ASSOCIATIVISMO

**Por vezes as pessoas participam de grupos ou associações. Para cada um dos grupos que você mencionar, diga:**

1. Se participa ativamente
2. Se pertence mas não participa ativamente
3. Se já pertenceu
4. Se nunca pertenceu

- partido político
- sindicato, grêmio ou associação profissional
- igreja ou outra organização religiosa
- grupo desportivo, cultural ou recreativo
- outra associação voluntária

#### 15. SENSIBILIDADE ECOLOGISTA

**Indique:**

**[A] para sentimentos/emoções que você já identificava em si mesmo ANTES de participar do Ecoando;**

**[D] para sentimentos/emoções que você passou a identificar em si mesmo DEPOIS de participar do Ecoando;**

**[N] sentimentos/emoções que você PERMANECE SEM IDENTIFICAR EM SI MESMO:**

- compaixão pela destruição de florestas e comunidades tradicionais
- revolta pela caça, captura, cativeiro, tráfico ou maltrato de animais silvestres
- desconforto pelas desigualdades e injustiças sociais
- indignação em relação a inoperância do poder público e incompetência generalizada das autoridades ambientais
- impotência diante das notícias de agressões ambientais
- esperança ao estar buscando fazer aquilo que está a seu alcance

#### 16. INTERESSE POR QUESTÕES ECOLOGISTAS

**Indique;**

**[A] para questões que você já tinha interesse ANTES de participar do Ecoando;**

**[D] para questões que você passou a ter interesse DEPOIS de participar do Ecoando;**

**[N] para questões que você PERMANECE SEM INTERESSE:**

agressões socioambientais globais (buraco da camada de ozônio, chuva ácida, efeito estufa, desertificação, perda da biodiversidade, desflorestamento, explosão demográfica, etc.)

agressões socioambientais locais (poluição, perda da qualidade de vida, perda da paisagem e de áreas preservadas, invasão imobiliária, etc.)

legislação ambiental

mobilização de ONGs (como Greenpeace, WWF, SOS Mata Atlântica, Fundação Mico Leão Dourado, etc.)

posicionamentos político/partidários em prol do meio ambiente

cidadania ecológica (posicionamentos e ações cotidianas em favor do meio ambiente)

## **17. PERCEPÇÃO DE IRREGULARIDADES AMBIENTAIS**

**Em relação à percepção de irregularidades ambientais em áreas preservadas e unidades de conservação, indique:**

**[A] para percepções que você já tinha ANTES de participar do Ecoando;**

**[D] para percepções que você passou a ter DEPOIS de participar do Ecoando;**

**[N] percepções que você PERMANECE SEM TER:**

faltam projetos de manutenção e recuperação ambiental nestas áreas

as autoridades costumam ser negligentes na administração e proteção destas áreas

os visitantes destas áreas causam grandes agressões ambientais

muitas leis ambientais não costumam ser cumpridas nestas áreas

existe carência de divulgação destas áreas e de seus benefícios socioambientais

a estrutura de visitação costuma ser precária (trilhas não sinalizadas, carência por: placas informativas, banheiros, estacionamentos, etc.)

## **18. VIVÊNCIA SOCIAL**

**Indique:**

**[A] para aspectos que você já vivenciava ANTES de participar do Ecoando;**

**[D] para aspectos que você passou a vivenciar DEPOIS de participar do Ecoando;**

**[N] para aspectos que você PERMANECE SEM VIVENCIAR:**

incremento de laços de amizade

- participação em grupos de ação social (em prol de pessoas carentes, meio ambiente, cidadania, etc.)
- aumento da sua participação em eventos sociais (comemorações, confraternizações, lazer, etc.)
- melhoria da forma como se relaciona com outras pessoas
- elevação do seu nível de satisfação quando em grupo
- desenvolvimento do seu senso de coletividade (faculdade de reconhecer e respeitar os direitos e anseios de outras pessoas)

## **19. CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA**

### **Indique:**

**[A] para assuntos que você já tinha consciência ANTES de participar do Ecoando;**

**[D] para assuntos que você passou a ter consciência DEPOIS de participar do Ecoando;**

**[N] assuntos que você PERMANECE SEM TER CONSCIÊNCIA:**

- degradação ambiental
- políticas ambientais (leis, ações governamentais, decisões, etc.)
- ecologia, flora e fauna
- comunidades tradicionais
- iniciativas em favor do meio ambiente
- crítica ao atual modelo de desenvolvimento

## **20. CONHECIMENTO SOBRE IMPACTOS AMBIENTAIS EM ATIVIDADES DE CONTATO DIRETO COM A NATUREZA**

### **Indique:**

**[A] para os impactos que você já conhecia ANTES de participar do Ecoando;**

**[D] para os impactos que você passou a conhecer DEPOIS de participar do Ecoando;**

**[N] impactos que você PERMANECE SEM CONHECER:**

- trânsito de doenças entre animais silvestres e homem
- pisoteio de vegetação e compactação do solo
- estresse de fauna (comportamento alterado de animais devido a ruídos, cheiros e ações de adeptos destas atividades)
- lixo no ambiente silvestre
- erosão de trilhas

contaminação de cursos d'água (fezes, urina, repelente contra insetos, etc.)

## **21. CONHECIMENTO SOBRE COMUNIDADES TRADICIONAIS**

**Indique:**

**[A] para questões que você já conhecia ANTES de participar do Ecoando;**

**[D] para questões que você passou a conhecer DEPOIS de participar do Ecoando;**

**[N] questões que você PERMANECE SEM CONHECER:**

a interdependência entre as culturas de comunidades tradicionais e a natureza preservada

a noção da importância histórica, cultural e social destas comunidades

a situação de risco social (falta de oportunidades, ameaças de desalojamento, baixa escolaridade, etc.) comum a estas comunidades

o fraco poder político destas comunidades

os preconceitos e injustiças vivenciados por seus habitantes (taxados como favelados, invasores, agressores ambientais, etc.)

a mobilização de algumas pessoas e ONGs em favor destas comunidades

## **22. ATITUDES/POSICIONAMENTOS ECOLÓGICOS**

**Indique:**

**[A] para atitudes/posicionamentos que você já tinha ANTES de participar do Ecoando;**

**[D] para atitudes e/ou posicionamentos que você passou a ter DEPOIS de participar do Ecoando;**

**[N] atitudes e/ou posicionamentos que você PERMANECE SEM TER:**

redução no consumo de bens

prioridade do uso de transportes de massa (ônibus, barcas, metrô, trens) ao invés do automóvel

economia de materiais e energia

consumo consciente (preferência por produtos ou serviços ambiental/socialmente mais corretos, alimentos orgânicos, etc.)

maior reutilização e reciclagem de materiais

maior engajamento ou apoio a movimentos ambientais/ecologistas (abaixos-assinados, manifestações, filiação a ongs, etc.)

## **23. CUIDADOS DE MÍNIMO IMPACTO AMBIENTAL**

**Indique:**

**[A] para cuidados que você já havia adotado ANTES de participar do Ecoando;**

**[D] para cuidados que você passou a adotar DEPOIS de participar do Ecoando;**

**[N] para cuidados que você PERMANECE SEM ADOPTAR, durante visitas a locais preservados:**

levar todo lixo produzido de volta, inclusive o biodegradável

não coletar “lembrancinhas” (componentes mineral, vegetal ou animal dos locais visitados)

não sair das trilhas e não utilizar atalhos

evacuar longe de rios e poços, enterrando as fezes

não alimentar animais silvestres

evitar falar alto

**24. RECUPERAÇÃO AMBIENTAL****Indique:**

**[A] para iniciativas que você já havia se engajado ANTES de participar do Ecoando;**

**[D] para iniciativas que você passou a se engajar DEPOIS de participar do Ecoando;**

**[N] iniciativas que você PERMANECE SEM SE ENGAJAR:**

plantio de mudas nativas

manutenção de trilhas

retirada de vegetação invasora

conscientização de outros visitantes de áreas preservadas (chamar a atenção para atitudes anti-ecológicas, orientação sobre práticas de mínimo impacto, etc.

coleta voluntária de detritos não biodegradáveis

destruição de armadilhas

**Anexo 3: Roteiro de entrevista de líderes de organizações de caminhadas ecológicas**

1. Qual seu nome?
2. Qual o nome de sua organização?
3. Como você classificaria sua organização (grupo, empresa, ONG, movimento ambientalista, etc.)?
4. Há quanto tempo ela existe?
5. Que cargo você ocupa nela?
6. Que tipo de atividades sua organização promove?
7. Com que frequência sua organização promove caminhadas ecológicas?
8. Quantas pessoas participam das caminhadas, aproximadamente?
9. Qual a média de idade destas pessoas?
10. Sua organização possui associados? Caso positivo, quantos seriam?
11. Você indicaria outra organização que promova caminhadas ecológicas?
12. Como você definiria as caminhadas ecológicas?
13. Na sua opinião, o que diferenciaria a caminhada ecológica das outras formas de caminhada?
14. Você sabe o que é o ecologismo? Como você o definiria?
15. Você considera que a caminhada ecológica pode ser concebida como instrumento de Educação Ambiental? Caso positivo, por quê?
16. Você utiliza alguma metodologia de Educação Ambiental nas caminhadas ecológicas de sua organização? Caso positivo, qual(is)?
17. Você utiliza alguma técnica ou cuidado de mínimo impacto em trilhas? Caso positivo, qual(is)?
18. Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

#### Anexo 4: Quadro 2 – Síntese de respostas às entrevistas com líderes de organizações de caminhadas ecológicas

Tópico	Organização						
	Ar Livre	Arpoador	AZO I	AZO II	Strata	Tangará	Trilharte
<b>Classificação</b>	grupo	empresa	grupo de CEs	grupo de caminhadas	empresa	acho que um grupo	operadora de ecoturismo
<b>Tempo de existência</b>	18 anos	7 anos	9 anos	10 anos	10 anos	8 anos	10 anos
<b>cargo</b>	guia	guia responsável	guia e fundador	um dos donos	sócio-diretor	guia/sócia/fundadora	sócia-diretora
<b>Tipos de atividades</b>	caminhadas ecológicas	CEs, passeios culturais, passeios de barco, rapel, cavalgada, etc.	CEs, caminhadas culturais, rafting, rapel, toda atividade ligada ao ecoturismo	CEs, viagens, acampamentos, tours, passeios de barco, rapel, etc.	caminhadas, <i>tours</i> , eventos	caminhadas, passeios de barco, cavalgadas, etc.	CEs para cursos, fotografia, empresas, etc..
<b>Frequência</b>	semanal	semanal	semanal	semanal	1 ou 2 por mês	semanal	semanal
<b>Nº participantes</b>	6 a 10	3	20 a 25	20	12 a 30	varia muito	varia muito
<b>Média de idade</b>	45 a 50 anos	25 anos	30 anos	variada	25 a 30 anos	30 a 40	30 a 50
<b>Possui associados?</b>	não	não	sim	sim	não	não	não
<b>Definição de CE</b>	passeio por locais com atrativos naturais	atividade física em ambiente natural	estar no ambiente cuidando dele e aproveitando o que ele tem a oferecer turisticamente	um bem necessário	não tem	caminhada que tem alguma preocupação com ecologia	caminhar num ambiente mais agreste com consciência maior
<b>Diferença entre CE e outras caminhadas</b>	consciência sobre ecologia	o uso do ambiente natural	mostrar a parte ecológica e também a cultural	a caminhada ecológica pode ser realizada de diversas maneiras	ambientação na natureza / preocupação com a educação e a orientação ambiental.	preocupação com o ambiente	citado acima
<b>Definição de ecologismo</b>	estudo da ecologia, ao pé da letra	ato de envolvimento do indivíduo em prol da ecologia	estar voltado para a preservação dentro do espaço físico de visita	prática de uma atividade sempre respeitando o meio e o ser vivo	não vê diferença com o ambientalismo	não sabe	não sabe
<b>Metodologia de Educação Ambiental</b>	não usa	uso de sacos plásticos para recolhimento de lixo	não usa	orientações para que se respeite o espaço de visita	discursos e orientações sobre ecologia, natureza, preservação, conservação, impactos e Educação Ambiental	tópicos sobre atalhos, sobre impactos	não usa de forma sistemática / a ênfase é no lazer
<b>Técnicas de atenuação de impacto</b>	grupos reduzidos e conscientização	caminhar pelas trilhas preferencialmente em dias secos	conscientização do participante quanto ao lixo / evitar atalhos	cuidado com a capacidade de carga	capacidade de carga; se manter no traçado da trilha; não cortar galhos nem recolher plantas; não abrir atalhos; não banhar-se em áreas de mananciais ou proibidas; não deixar lixo ou rejeito; etc.	divisão dos grupos, com 1 guia para 10 pessoas. Toques sobre trilhas, sobre atalhos	quantidade de pessoas, evitar lixo, usar somente as trilhas marcadas, não usar atalhos, não deixar nada
<b>Informação adicional</b>	pouca divulgação do ecoturismo / carência de atenção pelo poder público	orientação de grupos no ambiente natural exclusivamente por guias credenciados ou montanhistas	vivência de agressões ambientais (caça predatória, atividades degradadoras, etc.) / falta de recursos às UCs	não citou	congratulações pelo tema do mestrado	não citou	dificuldade em se manter empresa de ecoturismo / necessidade por diversificação e organização da atividade

